

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE MEDICINA
Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência

Vinicius Quiroga Mendoza

**Política de Assistência Social: desafios e possibilidades para a
promoção da Igualdade Racial**

Belo Horizonte
2020

Vinícius Quiroga Mendoza

**Política de Assistência Social: desafios e possibilidades para a
promoção da Igualdade Racial**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora:
Profa. Dra. Kênia Lara da Silva

Belo Horizonte
Dezembro de 2020

Mendoza, Vinicius Quiroga.
M539p Política de assistência social [manuscrito]: desafios e possibilidades para a promoção da igualdade racial. / Vinicius Quiroga Mendoza. - - Belo Horizonte: 2020.
140 f.
Orientador (a): Kênia Lara da Silva.
Área de concentração: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Serviço Social. 2. Políticas Públicas de não Discriminação. 3. Racismo. 4. Teoria Social. 5. Teoria Crítica. 6. Comportamento Social/história. 7. Direitos Humanos. 8. Dissertação Acadêmica. I. Silva, Kênia Lara da Silva. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. III. Título.

NLM: HT 100



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO VINICIUS QUIROGA MENDOZA

Realizou-se, no dia 18 de dezembro de 2020, às 14:00 horas, VIRTUAL, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Política de Assistência Social: desafios e possibilidades para a promoção da Igualdade Racial*, apresentada por VINICIUS QUIROGA MENDOZA, número de registro 2018712874, graduado no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Kênia Lara da Silva - Orientador (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Sheila Aparecida Ferreira Lachtim (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof. José Eustáquio de Brito (Universidade do Estado de Minas Gerais).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2020.

Prof(a). Kenia Lara da Silva (Doutora)

Prof(a). Sheila Aparecida Ferreira Lachtim (Doutora)

Prof(a). José Eustáquio de Brito (Doutor)

Dedico esse trabalho a tod@s àquel@s que construíram e preservaram a história e cultura negra que nos permitem continuar produzindo conhecimento e ressignificar as realidades com as quais estamos envolvidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do Mestrado de Medicina do Programa de Promoção da Saúde e Prevenção à Violência pelas reflexões construídas em especial à coordenação Prof^a. Elza Melo e Prof^a. Cristiane Cunha que desenvolveram um programa tão acolhedor para a diversidade de propostas e pesquisas.

Agradeço aos trabalhadores da Política de Assistência Social de Belo Horizonte, meus colegas, que se disponibilizaram à reflexão proposta nesta pesquisa. E também a todos os que me ajudaram ao longo dos 13 anos que trabalho nesta área.

Agradeço aos usuários que acolheram a pesquisa e se interessaram a discutir o tema, assim como aos diversos usuários que me colocaram a pensar sobre raça e racismo na minha trajetória profissional.

Agradeço à Subsecretaria Municipal de Assistência Social, à Diretoria de Gestão do SUAS, à Gerencia de Gestão do Trabalho que acolheram a pesquisa e em especial agradeço à Gerencia de Vigilância Socioassistencial que disponibilizou os dados e contribuíram na consolidação e recorte dos números no que tange a raça/cor e renda.

Agradeço à minha psicóloga Rosângela Gazzi, que me ajudou a fazer fluir as emoções que atravessaram os processos da pesquisa.

Agradeço ao apoio incondicional dos meus pais e pela herança dos conflitos raciais que me possibilitaram construir os caminhos que me levaram até este momento.

Faço uma menção especial neste agradecimento à minha Orientadora Kênia Lara, que de forma afetuosa acolheu meu tema, meus conflitos, e com todos os meus embaraços se manteve ao meu lado, com otimismo e positividade de que o trabalho seria viável e relevante. Muito Obrigado, sua postura ética, humana, profissional e comprometida é inspiradora.

Por fim, agradeço a pessoa que realmente viabilizou a possibilidade de iniciar, produzir e finalizar este trabalho, sem ela eu não teria nem adentrado no mestrado. Falo da minha esposa e companheira de quase 20 anos de construção afetiva e racial, Flávia mulher negra, guerreira, que se desdobrou para que eu pudesse me dedicar aos estudos. Do ponto de vista real, essa pesquisa não teria acontecido se não fosse o constante incentivo que ela dedicou no meu fazer. Muito Obrigado.

UM NEGRO

Um negro sempre será um negro,
Chame-se pardo, crioulo, preto, cafuzo,
Mulato ou moreno-claro

Um negro sempre será um negro:
na luta que assume pelo direito do emprego
e contra a discriminação no trabalho
um negro sempre será um negro:
afirmando-se como ser humano
na luta pela vida.

Jorge Posada, 1993

RESUMO

A política pública de Assistência Social é uma política que atua para aqueles que dela necessitam. Para tal desenvolveu um importante projeto de proteção social que pretende atuar na garantia de direitos sociais destes usuários que necessitam de sua atenção. A história do Brasil, marcada pela escravidão e pelo colonialismo, relegou à sua maior parcela populacional, a pobreza, o cerceamento aos direitos humanos e a subjugação social. Esta população possui raça e cor negra, advindos dos processos de racialização da escravidão nas Américas. A pesquisa problematiza como o racismo se estruturou para manter, na égide da dita democracia racial, as desigualdades raciais persistentes no país. Estas questões reverberam na atualidade, na Política de Assistência Social, que atende em sua grande maioria a população negra. No que tange à metodologia, foi utilizada a Análise Crítica do Discurso para investigar as falas de trabalhadoras, usuárias e coordenadoras de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e identificar como a estrutura do racismo é percebida neste discurso. Utilizamos das teorias da análise crítica do discurso de Norman Fairclough (2008) e Teun A. Van Dijk (2018) para articular um embasamento sobre a transformação da prática social discursiva em torno do conceito de negação do racismo. A análise discursiva aponta como os modos de operação da ideologia se organizam no discurso de negação e dissimulação da ideia de racismo dentro da política de assistência social. As dificuldades de identificação racial do público atendido sustentam essa concepção ideológica de negação, deslocando para o fator econômico a centralidade do objeto da política. Com isso, a raça e conseqüentemente os efeitos de desigualdade da racialização são secundários e parciais nas ações desenvolvidas nos CRAS. Por fim, foram propostas ações para dentro da Política de assistência social para se contrapor aos enlaces discursivos que constroem a atuação de profissionais e as posturas de usuários.

Palavras chave: Política de Assistência Social, Racismo estrutural, Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

Public Social Assistance is a policy that operates for those who need it. To this end, an important social protection project has been developed aiming to guarantee social rights for these users who need their attention. Brazil's history, marked by slavery and colonialism, has relegated its largest population, to poverty, human rights restriction and social subjugation. This population's race are mostly black in color, resulting from the racialization processes of slavery in the Americas. The research questions how racism was structured to maintain, in the aegis of the so-called racial democracy, the persistent racial inequalities in the country. These issues reverberate today, in Social Assistance Policy, which serves mostly black population. Regarding the methodology, Critical Discourse Analysis was used to investigate the statements given by workers, users and coordinators of the Social Assistance Reference Centers (CRAS), and to identify how the structure of racism is perceived in their speech. We use the theories of critical discourse analysis by Norman Fairclough (2008) and Teun A. Van Dijk (2018) to articulate a foundation on transformation of social discursive practice around the concept of racism denial. The discursive analysis points out how the ideology's modes of operation are organized in the discourse of denial and dissimulation of the idea of racism within social assistance policy. The racial identification difficulties of the public served support this ideological conception of denial, shifting the centrality of the object of politics to the economic factor. As a result, race and consequently the effects of racialization inequality are secondary and partial in the actions developed in CRAS. Finally, actions were proposed within Social Assistance Policy, to counter the discursive links that build professionals performance and assimilated users postures, such as denial discourse.

Keywords: Social Assistance Policy, Structural Racism, Critical Discourse Analysis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – População do município de Belo Horizonte por sexo, cor/raça – 2010	30
Gráfico 02 – Percentual dos extremamente pobres por raça – 2010	31
Gráfico 03 – Distribuição de pessoas em situação de rua por raça/cor	32
Gráfico 04 – Usuários cadastrados no CRAS Morro das Pedras por raça/cor	49
Gráfico 05 – Usuários cadastrados no CRAS Novo Aarão Reis por raça/cor	50
Gráfico 06 – Usuários cadastrados no CRAS Santa Rita de Cássia por raça/cor	51
Gráfico 07 – Renda per capita das Pessoas território do CRAS Santa Rita de Cássia / Base CADÚNICO – por raça/cor	92
Gráfico 08 – Renda per capita das Pessoas território do CRAS Novo Aarão Reis / Base CADÚNICO – por raça/cor	93
Gráfico 09 – Renda per capita das Pessoas território do CRAS Morro das Pedras / Base CADÚNICO – por raça/cor	94

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Código Penal de 1890	40
Imagem 02 – Código Penal – art. 158 – Crime do ofício de curandeiro	40
Imagem 03 – Código Penal de 1890 – Art. 399 – Crime vadiagem e a capoeira.....	42
Imagem 04 – Código Penal 1890 – art. 391 – Crime de mendicância	43
Imagem 05 – Campanha da Fraternidade 2020.....	120
Imagem 06 – SANKOFA.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Resumo das entrevistas / coleta de dados.....	64
Quadro 02 – Codificação adotada para transcrição das entrevistas	76
Quadro 03 – Códigos de identificação das falantes	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Renda per capita por raça/cor – CADÚNICO em Belo Horizonte.....	91
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CF	Constituição Federal
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
COEP	Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DGAS	Diretoria de Gestão da Assistência Social
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
GVISO	Gerência de Vigilância Socioassistencial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SMASAC	Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUASS	Subsecretaria de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	16
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA	20
2.1. A Assistência Social e a questão racial	20
2.2. Raça e Discriminação Racial	33
3. METODOLOGIA	44
3.1. O Campo da Pesquisa	45
3.2. Cenário do estudo	47
3.3. Percurso metodológico: produção e organização do trabalho de campo	52
3.3.1. <i>O contexto territorial e a estrutura física dos cenários</i>	53
3.3.2. <i>A coleta de dados</i>	54
3.3.2.1. <i>CRAS 01</i>	54
3.3.2.2. <i>CRAS 02</i>	58
3.3.2.3. <i>CRAS 03</i>	63
3.4. Análise Crítica do Discurso	65
4. RESULTADOS	75
4.1. Raça, Cor e Racismo	77
4.1.1. <i>Raça e Cor</i>	81
4.1.2. <i>Pergunta sobre Raça/cor, autodeclaração e identidade racial.</i>	86
4.2. Ações Desenvolvidas no CRAS: da pontualidade à transversalidade 103	
4.2.1. <i>As nuances discursivas do racismo e o atendimento da população negra no CRAS</i>	106
4.2.2. <i>Ações transversais ou pontuais?</i>	112
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICES	129
ANEXOS	134

1. APRESENTAÇÃO

Neste texto é apresentado um trabalho que visa trazer um debate sobre a política pública de assistência social e a temática racial.

A dissertação nasce da inquietação do pesquisador no debate sobre o resgate histórico da política de assistência social, no intuito de descrever e entrelaçar as histórias de escravização e resistência da população negra e a atual política pública que atende a essa mesma população empobrecida.

Sempre me preocupou a possibilidade de descrever minuciosamente como as normativas que criaram esta política que, embora projetando grandes avanços conceituais sobre cidadania, família e proteção social, como garantia de direitos humanos e sociais à população mais vulnerável, não deu conta, em seus objetivos, de trilhar caminhos para o rompimento das estruturas e amarras que mantêm o racismo atuante nas desigualdades sociais.

Procurou-se fazer apontamentos acerca da constituição racial do país e o desenvolvimento do racismo estrutural, contextualizando a política de assistência dentro deste sistema histórico, político e cultural que sustenta tal estrutura racial no Brasil.

No que tange à metodologia, foi utilizada a Análise Crítica do Discurso para investigar as falas de trabalhadoras, usuárias e coordenadoras de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e identificar como o racismo emerge neste discurso. Vale destacar que também encontramos discursos emancipatórios e produtores de ações que geram outros significados para a construção de uma política de assistência social na garantia de direitos à igualdade racial. Buscamos nos valer de um entrelace de conceitos entre as teorias da análise crítica do discurso de Norman Fairclough (2008) e Teun A. Van Dijk (2018) para articular um embasamento sobre a transformação da prática social discursiva em torno do conceito de negação do racismo e dos modos de operação da ideologia, propostas por Thompson, sistematizados por Ramalho e Resende (2011).

Realizar a análise crítica do discurso sobre uma política pública e as formas como se expressam no discurso aquelas que estão envolvidas nessa política (trabalhadoras, coordenadoras e usuárias), foi algo desafiador. Principalmente porque o fato de ser uma política que se diz garantidora de direitos parece

incoerente, à primeira vista, que também seja uma política segregadora. Então este é um debate que enfrenta muitas entrelinhas na sua compreensão e aceitação.

Sendo assim, convido o leitor a fazer uma reflexão, proposta pelas autoras Ramalho e Resende (2011) no livro *Análise de Discurso (para a) Crítica*. O texto, como material de pesquisa, que ajudou este pesquisador a trilhar sua metodologia e também a análise aqui apresentada. As autoras, ao apresentarem exemplos de análise e suas categorias convidam o leitor a ler, anteriormente, o texto a ser analisado. E em seguida, fazem algumas perguntas reflexivas sobre o tema do texto. Usarei a mesma estratégia das autoras para convidar o leitor que, antes de continuar a leitura da dissertação, se faça as seguintes perguntas:

- O que você sabe sobre o problema do racismo no Brasil?
- O que você sabe sobre política pública de Assistência Social?
- Por que esses temas podem ser vistos como parcialmente discursivos?
- Como a questão da raça e da assistência social costumam ser representadas em variados tipos de texto?
- Que relação podemos estabelecer, entre a questão racial, a política de assistência e a representação dessas questões nestes textos?

E por fim, reflita já considerando que você sabe a origem do texto e em que contexto ele está sendo reproduzido, ou seja, são falas transcritas de usuárias, trabalhadoras e coordenadoras de uma política pública e suas reflexões sobre raça e racismo.

- Como o texto age sobre o mundo e sobre aqueles envolvidos nesta política pública?
- “Que efeitos sociais este texto pode ter?” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 118).

Este trabalho apresenta, assim, uma leitura buscando contribuir para processos de tomada de consciência acerca das estruturas que o racismo produz, inclusive dentro de uma política pública.

Para tanto, o trabalho está organizado em três partes:

Na primeira parte do trabalho encontra-se a Contextualização temática, apresentando a história do povo negro no Brasil, suas lutas e estruturas de resistência, para garantir a visibilidade de suas origens, suas culturas, habilidades e intelectualidades.

É apresentado o histórico das ações de assistência social no Brasil, desde as ações caritativas do período colonial, principalmente as de cunho religioso, com intuito de evangelização dos considerados “sem alma”, até a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), durante o governo Vargas.

Somente a constituição de 1988 se apresentou como garantidora dos direitos humanos, apontando, como um dos objetivos da República a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção do bem estar da população sem distinção de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Nesse sentido a constituição incorpora a lei Afonso Arinos, que torna o racismo um crime inafiançável e imprescritível.

No entanto, na formulação das principais políticas públicas, o controle do discurso se encontra nas mãos do poder hegemônico que, desde a abolição, se empenhou por manter o racismo encoberto pela mística da Democracia Racial e das políticas de branqueamento da população, ao mesmo tempo ocultando e perpetuando, de diversas maneiras, a escravidão na história do país.

Na segunda parte, é apresentada a Metodologia e o caminho percorrido para a produção e análise dos dados da pesquisa. Nesta parte é descrito o campo da pesquisa e os critérios para a seleção dos CRAS a serem pesquisados, assim como do tipo de usuários e trabalhadores que melhor se adequariam como respondentes. Definiu-se pela realização de entrevistas individuais com as trabalhadoras do CRAS (psicólogas e assistentes sociais) e o encontro de grupos focais para expressarem e debaterem as questões, organizados em 2 eixos analíticos:

- *Raça e cor*, onde se analisam falas que denotam a percepção dos participantes para a compreensão de Raça, que se mistura ao entendimento de cor de pele.

- *Pergunta Raça/cor, autodeclaração e identidade racial*, onde são apresentadas as reações dos usuários diante da pergunta autodeclaratória de raça/cor, presente e obrigatória no cadastro do CRAS.

Neste aspecto discute-se sobre a autoidentificação inscrita nestes discursos, assim como os embaraços e percepções sobre este aspecto.

Um desafio posto, que transpareceu nesta pesquisa, está no fato de o pesquisador ser também trabalhador de CRAS, efetivo na política municipal de assistência social de Belo Horizonte. Foi um desafio, uma vez que os entrevistados,

trabalhadoras e coordenadoras, são colegas de trabalho e, portanto, foi necessário cuidar para que a análise não se tornasse um ataque e sim um convite à reconstrução social das práticas produtoras e reprodutoras do racismo. Assim, seguindo uma máxima do pensamento dialético e expresso nas palavras do pensador Edward Bach “Onde está seu maior defeito, aí está sua maior virtude”¹, será também pelo caminho de ser um trabalhador da Assistência Social que me possibilita uma compreensão empática das dificuldades de se tratar da questão racial nesta política pública.

E, por fim, as considerações finais, em que foi expresso reflexões acerca dos processos que podem contribuir para conduzir essa política e o fazer cotidiano à uma mudança na prática social, que reverbere em possibilidades de superação do racismo. Iniciando por superar os modos discursivos da ideologia racista de negação da sua existência estrutural. Muitos passos já foram dados neste sentido e o momento é de vislumbrar mais possibilidades de ação e pesquisa.

¹ Extraído do site <https://essenciaisauade.com.br/seu-maior-defeito-sua-maior-virtude/> acessado em 17/11/20.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

2.1. A Assistência Social e a questão racial

A história de mais de 350 anos de escravização no Brasil é tempo histórico suficiente para apagar as memórias, os vestígios das origens, das culturas, das habilidades e intelectualidades. Aos negros escravizados foram dadas a censura, as amarras, as correntes, além dos castigos físicos e psicológicos.

A abolição e o Estado não trataram e não resgataram as histórias e as origens da população negra. Quem lutou para preservar e manter sua cultura e sua história foram eles mesmos que, embora subjugados, se organizaram e estruturaram formas de lutas, resistência e existência, resistindo aos diversos ataques, e processos de empobrecimento e marginalização. Pouco mais de um século depois de abolida a escravidão ainda quem cuida e luta pelo resgate e preservação de suas memórias e histórias é essa mesma população negra.

Todavia, a parte da história contada pelo povo negro escravizado teve pouca ou nenhuma ressonância nas disputas pelo controle do discurso nas formulações das principais políticas públicas e, nesse sentido, este trabalho focaliza a Política de Assistência Social. Chama-se atenção a esse aspecto porque a população negra, desde a escravização das Américas, é mantida como a mais vulnerabilizada.

Para introduzir esse assunto destaco a contribuição da pesquisa realizada também em âmbito de mestrado, de uma autora que relacionou a Política de Assistência Social, à questão racial e de gênero. Gracyelle Costa Ferreira, em 2016, desenvolveu pesquisa junto ao programa de mestrado em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo como título: *Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. A autora apresentou uma vasta pesquisa de resgate histórico e entrelaçamento com a história da população negra no Brasil, desde a colonização até o modelo atual de gestão democrática do SUAS. Ferreira (2016) destaca as relações de gênero e família negras na relação com a constituição da visão de assistência social.

Ferreira (2016), desenvolveu profundo resgate histórico da população negra, com destaque para as mulheres negras, suas formas de luta, resistência e resiliência, para sobreviver ao processo escravocrata e racista brasileiro e como essas histórias se entrecruzam com a história da política de assistência social. A autora destaca as relações de poder que se estabeleceram entre a escravidão, a igreja e o estado, com intuito de dominação e apaziguamento dos conflitos raciais e culturais existentes.

As ações assistenciais no período colonial eram principalmente de cunho religioso, fossem por benesses advindas da igreja, ou com intuito de evangelizar aqueles que precisavam de sua ajuda, estabelecendo a lógica de “troca de favores”. Vale destacar que ser evangelizado contra seu desejo não é um favor prestado a ninguém, porém era uma estratégia de sobrevivência, mesmo porque não lhes eram dadas outras escolhas.

A introdução forçada em uma nova doutrina religiosa foi utilizada desde o início do tráfico negreiro como uma estratégia de dominação, controle e domesticação dos povos africanos que vieram para o Brasil, sob a justificativa de resgate das almas ou dos sem almas, como também eram considerados os negros. “O batismo foi um modo identificado então pela Igreja Católica, como método de “salvação” destes povos através da conversão ao cristianismo(…)” (FERREIRA, 2016, p. 39).

Outro método de dominação que pretendia criar um ritual de passagem que marcasse a saída dos africanos de suas terras eram as voltas em torno da Árvore do Esquecimento. Esse ritual pretendia marcar simbolicamente a sua partida para o novo mundo. Era sabido que não retornariam mais às suas terras.

Segundo a crença, se mulher dar-se-ia sete voltas, se homem, nove e a partir disso, as memórias, histórias, vivências, crenças e cultura daquele povo simplesmente desapareceriam. Deste modo, esquecendo-se de sua identidade, não teriam motivos para rebelar-se contra as atrocidades às quais seriam submetidos/as (FERREIRA, 2016, p. 39).

Estes são dois exemplos destacados, de como o discurso é utilizado na história da humanidade, e de construção do racismo como método de transformação da realidade e das práticas sociais, utilizando a dominação como meio. A modificação imposta de uma cultura religiosa, tendo a raça na esteira desse

processo, busca moldar padrões discriminatórios e de subjugação através da tentativa de apagar/aniquilar a cultura de um povo.

Essas histórias contadas marcam, dentre muitas outras, a força discursiva que se impunha como estratégia de dominação de um povo sobre o outro. O açoitamento, tortura, marcação do corpo com ferro quente, também fizeram parte da construção discursiva desse processo. No entanto, Ferreira (2016) resgata as histórias de luta e resistência. Vale lembrar a lei da física que para toda ação existe uma reação. E os diversos povos africanos que foram trazidos para as Américas e para o Brasil possuíam uma vasta amplitude religiosa, intelectual e cultural.

As pessoas trazidas para o Brasil, vendidas como escravas pertenciam a etnias variadas e em diversificados estágios culturais. Alguns, como os adeptos do islamismo, já chegavam em terras brasileiras alfabetizados e, ao contrário da perspectiva homogeneizadora, que lhes imputava a condição de bárbaros, aqui aportaram “iorubás ou nagôs, daomeanos, congolezes, malês ou mulçumanos, angolanos, ganenses, moçambicanos, dentre outros” (GONZALES, 1982, p. 18), com padrões culturais e conhecimentos diferenciados (FERREIRA, 2016, 41).

Toda essa riqueza cultural, de fato não se perdeu, apesar de todas as tentativas de dominação. Utilizando-se de novas configurações comunitárias, familiares, religiosas e linguísticas, os negros construíram estruturas de luta e resistência. Mattos (2007) descreve as fugas, revoltas, a organização comunitária dos quilombos, as negociações que permitiram o cultivo de roças próprias e também o suicídio como formas de resistir à escravidão.

Por meio de várias estratégias, que iam desde o enfrentamento direto até a obediência e a fidelidade para com o senhor, encontravam formas para alcançar a liberdade. (...) A partir do século XVII, os escravos que sofriam maus-tratos do seu proprietário, podiam trocar de senhor ou entrar com uma ação judicial de liberdade. Os escravos tomavam também a iniciativa de acionar autoridades judiciais, muitas vezes com apoio das irmandades religiosas destinadas aos negros (...) (MATTOS, 2007, 122).

O ser humano é um ser cultural, que vive em comunidades e sempre constrói formas de se organizar para preservar sua cultura, família e religião. Os diversos povos negros escravizados buscaram, de muitas maneiras, se organizar para manterem sua condição humana de vida. Outra estratégia para a manutenção de

seus rituais religiosos criados pelo povo negro foi o sincretismo, baseado na associação de uma entidade religiosa própria com a entidade (santo) religiosa da igreja dominante.

Isso ocasionou situações como as identificadas, anos depois, por historiadores em Ouro Preto, que identificaram na Igreja de Santa Efigênia, de uma irmandade de negros, inúmeros elementos na ornamentação da igreja que remetem ao candomblé (GOMES, 2010). (FERREIRA, 2016, p. 112).

Com o fim da escravidão, as entidades e instituições se organizaram para assumir esse lugar assistencialista, já que não houve ações governamentais para subsidiar apoio à população recém-liberta que não tinha emprego, vestimenta e moradia. No entanto,

Essa concepção, que permeou praticamente todo o século passado, delegou à Igreja o papel de prestar assistência aos necessitados sob a ótica da caridade e da benemerência, propiciando, ainda, a criação de entidades filantrópicas para atender às demandas sociais, como concessão e não um direito (CRUZ; e GUARECSHI, 2009, p. 29).

Nesta direção, também os negros precisaram se organizar para criar formas alternativas de apoio. As irmandades negras e, mais tarde, o movimento negro, trataram de prestar assistência aos seus, principalmente até a primeira metade do sec. XX em que não se tinha uma ação estatal instituída (FERREIRA, 2016).

(...) Elas foram importantes socialmente, porque ofereciam assistência, ajudavam em momentos de dificuldade financeira, proporcionavam um enterro e uma sepultura dignos e colaboravam com a compra de alforria (MATTOS, 2007, p. 165).

Este relato é muito significativo pois marca que ações de assistência social também tiveram em sua origem organizações negras, inclusive com concessão de benefícios, hoje instituídos e normatizados pela política pública, como por exemplo a concessão da gratuidade do sepultamento que atualmente é tipificado pela política de assistência social (BRASIL, 2014). Esse fato é pouco difundido nos resgates históricos institucionais da Assistência Social.

Posturas de caráter racista ou de conotação negligente marcaram a atuação do Estado brasileiro diante da população negra,

especialmente no pós-abolição, com a ideia de “aperfeiçoamento racial” da nação brasileira. Esta ação conservadora ganha corpo com o desprezo, no mercado formal, da mão de obra negra recém-liberta, que entrou no século XX gozando de uma liberdade cativa, dado seu aprisionamento aos grilhões da pobreza. A forma alternativa de sobrevivência encontrada por muitos foi através da assistência social prestada no período colonial pelas Irmandades Negras, e posteriormente, na República pelas associações e organizações do Movimento Negro (FERREIRA, 2016, p. 24).

A partir da metade do sec. XX surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que assume o comando nacional de ações de assistência social. A LBA teve como primeira coordenadora a primeira dama Darcy Vargas, o que inaugurou o primeiro *damismo* como estrutura de gestão da assistência social no país. As primeiras damas dos presidentes da república assumiam essa função dentro do governo. Ferreira irá destacar o papel das mulheres na condução deste trabalho da LBA:

No primeiro momento a LBA surge como uma expressão patriótica para apoio das mulheres brasileiras às famílias dos pracinhas que foram à guerra, mas passado este período a instituição ganharia novos contornos. As mulheres de classe média e alta chamadas a realizar um trabalho voluntário dedicado aos “mais necessitados” (p. 25). Ora, as voluntárias da LBA não poupavam esforços para a garantia da consolidação da função protetora das famílias pobres “desajustadas” – ou seja, as que não se encaixavam no modelo “nuclear” de família - aplicando à mulher a função de mantenedora desta “ordem” familiar, “capacitando-a”, para o exercício de seus deveres como mulher-mãe (FERREIRA, 2016, p. 117).

A LBA, então, concentra as ações de assistência social a partir do comando da primeira dama e passa a escolher/selecionar as instituições que iriam receber recursos para executar suas obras de cunho assistencialista. As ações de assistência social como dar comida aos pobres, doação de roupas, orfanatos para internar crianças que perderam os pais, dentre outras, eram formas atender às famílias empobrecidas.

Sem nenhuma coincidência, o público das ações de assistência social no Brasil sempre foi a população negra. As famílias “pobres, desajustadas, os mais necessitados”, eram em sua maioria escravos recém-libertos que, sem políticas sociais para serem amparados, foram mantidos subjugados e à margem da estruturação estatal que o país vivenciava a partir da república recém constituída em 1889 (FERREIRA, 2016). Ainda que existissem as ações das irmandades e

movimento negro, para se alcançar a massa populacional eram necessárias ações de grande espectro, que apenas o Estado é capaz de desenvolver.

Desta forma, antes da Constituição de 1988, a assistência social era sustentada em ações de caridade, assistencialismo e benevolências que perpassam à vontade/boa vontade de seus executores. Ou, ainda, era executada numa contrapartida social para manter vivos os trabalhadores e as famílias pobres subalternizadas diante do capitalismo exploratório. Assim, promover aquele sujeito ou família a um novo status social não fazia parte do projeto assistencial.

Da versão puramente caritativa no século XIX, fundada na meritocracia, que estigmatizava os pobres, a um componente das primeiras legislações sociais dirigidas à regulamentação do trabalho infantil no século XX, a assistência social ampliou seu campo de intervenção, mas não conseguiu mudar de status. Assim, ela foi sempre considerada uma ajuda provisória para suprir as 'dificuldades individuais' das populações pobres, em geral, aquelas tidas como incapazes de manter a própria sobrevivência (BOSCHETTI, 2006, p. 5, apud, FERREIRA, 2016, p. 116).

Diversos casos dessas ações eram fornecidos em troca de votos, em campanhas políticas (FREITAS e GUARESCHI, 2014). As ações que ganhavam o cunho de assistência social tinham uma intenção, um ganho primário ou secundário, por parte daqueles que a praticavam.

Neste contexto, é importante salientar que, no Brasil, as demandas de assistência social se misturaram com o projeto escravocrata do país, que teve o povo negro escravizado como principal fonte de trabalho desde o início da colonização. Após a abolição da escravidão, a população negra foi deixada à sua própria sorte, sem políticas afirmativas de apoio à subsistência e trabalho, sem estudos formais e sem moradia (FERREIRA, 2016).

É importante compreender que, ao longo dos anos, desde a colonização até a metade do sec. XX, a legislação brasileira oscilou por marcações segregacionistas que reafirmaram o projeto de relegação da população negra a situações alarmantes de desigualdade no país. Destaco a legislação de cunho constitucional que se fez por orientação do racismo eugenista, demonstrada, como força e disputa de poder, nas implementações também de ações assistencialistas e sociais. De muitas

maneiras isso serviu para construir processos de manutenção do status quo adquirido ao longo do período escravocrata do país.

A constituição de 1934 marca essa disputa de poder e as contradições que possuía a questão racial na centralidade do debate. Serviu de marco na implementação de regulações da intervenção estatal na mediação de direitos universais e de políticas sociais, como a garantia de educação pública, gratuita e igualdade de direitos, como explicita o art. 113, por exemplo:

Art. 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

1) Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas. (BRASIL, 1934, art. 113)

Contudo, as contradições do país acabaram por se expressar na própria constituição. Elaborada no período em que o pensamento eugenista ganhava força no Brasil, foi incorporado o artigo 138² que, ao incentivar a eugenia na educação garantia ações que mantinham as restrições de acesso da população pobre e negra que eram consideradas como degenerados e vagabundos. Este artigo da constituição marca inclusive, como prova da regulação o tanto que o racismo no Brasil foi estruturado legalmente. (ROCHA, 2018). O referido artigo também menciona garantias de proteção, de serviços especializados de amparo aos desvalidos, à maternidade, às proles numerosas contanto que fossem adotadas medidas de restrição da moralidade, que garantissem a higiene social, mental e contra os venenos sociais. O texto acaba por associar ações de assistência social com ações eugenistas de higienização social, engendrando representações segregacionistas atreladas aos serviços sociais. Seria possível reconhecer em

² Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

ações socioassistenciais da atualidade resquícios da elaboração eugenista e discriminatória da constituição de 1934?

Simone Rocha (2018) ressalta que o pensamento eugenista que permeava as políticas sociais era visto como ações que deveriam ser capazes de manter a segregação da população pobre e negra. Mas os defensores da ideologia eugenista consideravam que não eram suficientes para alcançar esse objetivo, então:

A mesma Constituição que estabeleceu a garantia de ensino primário e sua gratuidade em todo o estado nacional brasileiro, também defendia através do Art. 138, o estímulo à educação eugênica como necessária ao país, defendida pelo discurso inflamado de parlamentares, médicos e políticos eugenistas que consideravam que ações de ordem social, filantrópica ou educativas seriam apenas paliativas e não resolveriam o problema da raça (ROCHA, 2018, p. 62).

Desta forma, o pensamento eugenista aplicado à educação produziu uma lacuna de acesso e integração ao universo escolar profundo. Também foi utilizado para relacionar ações de “ordem social” como sustentáculos de um projeto que se pretendia, apesar da abolição, manter os lugares raciais ocupados por negros e brancos na sociedade, quais sejam, brancos na elite e com acesso à educação e políticas que promovam ascensão social, e aos negros a filantropia e serviços sociais de amparo higienistas, que impeçam a mobilidade social.

Apenas em 1988, na Constituição Federal, que a Assistência Social se torna uma política pública, sendo um dever do estado e direito de quem dela necessitar.

A despeito de resquícios de conservadorismo (ÁVILA, 1990), a Constituição Federal/1988 trouxe avanços no tocante aos direitos sociais: ampliação e extensão dos direitos sociais; universalização do acesso, expansão da cobertura; certo afrouxamento do vínculo contributivo; concepção de seguridade social como forma mais abrangente de proteção; recuperação e redefinição de patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; princípio da responsabilidade do Estado, da esfera pública no atendimento dos direitos (FONTENELE, 2007, p. 153).

Vale lembrar que a constituição de 1988 se desenhou como grande garantidora dos direitos humanos, inclusive apontando, em seu art. 3º, os objetivos fundamentais da República e, em seu inciso III, a erradicação da pobreza e marginalidade, assim como reduzir as desigualdades sociais e regionais. No inciso

IV está inscrito o objetivo de promover o bem de toda a população sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Da mesma forma, incorpora, no seu art. 5º inciso XLII, a lei Afonso Arinos, que torna o racismo um crime inafiançável e imprescritível (BRASIL, 1988).

Esses artigos orientam as formulações de políticas públicas a partir da constituição, ao assegurarem atendimentos que promovam o bem ao cidadão e que sejam isentos de preconceitos, de toda e qualquer forma de discriminação, nomeadamente as de origem, raça, sexo, cor e idade. Faço referência à lógica de nomeação das formas de discriminação, uma vez que para a compreensão das demais entrelinhas de como o racismo se organiza na sociedade e principalmente na sua legislação, as nomeações são significativas: palavras que moldam o discurso e suas práticas sociais.

Ainda com toda a garantia de direitos e tendo a assistência social instituída com política pública, cinco longos anos após a Constituição Federal de 1988 e com diversas manifestações sociais e disputas políticas, apenas em 1993, foi sancionada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A lei aponta as diretrizes para o estabelecimento da Política Nacional de Assistência Social de acordo com a CF.1988, prevendo a assistência como um direito e não mais como uma troca de favores (FONTENELE, 2007; FREITAS, 2016).

Passado mais de uma década, em 2004 foi instituída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Esta foi a normativa responsável por um novo ordenamento das ações de assistência social. Contudo, é importante reconhecer que apesar destas novas diretrizes, ainda estamos em processo de mudança e de rompimento com os antigos modos de produzir a assistência social no Brasil.

A Política de Assistência Social se materializou com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005 e busca combater as desigualdades sociais e a pobreza através do acesso e da garantia de direitos sociais. No entanto, as desigualdades raciais, que historicamente se revelam como fator preponderante para a manutenção da pobreza e de outras desigualdades, não aparecem nas normativas da política como foco de combate.

Todavia, existe um fator que a política de assistência social ainda que reescrita e instituída como política pública não alcançou: a produção de ações que visassem o combate ao racismo institucional dentro do SUAS. Ainda que em alguns

trechos de suas normativas e tipificação aponte este combate como um objetivo, não fica claro ou evidente quais as ações que essa política pública tem realizado para contribuir no combate à discriminação racial.

No que tange ao perfil dos sujeitos atendidos pontua-se que além da situação de vulnerabilidade, ocorre o precário ou nulo acesso aos direitos e aos serviços públicos, o que acarreta a fragilização dos vínculos familiares, da sociabilidade e do pertencimento.

Na esteira deste debate, está a Política de Assistência Social que se destina a proporcionar uma proteção social ao sujeito em sofrimento social causado por diversos níveis de vulnerabilidades. Freitas e Guareschi (2014), apresentam um debate importante sobre o objeto e objetivo dessa política, que são seus usuários. Dentre as discussões está a constatação de que a política, mesmo tendo como objetivo a emancipação e superação das diversas condições de subalternidade de seus usuários, ainda mantém os processos de reprodução social de subalternidade.

Os autores não fazem o recorte racial desta condição e não realizam nenhuma análise nesse campo, e apontam outras pesquisas que chegaram a esta mesma constatação. Porém, tal conclusão dialoga com as concepções acerca do racismo estrutural, que organiza aparatos institucionais que aparentemente “tratam” das desigualdades, mas no que tange à população negra, reproduz parâmetros que os mantêm em situação de desvantagem social, cultural, política e econômica. E ainda, que os autores não tenham explicitado a questão racial ao dimensionarem certa incapacidade da política de promover a emancipação de seu usuário, e que é da população negra, em sua maioria, que estamos nos referindo.

Para a Política Nacional de Assistência Social, publicada em 2004, o perfil dos usuários a ser atendido pela política foi concebido considerando os fatores estigmatizantes que afetam o público:

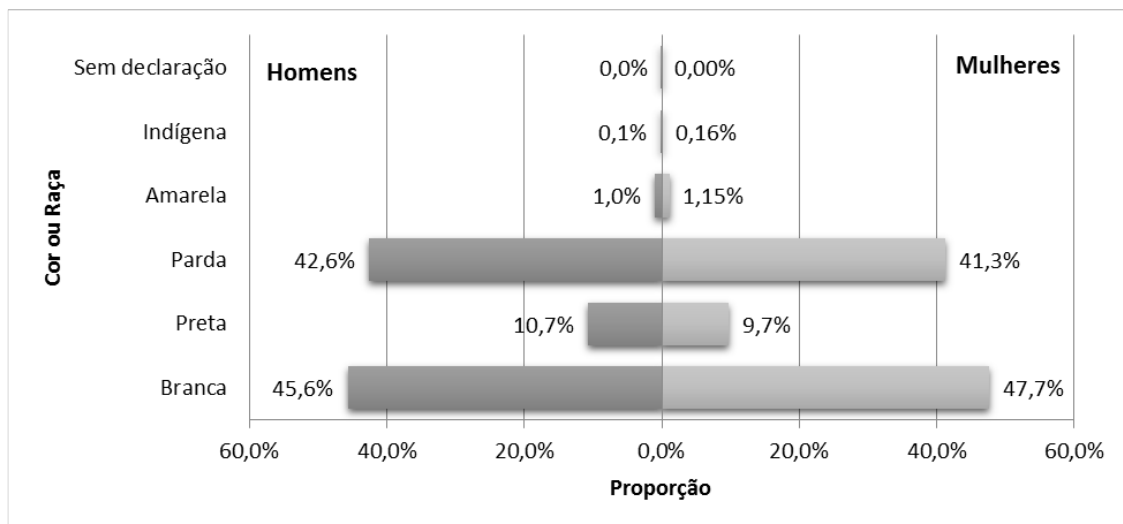
Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal;

estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p. 33).

Em estudo realizado para o desenvolvimento do Plano Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte para o quadriênio 2018-2021, a questão racial é apresentada duas vezes, uma para demonstrar a distribuição racial da população e outra da população em extrema pobreza do município.

Vale ressaltar que estes deveriam ser indicadores significativos para que fossem desenvolvidas ações afirmativas específicas no plano de ação do município. O plano apresenta os seguintes gráficos:

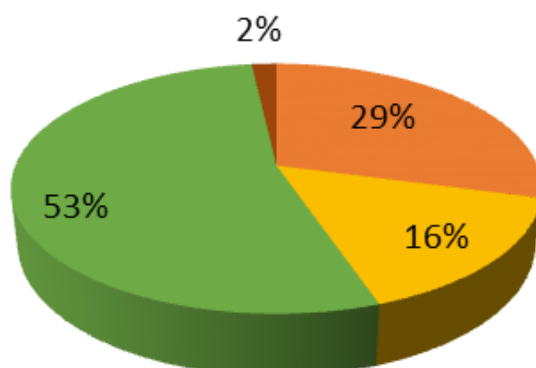
Gráfico 01 - População do município de Belo Horizonte por sexo, cor/raça – 2010



Fonte: IBGE. Elaborado por GVISO/DGAS/SUASS/SMASAC/PBH (2018)

Gráfico 02 - Percentual dos extremamente pobres por raça – 2010

■ Brancos ■ Pretos ■ Pardos ■ Amarelos ou Indígenas

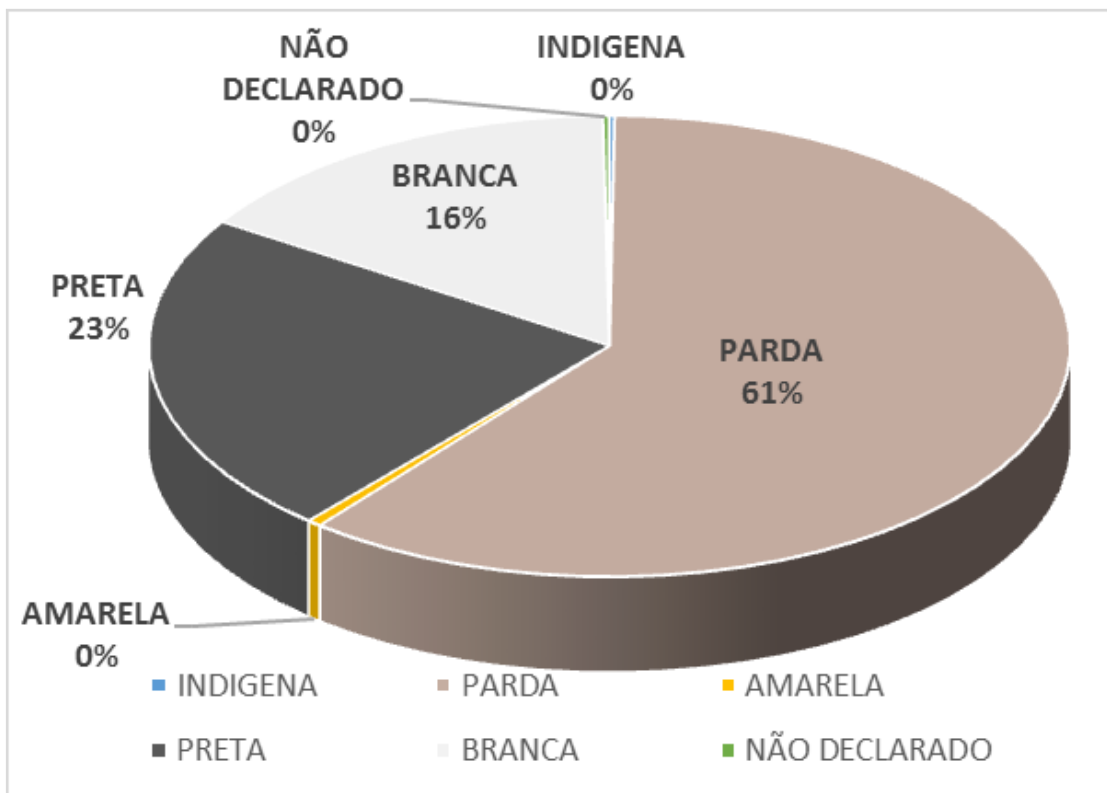


Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010. Elaboração: GVISIO - SUASS/PBH.

Tomando como padrão o formato de apresentação nas pesquisas do IBGE, que une as categorias *pretos e pardos*, para nomear a população negra, temos uma importante comparação que demonstra o abismo da desigualdade racial do município. O primeiro gráfico nos apresenta que a maioria da população de Belo Horizonte é negra, chegando a 53,3% dos homens e 51% das mulheres. Ao analisar o gráfico da população que se encontra na extrema pobreza, constatamos que, nesta condição, 69% das pessoas são negras. Essa rápida análise já nos aponta a realidade de desigualdade racial a ser enfrentada pela Assistência Social.

Outro dado apresentado no Plano é a relação de pessoas em situação de rua e raça, em que 84% dessa população se declarou negra (pardas ou pretas), ratificando a prevalência do público negro demandando ações dessa política pública.

Gráfico 03 - Distribuição de pessoas em situação de rua por raça/cor



Fonte: Governo Federal – MDS / Cadastro Único. Belo Horizonte, dezembro 2017. CECAD - MDS. Belo Horizonte, dezembro 2017. Elaborado por GVISIO/DGAS/SUASS/SMASAC/PBH

Ao analisar as diretrizes e metas estabelecidas neste plano, verifica-se que não existem ações direcionadas para o público, partindo do olhar racial que se apresenta nos dados do perfil destes usuários.

Frente a estes dados, questiono: como a Política de Assistência Social tem tratado esse tema nas suas ações, de modo a desconstruir os estereótipos e estigmas raciais brasileiros? Qual é o compromisso da política de assistência com essa agenda e como os profissionais que atuam na implementação da política de assistência articulam, em suas ações, as dimensões de raça que permeiam o território? Qual é a percepção dos usuários acerca do tratamento recebido por essa política pública? Qual expectativa estes cidadãos possuem sobre a contribuição da Assistência Social no tangente à igualdade racial e o racismo?

A política de assistência social parece não refletir o enfrentamento aos processos escravagistas do país e da escravidão no Brasil. Compreender o público, os usuários, sua história, de onde vêm, origens e potencialidades deveriam fazer parte das normativas da política pública de assistência social. No entanto, ao

construir suas normativas e conceitos, a política de assistência ignora as particularidades raciais do seu público.

2.2. Raça e Discriminação Racial

Para compreender a discussão sobre raça e discriminação racial é preciso elucidar conceitos e abordagens. Optamos pela visão histórico-cultural na qual reconhecemos a característica processual e dialógica de construtos teóricos que descrevem a humanidade e suas relações.

A construção histórica do conceito de raça passa inicialmente pela concepção do processo de classificação biológica em que se buscava diferenciar e classificar os diversos seres vivos. No entanto, quando se utilizou o mesmo conceito para diferenciar e hierarquizar o ser humano, a ideia de raça passa a ter um caráter ideológico de classificação para segregar e dominar determinados grupos étnicos, suas fontes de riqueza natural e seu território. É importante destacar a questão territorial de modo a nos facilitar, posteriormente, a compreensão de que diversas guerras por território e riquezas naturais se tornaram também guerras e disputas raciais ou racializadas no mundo moderno (MOORE, 2007; MUNANGA, 1988).

Com o avanço da ciência biológica e de estudos genéticos comprovou-se que não existem diferenças genéticas entre os seres humanos, capazes de determinar que existam raças diferentes na espécie humana. Após o mapeamento do DNA, fica claro que não há hierarquias biológicas que justifiquem uma classificação ou segregação dos seres humanos.

A partir da intervenção do pensamento antropológico e social, o termo raça passa a ser concebido como uma categoria social (LOUREIRO, 2004). Hall (2003) afirma que o termo raça faz menção a uma “categoria discursiva” e não biológica, portanto social. Isso significa que quando falamos em raça estamos fazendo um construto ideológico e discursivo.

No Brasil, essa construção possuirá uma representação da discussão sobre a discriminação. Isso reafirma a ideia de raça como uma categoria social. Reis Filho ressalta a importância da categoria étnica, principalmente por ter sido uma proposta das Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) de 1950, que aponta para uma categoria mais ampla e de “maior

alcance”. No entanto, considera que no Brasil o termo raça irá “expressar” a questão das desigualdades com maior propriedade (REIS FILHO, 2000).

Os estudos sobre a questão racial e relações étnico-raciais adotam a concepção de raça para destacar a partir de uma afirmação identitária positiva e social. Ou seja, compreende-se que a marca da classificação para segregar foi tão forte na história do ser humano que será necessário reafirmar as diferenças e apontar as desigualdades produzidas pela segregação para que se compreenda que a diversidade é positiva se vivenciada a partir de oportunidades igualitárias a todos (ALMEIDA, 2018; MOORE, 2007; LOUREIRO, 2004; BENTO, 2003; REIS FILHO, 2000; MUNANGA, 1988).

Raça, portanto, deve ser compreendida como a nomenclatura social e relacional que foi atualizada historicamente como parte da construção identitária de diversos povos, dentre eles os negros, índios, ciganos, judeus, orientais e outros (MOORE, 2007, ALMEIDA, 2018, REIS FILHO, 2000). Ainda assim, quando se fala de racismo no Brasil, o povo negro é o primeiro que aparece em nossas mentes, constituindo um grande projeto imagético sobre a raça negra, inclusive relacionando a questão racial quase como um assunto apenas de negros (BENTO, 2003).

Neste mesmo projeto histórico está o maior tráfico de escravos que nasce deste processo de racialização dos povos. Ou seja, o tráfico de escravos se tornou um projeto racializado de inferiorização desta população. Na história da humanidade, a escravidão sempre existiu, desde a Grécia antiga. Porém, foi a escravização da população da África negra que marca a segregação pela cor da pele.

A ignorância em relação à história antiga dos negros, às diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas de exploração predispuseram o espírito do europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. Negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior [...] (MUNANGA, 1988, p.24).

Almeida (2018) faz uma defesa de que o racismo é sempre estrutural. Tal concepção parte do pressuposto de que o racismo é um elemento da formação da sociedade e, portanto, está presente em todas as suas formas de organização, desde o ordenamento econômico e político que irá subsidiar a estrutura social dos

povos. Entende inclusive que este é “uma manifestação natural de uma sociedade e não um fenômeno patológico” (ALMEIDA, 2018, p. 15).

A ideia de racializar a humanidade, de classificar o ser humano em distintas raças ou ainda de apontar os que são mais evoluídos e os que são inferiores já apresenta sua dimensão relacional. Ou seja, a concepção de raça se trata de uma categorização que inicialmente se tentou com fundamentos biológicos e que, historicamente, se consolidou como uma forma de segregação social com fins de dominação de um povo sobre o outro. Esta é a essência relacional deste conceito.

A evolução conceitual do termo raça se deu na relação entre os sujeitos que foram racializados como inferiores ou superiores. No entanto, uma vertente deste processo se destacou de forma mais contundente no mundo, partindo do referencial eurocêntrico e que buscou dominar a população do continente africano, dando ao termo raça uma aproximação maior com a negritude daquele povo.

O conceito de raça, portanto, foi produzido culturalmente para legitimar a soberania de um povo sobre o outro, instituindo o racismo. Almeida (2018) nos apresenta de forma didática três concepções acerca do racismo: Individualista, Institucional e Estrutural. Afirma que tais concepções seguem três critérios para essa classificação: 1º) Relação estabelecida entre racismo e subjetividade; 2º) Relação estabelecida entre racismo e Estado e 3º) Relação estabelecida entre racismo e economia.

A concepção individualista é apresentada de forma crítica pelo autor, uma vez que tem sido associada a uma crença de que o racismo é responsabilidade de algumas pessoas que proliferam o seu ódio. “Sob esse ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo” (ALMEIDA, 2018, p. 28).

O autor ressalta que ao limitar o racismo a uma atitude comportamental busca-se minimizar ou simplificar as formas de combate, resumindo-as a ações de repressão judicial. Com isso, alguma mudança cultural ou educacional seria suficiente para acabar com o racismo. Essa concepção alimenta imaginários equivocados do tipo “somos todos iguais, e essa bobeira de racismo não existe mais, são algumas pessoas que são mal-intencionadas”. Ou seja, minimiza-se a questão ao fato de que ser racista é errado (ALMEIDA, 2018).

A concepção institucional, na visão de Almeida (2018), indica significativo avanço sobre a concepção individualista partindo da lógica do racismo como produto da dinâmica e da interação entre instituições que engendram sistemas de desvantagens e privilégios os quais se utilizam de critérios raciais. O autor destaca o que parece obvio: as instituições são racistas porque a sociedade em que foram instituídas é racista. As instituições absorvem os mesmos conflitos cultivados em sua comunidade. No entanto é no cerne institucional que normas, regras e padrões acabam por condicionar comportamentos reprodutivos de ações hegemônicas de controle de determinados grupos raciais, de modo a perseverar ideologias políticas e econômicas.

Tais padrões podem ser expressos através de critérios de contratação que, inclusive, se modificam de acordo com as “normas” sociais mais aceitas em cada momento histórico.

Reis Filho (2000) aponta que os anúncios de vagas de emprego, no Brasil, já foram explicitamente instrumento de segregação quando anunciavam que não aceitavam pessoas “de cor”. Após a Lei Afonso Arinos (nº1.390/1951) que criminaliza a discriminação racial, as instituições passaram a contratar pessoas “de boa aparência”. Este fenômeno exemplifica como as instituições absorvem os conflitos raciais da sociedade, inclusive sem abandonar o racismo que permanece na sociedade independentemente de leis que tentam barrar a discriminação, ou melhor, inclusive, com o incremento destas leis.

O domínio de homens brancos em instituições públicas – por exemplo, o legislativo, o judiciário, o ministério público reitorias de universidades públicas etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e /ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (ALMEIDA, 2010, p. 31).

Tal concepção demonstra que as instituições reproduzem o racismo tanto por ações diretas que beneficiam o grupo racial branco e do gênero masculino, quanto pela inércia ou indiferença com respeito ao combate à desigualdade racial. Todavia o autor destaca importante crítica e reflexão acerca da fluidez das instituições que, para manter domínio e perpetuação no controle, acabam por ceder na construção de

“consensos”. Desta forma, ao acompanhar o processo histórico e os conflitos sociais existentes buscam se adaptar e instauram concessões aos grupos raciais discriminados, como permitir que decisões de menor potencial sejam definidas por esses grupos. Algumas instituições irão adotar ações afirmativas com o intuito de aumentar seu contingente de representação racial que tomam as decisões menos significativas. Atendem à demanda social, porém não cedem em seu propósito de dominação e hegemonia (ALMEIDA, 2018).

Quando se acredita que com a criminalização de atos racistas o Brasil estaria acabando com a discriminação racial, o que se tem percebido, ao contrário, é que “formas menos evidentes e mais difundidas de racismo” surgem e “reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar a norma social de indesejabilidade do racismo” (CAMINO, 2001 p. 15).

No campo da proteção social no sentido amplo, o racismo institucional atua em diferentes níveis, propiciando maior ou menor proteção, segundo veremos abaixo (...):

- a) amplia e dissemina práticas de ação focalizadas nos tidos como incapazes de gerar riqueza própria: re-filantropização das políticas sociais;
- b) reduz os objetivos das políticas públicas à remediação dos efeitos colaterais da competição capitalista;
- c) abandona a perspectiva de redistribuição e transformação social;
- d) reduz a capacidade de redução ou eliminação das disparidades raciais e de gênero, entre outras. (WERNECK, 2013, p. 33).

A terceira concepção proposta por Almeida (2018) desvela o racismo estrutural, uma vez que o racismo faz parte da ordem social constituinte da sociedade. Neste sentido, as instituições “apenas” reproduzem os significantes dominantes. O autor nos apresenta uma visão histórico-político-cultural do racismo, em que sua existência na sociedade se perpetua a partir da estrutura política, econômica e cultural de manutenção do grupo racial branco em espaços de poder e dominação.

Os processos históricos e políticos engendraram o racismo nas sociedades, instituindo normas e definindo padrões culturais de comportamento e condutas que tornam as relações individuais e institucionais, naturalmente segregacionistas. Tal concepção não retira dos sujeitos sociais a responsabilidade por seus atos racistas ou mesmo antirracistas. Pelo contrário, amplia a compreensão sobre o racismo para além da atitude isolada de um sujeito ou instituição “mal-intencionada”. O que existe

são investimentos governamentais, políticos, econômicos, em decisões fundantes de um modelo de vida social que perpetua, sistematicamente, processos de diferenciação baseados na raça. A complexa teia de constituição de uma sociedade alimenta processos racistas que, ao mesmo tempo em que instituem padrões culturais, são também instituídos por essa cultura. Ainda que uma pessoa não se manifeste discriminatoriamente sobre o outro, o racismo está operando na dimensão social que institui as relações desse povo. Moore (2007) faz uma profunda análise histórico-cultural da construção do grande projeto de dominação baseado nas diferenças fenotípicas da sociedade para explicar essa mesma dinâmica estrutural que Almeida (2018) sintetiza em sua obra.

Moore (2007) nos apresenta estruturas discriminatórias que escolheram a raça como ponto segregacionista, que nos remete a tempos anteriores ao tráfico negreiro e os processos de escravização dos povos africanos. Ressalta constructos históricos que elegem a população negra para ser subjugada e inferiorizada diante do branco. Para Carlos Moore (2007), portanto, o racismo produz a insensibilidade humana para com o outro que não pertence ao grupo fenotípico majoritariamente aceito no mundo. Tal insensibilidade produzida pelo racismo retira do ser humano sua capacidade de perceber o sofrimento alheio.

A partir dessa concepção, de perda da capacidade de perceber o sofrimento alheio, que a atuação em políticas públicas como a de Assistência Social deve estar constantemente vigilante. Não só porque os sujeitos aos quais prestamos atendimento estão em condições de sofrimento econômico, social, emocional e familiar, mas também, porque esse sofrimento é histórico e está arraigado nas distopias que o racismo engendrou.

Dois projetos nacionais que desconfiguraram as utopias de uma nação realmente igualitária surgiram no pós-abolição da escravatura e logram êxito no Brasil, ao engendrarem um imaginário social de democracia racial e o ideal de branqueamento.

O Brasil, em relação às outras nações americanas, foi o país a escravizar o maior número de africanos e foi o último país do mundo cristão a abolir a escravidão, em 1888. Apesar desses dados, entre 1900 e 1950, o Brasil cultivou, com sucesso, uma imagem de si mesmo como a primeira “democracia racial” do mundo, sendo a convivência entre brancos e negros descrita como harmoniosa e igualitária. Essa concepção, tornada discurso oficial, é, na verdade,

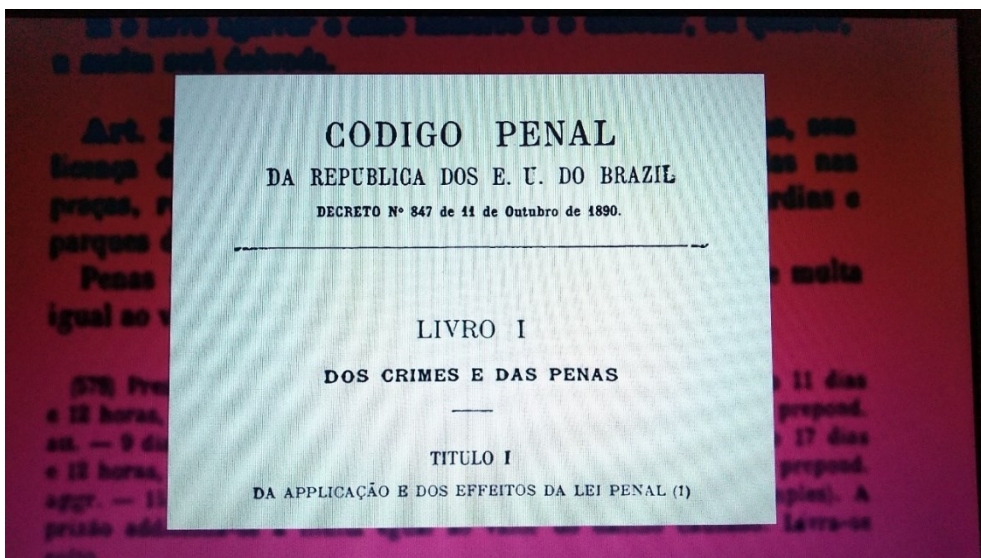
um mito, hoje questionado pelos brasileiros (FERREIRA, 2000, p. 39).

Parece uma lógica pouco racional, do ponto de vista histórico, pensar o país como racialmente harmonioso. No entanto, torna-se bastante compreensível ao considerar o jogo de poder que as elites políticas e econômicas desenharam para o Brasil. O mito da democracia racial, portanto, consolidava os projetos pós-abolição de manutenção das desigualdades raciais já naturalizadas no país e, assim, mascaravam o racismo e a discriminação racial por diferenças econômicas ou de classe. É a exemplo do que está grafado em um dos versos do Hino da Proclamação da República que diz que “Nós nem cremos que escravos, outrora, tenham havido em tão nobre país...”. Esse hino foi composto em 1890 apenas dois anos após a abolição da escravatura e já se fazia menção a escravidão como se fosse um fato antigo e que realmente deveria ser esquecido, e suas marcas nefastas não deveriam macular tamanha nobreza do país.

Esse modo *de ver para fazer desaparecer* (o negro) é muito difundido, tanto em nível de refinados *ensaístas* e cientistas sociais, como entre dirigentes políticos, assim como é assimilado e reproduzido, ao que tudo indica, pela maior parte da população, seja entre brancos, seja entre negros, mestiços ou não-brancos (FRANCISCO, p. 127, 2000) (grifos do autor).

O culto pela democracia racial escondia as reais intenções de leis e estatutos sociais, que claramente tinham como alvo a criminalização e/ou segregação da população negra. Cita-se o projeto eugenista presente na Constituição de 1934, e também antes disso, no Código Penal de 1890.

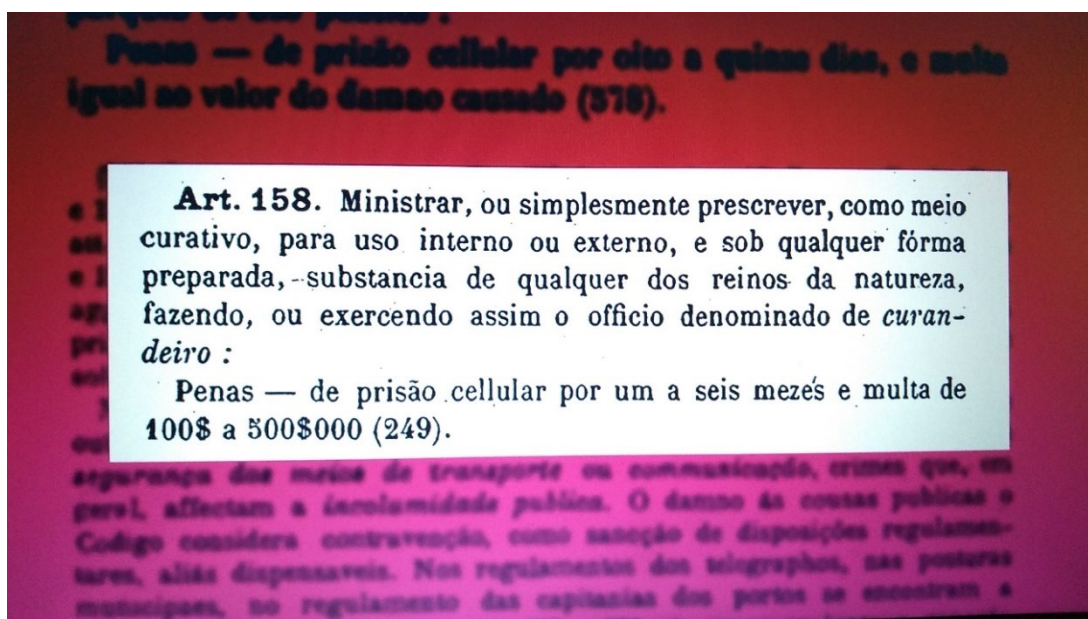
Imagem 01 - Código Penal de 1890



Fonte: Imagem retirada do documentário A última Abolição, 2018.

O código penal tornava crime, no seu art.158, a prática de religião de matriz africana colocada no bojo do que se chamou de “curandeiro”. O ato de criminalizar a religião, vai de encontro a manutenção do projeto de dominação de um povo sobre outro impondo determinada doutrina e dogmas religiosos através da restrição da manifestação de outras expressões da religiosidade humana. Além de marginalizar a religião e marca-la como algo errado, ilegal.

Imagem 02 - Código Penal – art. 158 – Crime do ofício de curandeiro



Fonte: Imagem retirada do documentário A última Abolição, 2018.

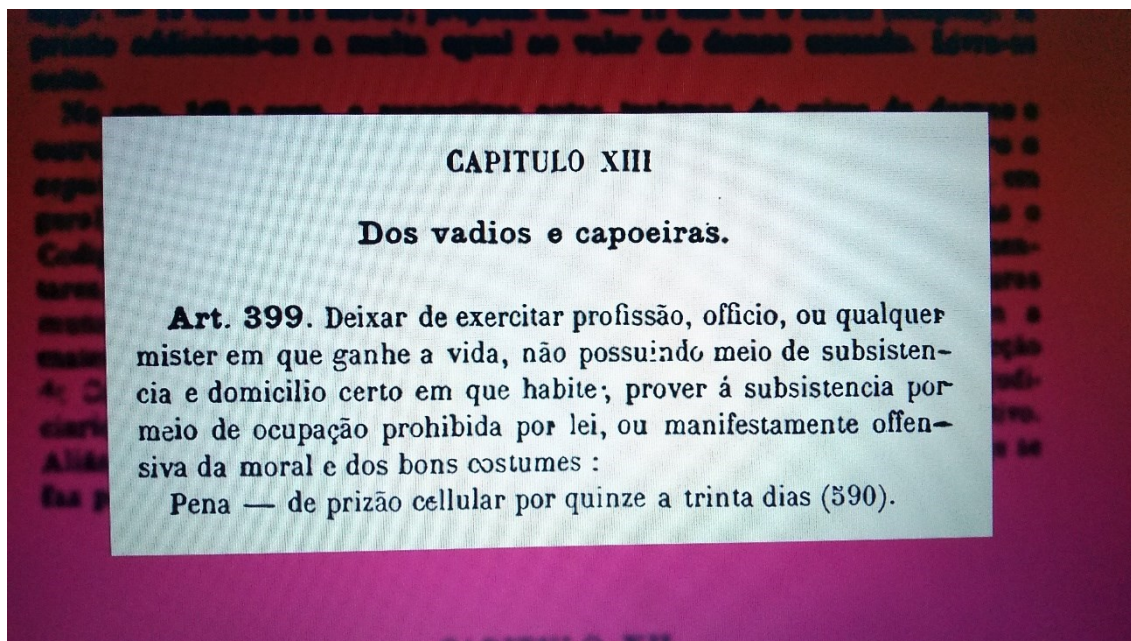
Neste mesmo Código Penal, o art. 399 criminalizava a “vadiagem”, e a capoeira. A vadiagem, relacionada à vagabundagem e ociosidade, busca a criminalização daqueles que não estão trabalhando, “desocupados”, que não tem profissão, atrelando duas posições que marcam a cultura nacional e que associam o negro neste lugar do “vadio”, “vagabundo”. A primeira está relacionada ao fato de que se você não tem emprego, se você não trabalha, não tem profissão você não é considerado um cidadão digno de liberdade. A segunda associação relaciona a falta de trabalho e de emprego ao crime, a uma situação irregular, à marginalização.

Aos negros ex-escravos não lhes foi garantido alternativas de emprego após serem dispensados, ou saírem por vontade própria de seus postos de trabalho. Também muitos dos recém libertos eram adolescentes que ainda não tinham profissão. Tem-se aí a primeira marca associada aos adolescentes em conflito com a lei, que cumprem hoje medidas socioeducativas na assistência social na proteção social de média complexidade, e que permanecem em sua maioria adolescentes negros³. Estas duas marcas afetam o trabalho da política de assistência, já que insere na lógica criminal, da ilegalidade, o fato de o sujeito não estar ligado ao mundo do trabalho, seja por escolha ou pelas condições que lhe foram impostas.

Importante também citar que a criminalização da capoeira deslegitima um símbolo cultural, de luta e resistência, na tentativa de cercear sua manifestação, novamente marginalizando a prática cultural do povo negro, vinculando sua expressão, e àqueles que a praticavam como criminosos e ilegais.

³ Este é um outro tema de pesquisa dentro da assistência: Medidas Socioeducativas e o racismo, como determinantes da criminalidade e marginalização de adolescentes negros no Brasil.

Imagem 03 - Código Penal de 1890 – Art. 399 – Crime vadiagem e a capoeira



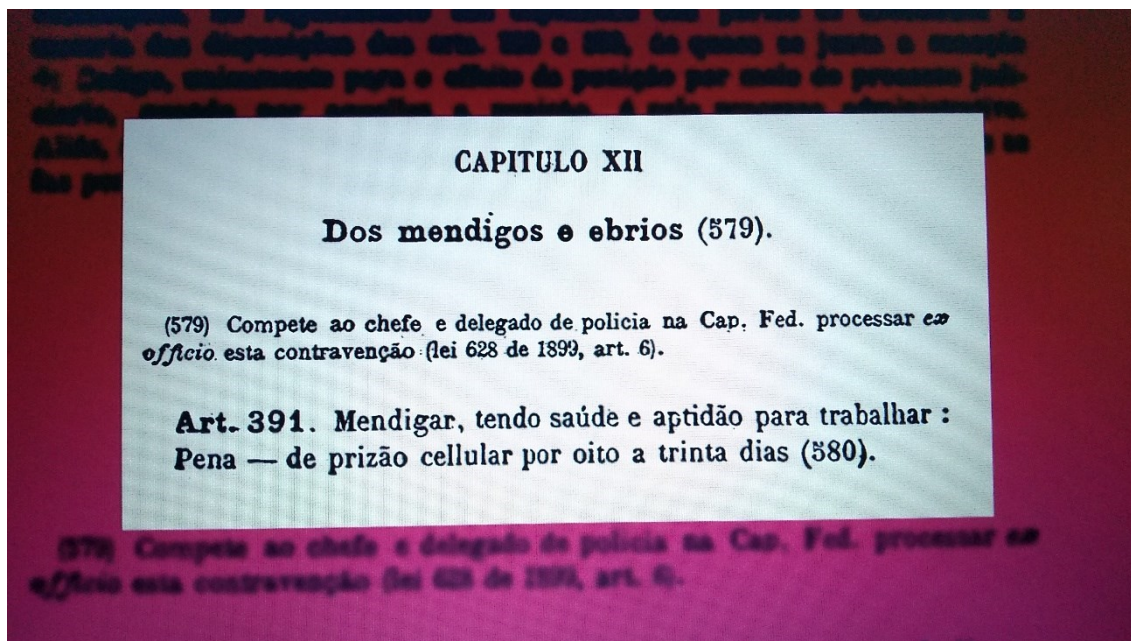
Fonte: Imagem retirada do documentário A última Abolição, 2018.

Por fim, o art. 391, criminaliza a prática da mendicância. Aqueles que pedem esmolas para se sustentar, que ainda hoje são um público alvo de atuação da política de assistência social através do serviço de abordagem a pessoas em situação de rua, os abrigos e albergues⁴, seguem com atendimento aos seus usuários, composto em sua maioria por pessoas negras. Novamente o vínculo com o emprego coloca na ilegalidade os ex-escravos que não tiveram acesso à educação, habitação, saúde e trabalho.

Portanto, a criminalização da prática cultural, religiosa e da pobreza possuía alvo direto: a população negra recém-liberta. Os artigos do Código Penal expressam não apenas preconceitos e discriminações que permanecem nas práticas sociais brasileiras, mas principalmente a estruturação do racismo de forma orquestrada e legitimada nas leis do país.

⁴ Destaco aqui mais um tema relevante de pesquisa sobre as relações raciais na Proteção Social Especial de Alta complexidade dentro dos abrigos e albergues e a relação com a população de Rua. Assim como nas casas de acolhimento de crianças e adolescentes, qual trabalho é desenvolvido para valorização racial identitária dessas crianças e adolescentes?

Imagem 04 - Código Penal 1890 – art. 391 – Crime de mendicância.



Fonte: Imagem retirada do documentário A última Abolição, 2018.

Todo esse contexto de permanência das práticas discriminatórias nos faz refletir: sendo a assistência social a política que irá atender ao público de pessoas em situação de rua, de extrema pobreza, pessoas desempregadas, será que não reproduzimos olhares racistas para esses contextos? O fato de a religião de matriz africana ter sido criminalizada no país não impede, de forma preconceituosa que articulações estratégicas territoriais sejam produzidas com os terreiros de candomblé e umbanda, da mesma forma como são comumente realizadas as articulações com as igrejas cristãs?

No que se refere às legislações e normativas, o Brasil possui diversas ações que legitimaram a discriminação e a desigualdade racial, utilizando-se da estrutura racista. Mas tentou valer-se do “título de democracia racial” para encobrir e dissimular o racismo que se organiza nas entranhas da sociedade.

Dessa forma, faz-se necessário que o combate ao racismo estrutural ocorra também através de legislações e normativas que elaborem ações, e não apenas que se declarem igualitárias.

3. METODOLOGIA

Este é um estudo de abordagem qualitativa. A opção pelo método qualitativo de pesquisa se deve ao caráter intrínseco da proposta que se pretende estudar: como o racismo atravessa o atendimento da política pública de Assistência Social e como se dá a relação do trabalhador com o usuário?

Minayo (2010) ressalta a influência profunda que constructos sociais, históricos e culturais têm na lógica de funcionamento do imaginário coletivo, o qual, por sua vez, engendra a realidade de maneira objetiva. Para a autora, a “consciência histórica” que os seres humanos possuem irá dar “significado e intencionalidade” na forma como “interpretam suas ações e construções” (MINAYO, 2010, p. 40). Dessa maneira, esta pesquisa pretende extrair esses elementos dos sujeitos envolvidos nas relações da assistência social, atravessados pelo contexto racial brasileiro.

Desvelar as formas com as quais o racismo opera no cotidiano de uma política pública poderia ser tratado através do caminho quantitativo e estatístico que muito contribui para dar ao problema o contorno de sua abrangência neste cenário. No entanto, vale destacar a importância em buscar os elementos qualitativos que afetam os processos sociais e profundos relacionados ao instituinte da questão racial no âmbito da política pública de Assistência Social.

Minayo aponta que a pesquisa qualitativa tem como objetivo:

(...) o estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO, 2010, p. 57).

Este estudo pretende abarcar tais características do método qualitativo ao pesquisar as relações, percepções, crenças e opiniões de trabalhadores e usuários sobre o fenômeno do racismo.

Para tanto, foram incluídos no estudo, grupos de usuários e trabalhadores do SUAS/BH.

3.1. O Campo da Pesquisa

A política de Assistência Social do município de Belo Horizonte faz parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/BH). O SUAS classifica os municípios de acordo com o porte de cada cidade em que as capitais receberam o título de metrópole. Desse modo, Belo Horizonte possui o nível de gestão plena de acordo com as normativas da PNAS (2004). Isto significa que a cidade possui, em sua organização de estrutura, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Estes são requisitos para que o município componha o SUAS e receba as verbas de cofinanciamento entres os entes federados, quais sejam a União, o Estado e o Município.

Belo horizonte, portanto, possui o SUAS organizado em sua plenitude, tendo oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social organizados nos dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica conta hoje com uma estrutura de 34 (trinta e quatro) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde são desenvolvidos e ofertados os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Cada CRAS possui capacidade para referenciar 5.000 (cinco mil) famílias. Nesta pesquisa, foi possível identificar que em Belo Horizonte já existem equipamentos que ultrapassaram esse número de famílias referenciadas, ainda que sua estrutura não tenha sido alterada.

Os CRAS são responsáveis pela execução de três serviços socioassistenciais:

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e
3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

O PAIF é o serviço de acompanhamento familiar executado pela equipe técnica de referência que em Belo Horizonte é composta pelas duas categorias profissionais que são obrigatórias o Serviço Social e a Psicologia. Este serviço

possui como objetivo o atendimento coletivo e/ou particularizado de famílias do território, de modo a fortalecer sua função protetiva e prevenir a ruptura de vínculos ou, ainda, prevenir o agravamento das vulnerabilidades às quais essas famílias estão submetidas. Para tanto, a tipificação prevê que o CRAS desenvolva três bases de segurança sociais: a Segurança de Acolhida, a Segurança de Convívio Familiar e Comunitário e a Segurança de Desenvolvimento da Autonomia.

Descreve ainda que o serviço deve ser

(...) baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, **no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares** (BRASIL, 2014, p. 12, *grifo nosso*).

Vale ressaltar que, em uma leitura rápida, entende-se que o tema da questão racial deve estar na pauta do serviço como uma ação a ser combatida no trabalho da equipe técnica com os usuários e no território. No entanto, ao tratar de “todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização” corre-se o risco de, ao não as nomear, agir como elemento invisibilizador das opressões que acarretam os usuários da política. Neste ponto enfatizo que a tentativa de tratar de todos os temas, pode acarretar na situação de não se combater nenhum, ou de eleger de forma hierárquica qual receberá atenção na rotina de trabalho.

O SCFV deve desenvolver ações coletivas de modo a contribuir para assegurar o fortalecimento dos vínculos comunitários; deve estar em articulação com o PAIF e garantir a prevenção da ruptura dos vínculos, a fim de prevenir a institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos que compõem os ciclos de vida e faixa etária para desenvolvimento do trabalho. O SCFV é operacionalizado por meio de oficinas culturais, rodas de conversa, atividades externas que visam a criar oportunidades de acesso à informação, cultura e direitos, promovendo a participação cidadã. Os grupos de convivência são divididos por faixa etária sendo atendimento de crianças de 7 a 14 anos, jovens de 15 a 17 anos e intergeracional ou de idosos acima de 60 anos. O SCFV da faixa etária juvenil ganha o nome de PROJOVEM. O serviço “deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, **etnia, raça**, entre outros” (BRASIL, 2014, p. 16, *grifo*

nosso). A equipe deve estar atenta para que seja observada e oportunizada tal heterogeneidade na participação de usuários deste serviço, ainda que a questão racial, já esteja declaradamente nas estatísticas do município, mostrando que a presença do perfil racial negro é maioria nos atendimentos da política.

Vale ressaltar que se algum técnico se deparar com um grupo em que a maioria de seus usuários sejam não-negros ou que seja percebida a ausência de usuários negros, essa seria uma situação de estranheza para o olhar técnico, considerando as premissas do SCFV, a partir de um olhar crítico.

Por fim, o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas em Belo Horizonte é executado por meio do Programa Maior Cuidado que visa atender a pessoas idosas ou com deficiência, em situação de vulnerabilidade social, que estejam fragilizadas em seus vínculos familiares e comunitários e/ou com ausência de possibilidades e acesso de inserção comunitária e habilitação social. O serviço oferta cuidadores que passam horas ou turnos no domicílio do usuário desenvolvendo atividades que promovam a autonomia, o convívio familiar e cuidados.

3.2. Cenário do estudo

O trabalho de seleção dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) participantes do estudo foi iniciado com a pesquisa sobre quais equipamentos possuíam dentro do seu território de comunidades quilombolas. Essa estratégia foi escolhida primeiramente porque os quilombos são comunidades tradicionais da população negra e que fazem parte do público prioritário de atendimento da Política de Assistência Social. Outra expectativa seria a de que estes equipamentos teriam alguma relação com essas comunidades e, portanto, um trabalho em torno das relações raciais.

Belo Horizonte possui três comunidades quilombolas reconhecidas, porém uma delas, a comunidade Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango, não se encontra dentro do território de abrangência do CRAS e ainda está em área limítrofe de duas regionais administrativas da prefeitura, a Regional Centro-Sul e a Regional Leste à qual o quilombo pertence administrativamente. O território do quilombo também faz divisa com o território do CRAS Vila Nossa Senhora de Fátima que pertence à

regional Centro-Sul. Tal situação eliminou este CRAS da pesquisa para evitar uma resposta institucional previsível de que o equipamento não atende à comunidade quilombola pelo fato de que, além de estar fora da abrangência do CRAS, também está fora dos limites administrativos da Regional Centro-Sul.

Assim, foram incluídos o CRAS Morro das Pedras que possui, dentro do território referenciado, a Comunidade Quilombo dos Luízes, localizado na Regional Oeste e o CRAS Novo Aarão Reis que possui a Comunidade Quilombo Mangueiras, referenciada por sua área de abrangência e localizado na Regional Nordeste.

Um terceiro CRAS foi selecionado por estar localizado em ponto de grande concentração de população negra, segundo o Mapa Racial do Brasil produzido pelo site <http://patadata.org/maparacial/>, além de estar localizado em região da cidade de Belo Horizonte em que as distâncias sociais e econômicas estão mais próximas geograficamente. A regional Centro-Sul possui a população de classe econômica mais abastada morando em áreas limítrofes aos aglomerados, também considerados os maiores da cidade.

Desta forma chegamos à escolha de três equipamentos. Este número de CRAS também foi escolhido por uma questão de viabilidade da pesquisa posto que não teríamos tempo hábil para pesquisar um número maior.

Os Centros de Referência deveriam possuir ao menos um grupo do SCFV em funcionamento e dispor de equipe de referência com pelo menos um profissional da área de psicologia e um do serviço social para contemplar o que está disposto na NOB-RH do SUAS (BRASIL, 2009).

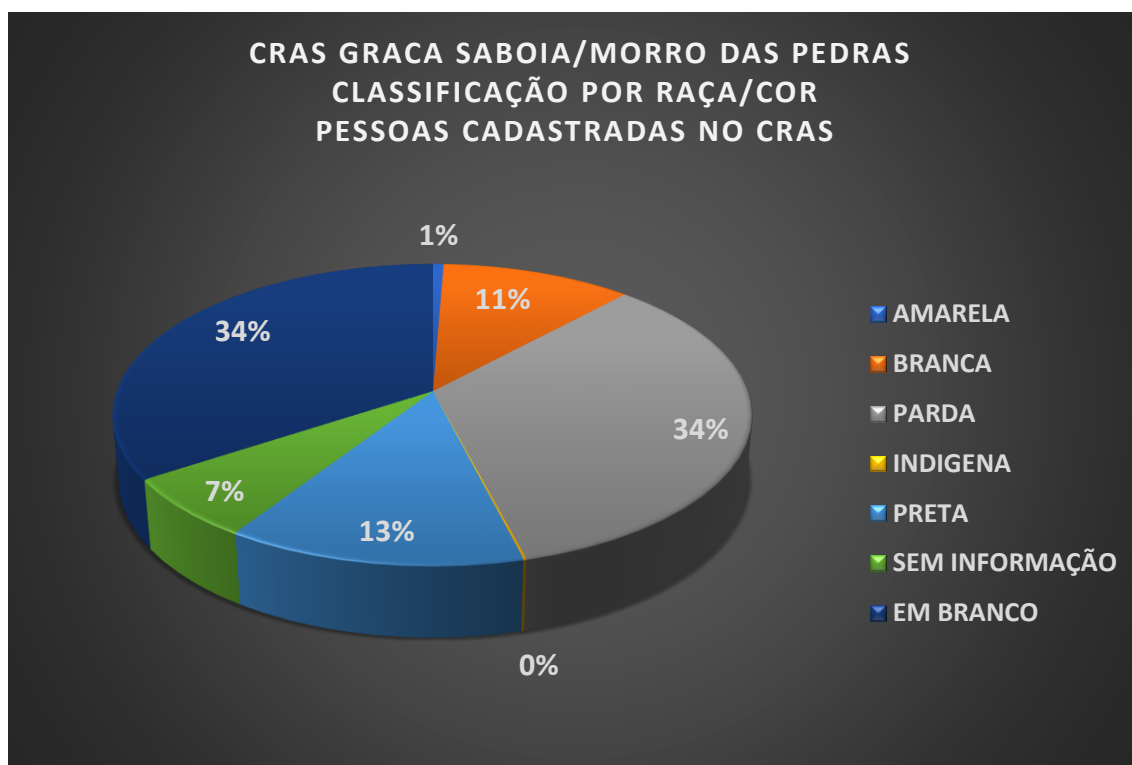
A partir desta seleção, foi feito um levantamento, por contato telefônico, com as coordenações de cada CRAS e enviada mensagem via aplicativo (app), para sondagem do cenário a ser apresentado no projeto de pesquisa. Coletamos dados do número de técnicas, formação, serviços de convivência ofertados, ciclos de vida atendidos e horários de funcionamento, para identificar a potencialidade de realizar grupo focal e entrevista com as trabalhadoras. As mensagens foram enviadas em julho de 2019.

O CRAS Morro das Pedras possui o SCFV Grupo de convivência de idosos (três grupos) e um grupo intergeracional. Neste CRAS, o Projovem acontece com apoio da rede parceira sendo desenvolvido fora do equipamento. Conta com 5 (cinco) técnicos de nível superior sendo 02 psicólogas e 03 assistentes sociais.

Do perfil dos usuários do CRAS foi identificado, através dos dados fornecidos pela SUASS que, daqueles que tiveram a questão racial respondida no cadastro, 13% se declarou preto, 34% pardo, 11% se declarou como branco, apenas 1% se declarou amarelo. Há um contingente significativo de cadastros não preenchidos (34%) e 7% sem informação. Esses dados revelam que 47% do público atendido pelo CRAS constitui a população negra (pretos e pardos), e também revela um índice significativo 41% dos cadastros não tiveram resposta sobre o quesito raça/cor⁵.

Vale ressaltar que os indicados como “sem informação” representam uma ação do técnico que efetivou o cadastro em indicar que a questão não foi respondida pelo usuário, mas que como não possui campo para assinalar o motivo, este pode sugerir por exemplo que houve a recusa por parte do usuário ou por não saber responder.

Gráfico 04 - Usuários cadastrados no CRAS Morro das Pedras por raça/cor



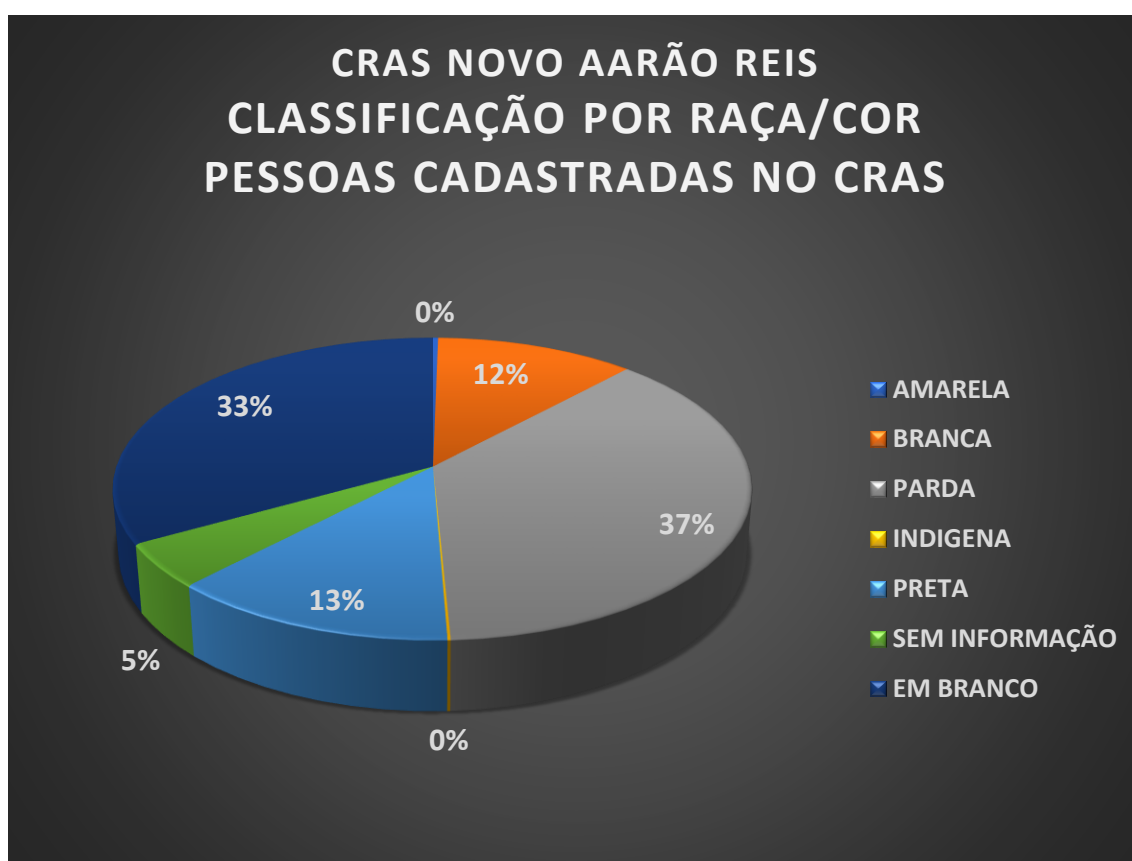
Fonte: GVISO (2020). Elaborado pelo pesquisador a partir de planilha fornecida pela GVISO/DGAS/SUASS/SMASAC/PBH.

⁵ O quesito raça/cor é tido como questão obrigatória do cadastro do CRAS.

O CRAS Novo Aarão Reis possui apenas o SCFV Grupo de convivência da terceira idade. Possui 4 (quatro) técnicas, sendo 03 psicólogas e 01 uma Assistente Social.

O perfil racial dos usuários neste CRAS indica que daqueles que tiveram sua raça/cor registradas no cadastro se autodeclararam 13% pretos, 34% pardos, 12% declaram ser brancos, 1% amarelos e 33% dos cadastros constam em branco e 5% sem informação. O percentual de usuários negros atendidos no equipamento alcança por tanto os 50% do público cadastrado e 38% de todos os usuários cadastrados deixaram ser identificados na sua autodeclaração por raça/cor.

Gráfico 05 - Usuários cadastrados no CRAS Novo Aarão Reis por raça/cor

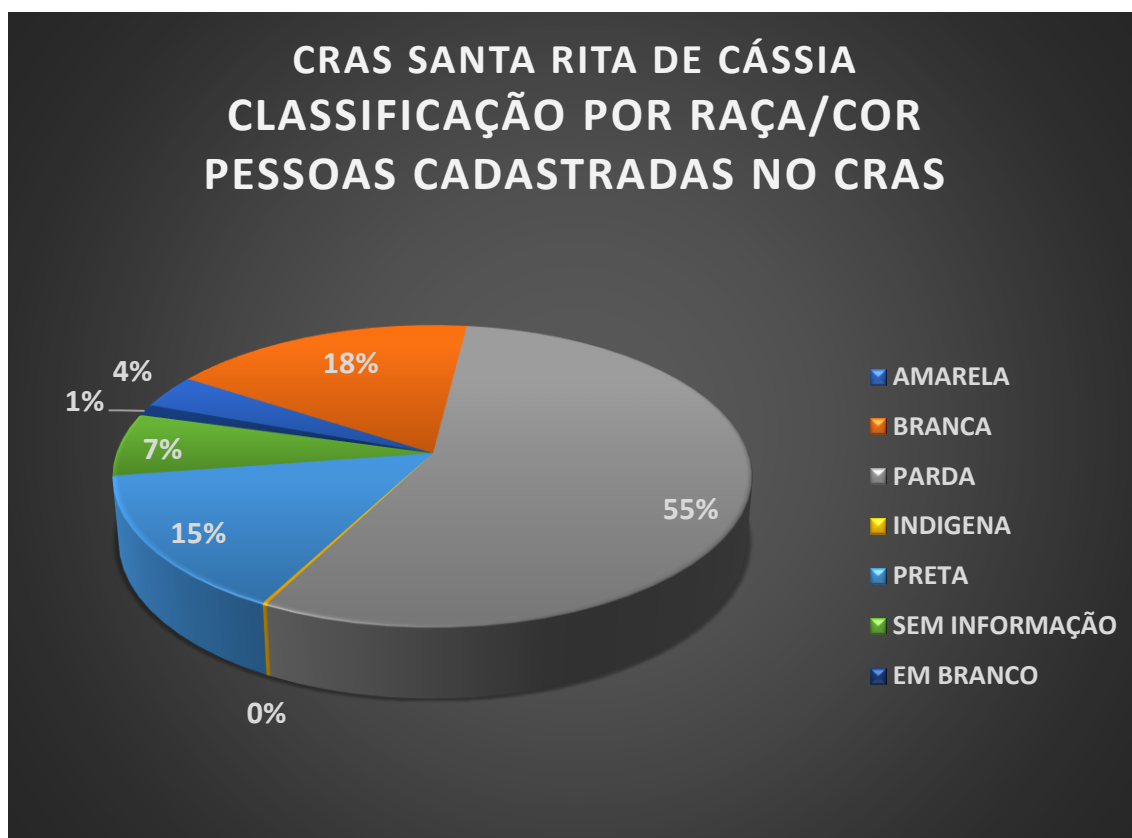


Fonte: GVISO (2020). Elaborado pelo pesquisador a partir de planilha fornecida pela GVISO/DGAS/SUASS/SMASAC/PBH.

O CRAS Santa Rita possui o programa Projovem e o Grupo de convivência de idosos e intergeracional. Ali trabalham 4 (quatro) técnicas, sendo 01 psicóloga e 03 Assistentes Sociais.

Sobre o perfil racial dos usuários temos que 15% se declararam pretos, 55% pardos, 18% se declaram branco, 4% declararam ser amarelos e apenas 1% dos cadastros estão em branco e 7% sem informação. Este equipamento apresentou o menor índice de cadastros em branco e sem informação somando apenas 8% de ausência de informação sobre a raça/cor dos usuários.

Gráfico 06 - Usuários cadastrados no CRAS Santa Rita de Cássia por raça/cor



Fonte: GVISO (2020). Elaborado pelo pesquisador a partir de planilha fornecida pela GVISO/DGAS/SUASS/SMASAC/PBH.

Destacamos que, neste levantamento, não foram identificadas pessoas que se autodeclararam como indígena em nenhum dos três CRAS. Além disso, dois dados chamam atenção, o primeiro sobre a presença significativa de usuários negros, perfazendo a maioria em todos os equipamentos. Segundo é o alto índice de cadastros com o quesito raça/cor em branco e/ou sem informação. A maioria dos usuários se autodeclararam como pretos ou pardos, era esperado e confirmam que o caminho da pesquisa está válido. O segundo ponto é que até havia expectativa de encontrar certo índice de ausências das respostas, porém, identificamos que em

dois CRAS mais de 1/3 dos usuários cadastrados não tiveram sua identidade racial autodeclarada e reconhecida no cadastro.

Todos os CRAS possuem uma recepção que é a porta de entrada e primeira acolhida das demandas dos usuários. Todos os equipamentos visitados dispõem de salas para atendimentos individuais, sala para atividades coletivas e de multiuso, onde são desenvolvidas as atividades do SCFV. Possuem uma sala exclusiva para a coordenação do equipamento e sala para a equipe técnica de referência do PAIF, além de sala para equipe de educadores do SCFV. Os três CRAS possuem, ainda, espaço de atividades esportivas, como quadras esportivas em que são desenvolvidas outras atividades para além dos previstos nos serviços. Contam com atividades em parceria com a Saúde como a Academia da Cidade e em parceria com escolas municipais, escola integrada por exemplo.

A pesquisa conseguiu alcançar apenas dois equipamentos previstos inicialmente. Isto se deu por dificuldades de agendamento e disponibilidade de um CRAS. Estes percalços serão detalhados na apresentação do percurso metodológico.

Os dados foram coletados com sucesso e incorporados no projeto de pesquisa que foi submetido à qualificação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP), além da anuência e aprovação da Sub Secretaria de Assistência Social (SUASS) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). A carta de anuência da SUASS foi dada no dia 05 de setembro de 2019, a qualificação aconteceu no dia 06 de setembro e a aprovação da COEP em 24 de outubro e no dia 31 de outubro de 2019 recebemos e-mail final de autorização da SUASS para início do trabalho de campo.

3.3. Percurso metodológico: produção e organização do trabalho de campo

Com as aprovações legais e institucionais, foi iniciado o trabalho de campo. O primeiro movimento foi o contato formal com as coordenações dos três CRAS selecionados. Essa comunicação foi feita por e-mail no dia 04 de novembro de 2019 e foram enviadas, em anexo, todas as cartas e autorizações bem como o projeto da pesquisa para análise e conhecimento. Tive retorno por e-mail de apenas uma coordenação avisando que estava de férias e que retornaria no final do mês e que

novo contato deveria ser feito nessa época. As outras duas coordenações, apesar de não terem respondido ao e-mail, me responderam por mensagem de app. Iniciamos, portanto, no começo de novembro entre os dias 04 e 08, as primeiras tentativas de agendamento para apresentação da proposta das entrevistas e elaboração de calendário para que o trabalho de campo com usuários e trabalhadoras acontecesse.

Considerando as características singulares de cada CRAS, passamos a descrever o contexto.

3.3.1. O contexto territorial e a estrutura física dos cenários

O primeiro CRAS visitado fica localizado em uma avenida fora do território de maior vulnerabilidade da área de abrangência, ou seja, não está geograficamente dentro da comunidade que se propõe a atender. No entanto, sua localização é estratégica, por estar em uma via de grande acesso por transporte público e também deve ganhar em breve uma nova Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da saúde que está em transferência para o lote ao lado do CRAS. A expectativa é que o acesso dos usuários aumente com essa proximidade de equipamentos públicos.

O CRAS possui um grande auditório, equipado com isolamento acústico e poltronas o que faz o equipamento receber uma demanda de serviços da comunidade como escolas, associações, projetos, ONGs para uso compartilhado do espaço. Essa ação produz uma circulação constante de usuários no equipamento.

As entrevistas foram agendadas em dias com menor volume de atendimentos, principalmente as entrevistas com as trabalhadoras. Ainda assim, foi possível notar essa circulação de pessoas, invariavelmente.

O CRAS possui uma construção horizontal, plana, que valoriza a acessibilidade e o deslocamento dentro do equipamento. Este CRAS estava em meio a obras de adequação das salas de atendimento particularizado. As salas estavam recebendo divisões de alvenaria no lugar das divisórias de compensado que eram abertas no teto com compartilhamento do vão com a recepção. O objetivo da obra foi garantir sigilo aos atendimentos. Ainda que as entrevistas tivessem sido agendadas em momento de acabamento da obra, o barulho interferiu bastante na captação do áudio, principalmente no grupo focal com usuários.

O segundo CRAS visitado possui características diferentes, primeiro porque está localizado no alto do aglomerado, em ponto central dentro do território, permitindo que uma parcela dos usuários se desloque a pé até o equipamento. Ainda assim, nem todos os usuários fazem esse tipo de deslocamento, em função da topografia da comunidade que está localizada em um morro. Para os usuários que residem mais distantes, subir a pé até o CRAS pode ser um dificultador, e por isso existem linhas suplementares de transporte público que circulam no bairro. Este CRAS foi construído verticalmente necessitando de escadas ou elevador (que não está funcionando) para o deslocamento até o segundo andar, no caso de acesso às salas de atendimento particularizado.

A rua onde funciona o CRAS possui intensa circulação de pessoas, tanto em função da concentração de comércio local, quanto das escolas públicas localizadas ao redor do CRAS, uma escola Estadual e um Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI). A quadra do CRAS é utilizada em compartilhamento com a EMEI.

A entrada do CRAS está no nível da calçada, transmitindo uma sensação de que a recepção é local de encontros, pequenas pausas de quem sobe a rua caminhando, proporcionando com que dúvidas sobre atendimento sejam sanadas, e que usuários se sintam mais próximos do equipamento. Durante as visitas para realizar as entrevistas foi possível observar essa circulação de pessoas na recepção com tais comportamentos, uma pausa para água, uma conversa, uma dúvida ou solicitação de atendimento.

A grande circulação de pessoas pela recepção que possui interligação com a porta externa da sala multiuso, onde são realizadas as atividades em grupo, também contribuiu para alguns ruídos na captação do áudio durante o grupo focal.

3.3.2. A coleta de dados

3.3.2.1. CRAS 01

A primeira coordenadora a me retornar as mensagens respondeu de imediato no dia 04/11/19 e solicitou prazo até o fim da semana para apresentar as possibilidades do encontro.

No dia 11/11/19 enviei nova mensagem solicitando um retorno e a coordenadora apresentou os horários e dias em que o grupo do SCFV teria uma atividade voltada para a temática racial, no dia 20/11. Convidou para que eu participasse da atividade e na oportunidade apresentar a proposta, assim como conhecer o grupo. Ainda tentamos antecipar essa agenda para o dia 13/11. Contudo, o grupo teria atividade externa e foi avaliado não ser o melhor momento, já que os usuários poderiam estar dispersos no ambiente externo e de passeio. Confirmamos a agenda para o dia 20/11. Ao aproximar-se a data, o pesquisador ficou impossibilitado pela convergência de agendas já estabelecidas e o novo encontro somente aconteceu em 11/12/19.

Na data agendada, compareci ao CRAS para me apresentar ao grupo que estava participando de uma grande oficina com o encontro de dois grupos de convivência que reunia mais de 30 idosos para o fechamento do ano e das atividades relacionadas ao Mês da Consciência Negra.

A oficina trazia contação de histórias sobre a Árvore Baobá, símbolo importante de resistência e cultura em diversos países do continente africano e também no Brasil. No período do tráfico negreiro o Baobá recebeu o nome de árvore do esquecimento, porque era dito aos negros escravizados que eles deixariam suas histórias, suas crenças e valores no pé do Baobá e foram batizados com nomes de origem cristã. A oficina trabalhou questões sobre a história do povo negro no Brasil e na comunidade.

Como o grupo estava muito envolvido na atividade não foi possível apresentar a proposta da pesquisa para os usuários. Porém ao final da oficina me apresentei para a Educadora Social e a Coordenadora do SCFV e agendamos o grupo focal para o dia 15/01/2020, uma semana após o retorno das atividades com o grupo, após o recesso de fim de ano.

No dia 15/01 retornei ao CRAS para realizar o grupo focal. Destaco, para fins de organização que apesar deste equipamento ter sido nomeado como CRAS 01 na pesquisa, recebeu a nomeação de GRUPO FOCAL 02, porque o contato com o CRAS se deu primeiro, mas o encontro com o grupo acontece depois do primeiro grupo do CRAS 02.

Ao chegar ao CRAS poucos usuários estavam presentes, a educadora social confirma que ainda chegariam mais usuários, porém, em função do período de férias

escolares, muitas idosas assumiam a responsabilidade de cuidar dos netos para que os filhos pudessem trabalhar, já que não havia alternativas para as crianças sem a escola. Aguardamos até a chegada de mais alguns usuários e iniciamos a atividade do grupo focal. Outros idosos foram chegando ainda durante a assinatura e leitura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

Depois de esclarecidas todas as dúvidas, iniciamos a gravação do grupo. Tivemos interferência dos ventiladores da sala, que não puderam ser desligados em função do calor e algumas entradas de outros usuários, crianças e adolescentes que passavam pela porta principal da sala multiuso, que também permaneceu aberta durante toda a atividade. A porta era um vitral de parede a parede, o que tampouco adiantaria seu fechamento. A passagem da entrada da sala multiuso possui conexão com a recepção e a quadra do equipamento, sendo local de circulação constante de pessoas. Também tivemos interferência no áudio pela proximidade com a rua, por onde passavam carros de som, buzinas, pessoas com tom de voz mais alto e barulhos de ônibus e caminhões.

Vale aqui destacar que, para a realização da gravação do áudio nos grupos focais e nas entrevistas individuais escolhemos um aplicativo gratuito de gravação de áudio desenvolvido para celulares Android pela “quality apps” de nome “Gravador de Voz – Versão 3 (42.0)”, selecionado pela boa avaliação de outros usuários do app.

No grupo focal utilizamos dois aparelhos de celular com o app para garantir que todas as vozes fossem captadas e, nas entrevistas individuais, apenas um aparelho. Foram realizados testes em sala de aula, ambiente similar aos das salas multiuso e com número de pessoas similares ao dos grupos dos SCFV e a gravação apresentou bom retorno. Ainda assim, apenas no momento da transcrição foi possível perceber que o som captado estava estourando muito, e infelizmente duas entrevistas individuais com trabalhadoras ficaram totalmente inaudíveis e foram descartadas da análise final da pesquisa. Após perceber esse problema, foram feitos ajustes no aplicativo, viabilizando todas as demais transcrições.

O grupo focal contou com a presença de 11 idosas e 01 idoso. A participação desse homem idoso foi percebida por ter sua fala constantemente valorada. Sempre que ele iniciava sua fala, todas as outras usuárias faziam silêncio para escutar, o que não ocorria na fala das mulheres, que sobrepunham suas falas.

A educadora também permaneceu no grupo. Ela não fez nenhuma intervenção, mas permaneceu na atividade durante todo o tempo. Esse fato gerou, em alguns momentos, uma certa segurança para algumas idosas que nitidamente fizeram referência à educadora para tomarem a palavra. Em outros momentos foi percebido que as usuárias tentaram uma fala “politicamente correta” em função da presença da educadora. Ainda assim, avalio que a presença dela foi mais positiva, no sentido de trazer conforto para o grupo, do que prejuízo de ter sua fala cerceada. A educadora também contribuiu no esclarecimento e tradução da leitura do TCLE para aquelas idosas que ela já conhecia o perfil de dificuldade de compreensão da leitura e/ou cognição.

Em função de toda a articulação realizada, a disponibilidade da educadora e a proximidade com o grupo, ela foi convidada a participar da pesquisa respondendo a entrevista individual uma vez que também era trabalhadora do SUAS prevista na NOB-RH/SUAS. Esta entrevista ocorreu no mesmo dia, após o grupo focal. A educadora possui formação em Serviço Social e sua contribuição parte do contato e experiência na condução do SCFV no CRAS.

As entrevistas com as demais técnicas da equipe de referência foram realizadas no mês de fevereiro. Vale ressaltar que durante o mês de janeiro algumas técnicas estavam de férias e depois tivemos um longo período de chuvas no município o que ocasionou diversos desmoronamentos em toda a cidade e principalmente nas áreas mais vulneráveis em que os CRAS estão inseridos. Esse acontecimento demandou muito trabalho e empenho dos trabalhadores da Assistência Social do município, inclusive deste pesquisador, que também é trabalhador de CRAS.

No dia 04/02/20 retomamos as entrevistas. Na data agendada, compareci ao CRAS e realizamos três entrevistas visto que uma técnica entrou em período de férias naquela semana. Entretanto, contabilizando a entrevista realizada com a educadora social obtivemos o número satisfatório de quatro trabalhadoras entrevistadas naquele equipamento.

No mesmo dia foi possível encontrar com a coordenadora do equipamento, que havia retornado de suas férias. Desta forma ela também foi convidada a responder à pesquisa, por considerarmos que a coordenação do CRAS compõe o quadro de trabalhadores do SUAS previstos na NOB-RH/SUAS, além de ela se

declarar negra. Essa situação já havia gerado material de análise durante as entrevistas semiestruturadas com as técnicas, e avaliamos ser importante obter as percepções da coordenação para serem analisadas na relação com as percepções da equipe sobre uma coordenadora negra. Vale ressaltar que este ponto não estava previsto no projeto inicial e que se tornou relevante após o início das articulações e entrevistas com as trabalhadoras e usuários.

As entrevistas tiveram duração média de 30 minutos, ocorreram em local que garantiu a privacidade e sigilo das respostas. Tivemos algumas interrupções, pequenas e pontuais, em duas entrevistas, pois apesar de a sala escolhida garantir privacidade, eram salas de uso comum, ora da equipe técnica, ora da coordenação e do auxiliar administrativo do CRAS. Igualmente, como no caso do grupo focal, houve interferência no áudio, por barulhos externos vindos da rua, como justifiquei no início, pela proximidade do prédio do CRAS com a comunidade.

Vale destacar que a mobilização desta equipe se deu apenas por e-mail, não houve reunião anterior para apresentação do projeto da pesquisa. Desta forma, observou-se que o envolvimento das pessoas foi menor que nas primeiras entrevistas realizadas no outro CRAS, conforme será apresentado mais adiante. Isto pode ter sido um elemento influenciador para que algumas entrevistas que não alcançaram nem 30 minutos.

3.3.2.2. *CRAS 02*

No segundo CRAS, as tratativas para a realização da coleta foram iniciadas no dia 11/11. A coordenadora demandou uma conversa inicial com ela, antes de fazer o agendamento com os usuários e trabalhadoras. Conseguimos esse encontro para o dia 13/11.

Na data e horário marcados, o pesquisador compareceu ao CRAS. Ao entrar na recepção, já fui identificado, antes mesmo de me apresentar, sinal de que minha chegada era aguardada com cuidado e que minha presença já indicava um personagem distinto e de fácil identificação sobre o objetivo no local.

A coordenadora me recebeu em uma sala de reuniões e convidou uma técnica do CRAS para participar da conversa. Apresentei o projeto de pesquisa e a proposta para a realização das entrevistas individuais e do grupo focal. Durante a

apresentação, a coordenadora e a técnica relataram o atual cenário da relação do CRAS com a questão racial e a relação com o quilombo presente no território.

Relataram sobre as dificuldades de construir o plano estratégico para atendimento da população quilombola que passa por desafios institucionais na relação com o quilombo e inclusive solicita ajuda, depositando certa expectativa de que a pesquisa possa no futuro contribuir com ações que facilitem o trabalho com as famílias negras do quilombo e no restante do território. Relataram que, em gestões anteriores da atual coordenação, foram realizadas tentativas de aproximação do CRAS com a comunidade quilombola e que, em sua gestão, tiveram êxito em algumas ações como por exemplo o cadastro volante do CRAS e o Cadastro Único (CADÚNICO).

Relataram, ainda, que os quilombolas participaram de um evento de fim de ano no CRAS contando sua história para os outros usuários. Apontam que aproximadamente 70% das famílias do quilombo cadastradas no CRAS se declararam evangélicas. Ressaltam este fato com preocupação, como indicio de declínio cultural e religioso da comunidade quilombola. A falta de continuidade de ações com a comunidade ocorre em função de um desgaste com a liderança do quilombo e, de um modo geral, a comunidade novamente se afastou do CRAS, sendo que até a frequência ao equipamento foi reduzida, além de não receberem bem as visitas domiciliares ou outras iniciativas do CRAS. Isto porque, segundo o relato da técnica e da coordenação, a via de comunicação pela liderança ficou fragilizada.

Outro ponto ressaltado nesta reunião foi a falta de retorno de dados sobre o recorte de raça/cor para o CRAS o que prejudicava o planejamento de ações voltadas para esse público. Atualmente, as ações voltadas para a questão racial no CRAS são pontuais e ocorrem apenas no mês de novembro, em função da data comemorativa do 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Elas também queixaram da falta de articulação e referência com os setores institucionais da Prefeitura que desenvolvem ações sobre a temática racial. Afirmam não receber informações da Diretoria de Promoção da Igualdade Racial que compõe a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC).

Por fim, apresentaram a demanda de capacitação da equipe técnica para lidar e produzir intervenções que desenvolvam a promoção da igualdade racial no território e uma maior integração com o quilombo.

Ainda nesta reunião discutimos sobre qual grupo de convivência seria melhor para aplicar o grupo focal, já que o equipamento possuía um grupo com idosos e também um grupo de apoio que discute a violência contra a mulher. Este grupo se reúne há mais de seis meses e se formou a partir do desdobramento do projeto PARA ELAS, sendo que o CRAS tinha o objetivo de transformá-lo em um grupo do SCFV.

O projeto PARA ELAS foi desenvolvido pela Faculdade de Medicina e deu origem ao programa de Mestrado de Promoção da Saúde e Prevenção da Violência ao qual esta pesquisa está associada. As reuniões desse grupo no CRAS têm como característica o apoio mútuo entre mulheres vítimas de violência, em articulação com ações da saúde e outros serviços públicos. A atividade é coordenada por uma técnica do Centro de Saúde e, nesta ação, a coordenação do CRAS, sempre que possível, participa das atividades assim como as técnicas se revezam para acompanhar o grupo. Por todo esse histórico e por conter cerca de 70% de mulheres negras, avaliamos que o grupo focal poderia acontecer com este grupo de usuárias. Também avaliamos esta escolha como pertinente, uma vez que já estava definido, com o primeiro CRAS que fiz contato, que lá o grupo focal seria com idosos. Desta forma alcançaríamos uma maior diversidade no perfil dos usuários. Retomo aqui a explicação sobre a nomeação dos grupos. Este grupo focal recebeu na pesquisa a nomenclatura de GRUPO FOCAL 01, porque foi o primeiro grupo com o qual o pesquisador se encontrou, porém o equipamento recebeu o nome de CRAS 02, uma vez que foi o segundo CRAS a responder o contato inicial do pesquisador.

Escolhido o grupo partimos para o agendamento que precisou ser adiado uma vez por causa de obras no equipamento. A reunião aconteceu no dia 10/12. Inicialmente, na reunião com a coordenadora, foi solicitado que a atividade do grupo focal pudesse ser realizada no auditório do CRAS, isto porque aquele espaço estava equipado com isolamento acústico, o que iria contribuir significativamente com a captação do áudio. Contudo, como houve o adiamento da atividade, na nova data outro evento estava sendo realizado no auditório e fomos direcionados para a sala multiuso onde o grupo já possui costume de se reunir.

A sala é bem ampla podendo inclusive ser dividida em duas por biombos móveis, porém o sistema de deslizamento das divisórias estava com defeito e não foi possível a redução da sala. Este ponto trouxe para o áudio interferências de eco das falas e barulhos como o arrastar de cadeiras e brincadeiras das crianças presentes. Por se tratar de um grupo de mulheres e suas vulnerabilidades, muitas delas precisam levar seus filhos para viabilizar a sua participação. Estiveram presentes durante o grupo focal cerca de 5 crianças na faixa etária de 4 a 12 anos, além de um bebê de colo, recém-nascido.

O grupo iniciou com a participação de uma técnica do CRAS e da Coordenadora. Elas contribuíram na distribuição do TCLE e orientação das usuárias quanto aos locais de preenchimento e assinatura, assim como com a lista de presença. A coordenadora também contribuiu na organização de um espaço, no fundo da sala, no lado oposto ao que o grupo se reuniu, para entreter as crianças com uma mesa pequena com lápis de cor e canetinhas, desenhos para colorir, alguns brinquedos e folhas em branco.

Ao iniciar o grupo, com a gravação e lançada a primeira pergunta para as usuárias, a técnica e a coordenadora do CRAS avaliaram que seria melhor que elas não participassem para evitar constrangimento nas respostas e deixaram a sala, sem nenhuma interferência ou comentário, apenas sinalizaram para mim que saíam, e que estavam disponíveis caso necessário. Uma das mulheres participantes do grupo é a representante do Centro de Saúde que conduz a atividade do grupo, em parceria com a Assistência Social. Esta profissional participou da roda contribuindo nas reflexões. Sua presença não inibiu nenhuma usuária, ao contrário, em alguns momentos facilitou a participação de algumas mulheres. No entanto, o que foi percebido é que suas intervenções, em algumas situações, conduziu o debate para a política de saúde e para outras demandas que não a da questão racial em si, mas que fazem relação e nos ajudarão a compreender o quão complexa e necessária é a compreensão da temática racial e suas intervenções.

O debate do grupo foi intenso do início ao fim da atividade. Foi registrada 1h e 24 minutos de participação ativa de todas as usuárias. Nenhuma se absteve de falar. Tivemos problemas no áudio, no que se refere ao ruído do ventilador, barulho das crianças brincando e conversando com suas mães em alguns momentos, do bebê

que chorou em vários momentos, e em uma situação que inviabilizou a compreensão das falas. Também tivemos o barulho da obra, que apesar de ser em outra sala do equipamento, era possível escutar, assim como o barulho das marteladas inviabilizou a compreensão de algumas falas.

E por fim, o debate acalorado que, em diversos momentos provocou as usuárias a falarem ao mesmo tempo, e quando mais de duas falavam não era possível compreender o que diziam, no momento de transcrever as falas pelo áudio.

O grupo também contou com a participação de 17 mulheres, trazendo um grande desafio na transcrição, para identificação das respectivas falas. Além disso, a roda ficou grande e as participantes se posicionaram um pouco distantes do gravador. Para as mulheres com tom de voz mais alto, isso não resultou em problema algum. No entanto, algumas, seja pela timidez ou por ter o tom mais baixo de voz, a captação ficou instável. Desta maneira, a transcrição demandou paciência e diversas verificações nas duas gravações para confirmação do que foi dito. O tempo gasto nesta transcrição ultrapassou o planejado para esta etapa da pesquisa.

Ainda assim, a participação foi positiva e bastante provocativa para que novas atividades, envolvendo a questão racial, sejam desenvolvidas no grupo e no CRAS. O grupo parecia ter a demanda de discutir essa temática de forma latente. O grupo citou a coordenadora do equipamento algumas vezes durante o debate, por ela ser negra. Este ponto chamou atenção para a importância de também realizar a entrevista individual com a coordenadora do equipamento. Apesar de não ter sido previsto no projeto, a coordenadora aceitou participar. Ademais, seu envolvimento e demandas para com a proposta da pesquisa, validando e legitimando sua contribuição na coleta dos dados.

Após o término da entrevista no grupo focal, a coordenadora e a técnica do CRAS me aguardavam com café e bolo, ansiosas com o retorno sobre as questões levantadas no grupo. Expliquei-lhes que os resultados da pesquisa seriam compartilhados em momento oportuno e após a aprovação final do trabalho.

Neste mesmo dia providenciamos o agendamento das entrevistas individuais com as técnicas do CRAS. No dia agendado também fui muito bem recebido, com oferta de café e lanches. A sala destinada às entrevistas foi a sala de reuniões de equipe. A sala possui um ventilador que precisava estar ligado, em função do calor da sala, e a janela é voltada para o pátio de acesso dos usuários à recepção. Por

causa disso, em alguns momentos tivemos a interferência das vozes de quem passava debaixo da janela, usuários e outros trabalhadores do CRAS. Neste dia foram realizadas duas entrevistas.

As entrevistas das demais técnicas e da coordenadora ocorreram também na mesma sala de reuniões de equipe. Aconteceram no turno da manhã e, por isso, sofreram interferências do fluxo maior de usuários da Academia da Cidade que passaram mais vezes pelo local, abaixo da janela. A entrevista teve de ser parada por alguns instantes. Notei que as técnicas do turno da tarde e a coordenação apresentaram maior entusiasmo na participação. Isto pode ter sido motivado pelo fato de elas estarem envolvidas com todas as ações de articulação de agendamento e inclusive de terem participado da escolha do grupo de mulheres. Já as técnicas do turno da manhã haviam estado de férias no momento inicial de marcação das entrevistas e não participaram da reunião de apresentação da proposta da pesquisa.

3.3.2.3. *CRAS 03*

No terceiro CRAS não foi possível realizar a coleta de dados. Foram realizados vários contatos com a coordenação para agendamento de um horário para apresentação da pesquisa. Contudo, dado o período de fim de ano, não foi disponibilizada uma agenda para esse fim.

Com o início de 2020, e a retomada dos contatos com os demais CRAS, realizei novo contato e mais uma vez foi justificada a impossibilidade de agenda por motivos do volume de trabalho. No final do mês de janeiro, retomei os contatos e a coordenadora avaliou que aquele mês estava com muitas demandas de trabalho e que não seria possível realizar a reunião. Apenas no início de março de 2020, a coordenadora me retornou uma mensagem de app, indicando que se ainda fosse possível estaria disponível para reiniciar as conversas sobre a pesquisa. No entanto, esse contato coincidiu com o decreto de estado de emergência e calamidade pública no município em função da pandemia do novo Corona vírus, o que resultou na paralisação de todos os serviços não essenciais, incluindo a Assistência Social, a partir do dia 19/03/2020.

Assim, diante de todas as insistentes tentativas de agendamento, sem sucesso e, considerando os prazos da pesquisa, optou-se por finalizar o trabalho de campo com as entrevistas realizadas até aquele momento.

No total foram 8 (oito) entrevistas com trabalhadoras do SUAS, 2 (duas) entrevistas com as coordenadoras dos equipamentos e 2 (dois) grupos focais alcançando 29 (vinte e nove) usuários. Avaliamos que para o objetivo da pesquisa qualitativa e de análise de discurso esse volume de material já seria produtivo.

Outra ressalva que aponto é que neste trabalho em função da pandemia decorrente da COVID-19, não foi possível retorno ao campo para desenhar o perfil dos usuários participantes do equipamento, tendo uma perda da coleta de dados no que tange a qualificação do perfil dos participantes.

Para uma melhor visualização apresentamos abaixo o quadro 01 com resumo das entrevistas:

Quadro 01 - Resumo das entrevistas / coleta de dados

RESUMO DAS ENTREVISTAS / COLETA DE DADOS		
CRAS 01		
GRUPO FOCAL 02	SCFV IDOSOS	12 usuários
		Sendo 11 mulheres; e 01 homem
TRABALHADORAS (T5; T6; T7; T8; e C2)	01 Educadora Social do SCFV; 03 Técnicas do PAIF; e 01 Coordenadora	
	Total de 04 trabalhadoras e 1 coord.	
CRAS 02		
GRUPO FOCAL 01	Projeto PARA ELAS	17 usuárias
TRABALHADORAS (T1*; T2*; T3; T4; e C1)	04 Técnicas do PAIF*; e 01 Coordenadora	
	* Neste CRAS tivemos a perda de 02 entrevistas devido a problemas técnicos na gravação do áudio.	
	Total 02 trabalhadoras e 01 coord.	

Fonte: Pesquisa - Quadro elaborado pelo autor

3.4. Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso enaltece a elaboração e composição dos contextos aos quais se está construindo uma análise, posto que o discurso é tanto constituinte quanto constituído pelos contextos em que está envolto.

Van Dijk (2018), ao definir discurso com um evento comunicativo, ressalta seus diversos contextos aos quais está intrinsecamente relacionado. Ele descreve que ao menos cinco propriedades compõem o contexto de um evento comunicativo e que irão influenciar a produção do discurso. Aponta os “domínios sociais gerais” como o uso político, midiático e educacional, os quais irão produzir desdobramentos nas “ações sociais globais” que são desenvolvidas por estes meios, como as leis, diretrizes, normativas e bases educacionais. A partir destas, “as ações locais” serão elaboradas atendendo aos textos e seus tratados.

Para tanto, faz-se necessário atentar para “o cenário atual de tempo, lugar e circunstância” em que as tais normativas chegarão e quais serão “os participantes envolvidos” e suas diversidades sociais, ou seja, a que grupos e papéis sociais essas pessoas pertencem. E por último o autor destaca as “crenças e objetivos” daqueles que estarão envolvidos em todo esse processo. (VAN DIJK, 2018).

A proposta do autor faz correspondência com o debate e o discurso construído pelo grupo focal de usuários. A construção da conversa produzida por elas faz referência a todas as propriedades elencadas. O desenvolvimento do discurso, os problemas, as defesas, justificativas e proposições foram se apropriando, literalmente, das situações sociais às quais elas alcançam. Então suas alegações se basearam em eventos comunicativos vinculados na mídia, associadas à política e processos educacionais, que elas transportavam para suas ações diretas. De tal forma que os discursos também foram baseados em suas crenças para serem apresentados no grupo. Em alguns momentos em que a discussão tomava outra explanação, o discurso ganhava nova roupagem.

Em outras palavras, a enorme variedade de discursos racistas na sociedade não apenas reflete as várias representações sociais subjacentes, mas também, em especial, adapta-se a diferentes contextos de produção: quem disse o que, onde, quando e com que objetivos (VAN DIJK, p. 140, 2018).

Faço esta referência aqui, para evidenciar como a teoria está próxima da prática e compõe os discursos dos sujeitos, e que estes se estruturam com esses produtos do contexto ao qual estão ligados.

Ramalho e Resende (2011) destacam que a identificação do gênero textual deve perpassar a qualificação de sua interação com as práticas sociais. Isto porque Fairclough (2008) destaca as relações de poder e os gêneros discursivos. Ao identificar um gênero textual que representa, por sua vez, um modo de operação discursiva, torna-se necessário compreender sob quais cadeias relacionais o texto está vinculado.

“Gêneros, como maneiras particulares de ação e relação, podem servir para legitimar discursos ideológicos, conduzir maneiras particulares de representar práticas, influenciar modos de identificação” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 61).

O discurso é dado através de entrevistas transcritas, em que o texto representa as falas de trabalhadoras, coordenadoras e usuárias do Centro de Referência de Assistência Social. Ao analisar as falas transcritas, destacamos tanto discursos do senso comum sobre o tema do racismo, como também aparecem discursos de como a gestão pública trata o tema. As diversas manifestações do gênero discursivo se entrelaçam nas falas dos entrevistados.

Vale ressaltar que:

(...) gêneros implicam atividades específicas, ligadas a práticas particulares. Como cada atividade social possui propósitos específicos, na primeira aproximação de um gênero caberia questionar “o que as pessoas estão fazendo discursivamente”, e com quais propósitos (Fairclough, 2003a, p. 70). Estrutura genérica corresponde à organização e materialização desses propósitos (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 127).

Van Dijk (2018) nos apresenta reflexões importantes sobre a Análise do Discurso. As disputas de poder, ou melhor, a imposição de um poder sobre o outro representa, para o autor, o controle de um grupo sobre o outro. “Se o discurso controla mentes, e mentes controlam ações, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar”. (VAN DIJK, 2018, p. 18).

As contribuições de Van Dijk (2018) também permitem discutir a elaboração do discurso racista e como ele se estrutura, destacando principalmente a lógica de

classificação dos de fora contra os de dentro de seu próprio grupo. Essa concepção atravessa os discursos sobre a presença do negro nos atendimentos do CRAS.

Em outras palavras, com as muitas estruturas sutis de sentidos, forma e ação, o discurso racista geralmente enfatiza as *Nossas coisas boas* e as *coisas más Deles*, e desenfaziza (atenua, oculta) as *Nossas coisas más* e as *coisas boas Deles*. Esse quadrado “ideológico” aplica-se não apenas à dominação racista, mas também à polarização, em geral, à polarização intragrupal e extragrupal em práticas sociais, discursos e pensamentos (VAN DIJK, 2018, p.137).

O autor irá destacar essa concepção em que o sujeito valoriza o seu grupo para apontar, depreciando, o grupo de fora. Ou, ao assumir a responsabilidade sobre seus problemas e defeitos, ameniza essas atribuições, assim como descaracterizando as qualidades ou dando menos importância àquelas do grupo externo.

A pesquisa desenvolvida por Camino (2001) também explicita que a discriminação racial emerge se utilizando desse instrumento discursivo, porém não mais como atos de desvalorização de um grupo sobre o outro, mas como “manifestação clara de favoritismo pelo próprio grupo em relação ao outro grupo (...)” que é discriminado (CAMINO, 2001, p. 18).

A análise social do discurso é uma ferramenta para entender como o controle entre os grupos acontece pela via do poder, abusivo ou não. Van Dijk (2018) afirma que a liberdade de expressão não é e nunca será total na sociedade, pois sempre seremos controlados por regras, normas, leis, acordos sociais e culturais que nos dizem o que podemos ou não dizer. Essa premissa pode ser observada desde as ações cotidianas, dentro das casas, quando a mãe cerceia o uso de palavras, por exemplo, passando por culturas religiosas que não permitem que seja mencionado o nome do “diabo”, assim como dentro de empresas e instituições que buscam construir padrões de “etiqueta” de respeito entre os funcionários. O controle sobre o que pode ser dito chega às normatizações estatais que promulgam leis que proíbem a divulgação de propaganda nazista ou racista, por exemplo (VAN DIJK, 2018).

Considerando ainda que o discurso pertence, necessariamente, a um contexto ao qual está atrelado, os próprios controladores do poder, pode-se afirmar que exercem controle sobre o contexto por meio do discurso.

Muito do que aprendemos sobre o mundo é derivado dessas conversas cotidianas com os membros da família, os amigos e os colegas. Isso também é verdade para os preconceitos e as ideologias étnicas (VAN DIJK, p. 141, 2018).

A construção da ideologia racista, e sua capilaridade nas práticas sociais materializadas pelo discurso, possui bases sólidas nas conversas, trocas de ideias e convicções entre as pessoas em todas as formas de comunicação e expressão. O racismo se institui como ideologia na medida que produz teoria, prática, reflexão, ação e instituições legais como estrutura reprodutora e difusora das ideias de supremacia e dominação de um grupo sobre o outro.

As diretrizes e princípios da Política de Assistência Social, materializada no SUAS e expressa na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais traz como prerrogativa e fundamento das ações de proteção social previstas para o CRAS o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que propõe a construção de intervenções e práticas baseadas no diálogo e no combate a todas as formas de discriminação e preconceito. Desta forma, a Política através de suas normativas demonstra compreender que existe um alinhamento entre as ideologias discriminatórias e a construção do discurso. Sobre o PAIF, está previsto na tipificação que o serviço

Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo exclusivamente à esfera estatal sua implementação. Serviço ofertado necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2009, 12).

Van Dijk (2018), ao problematizar as formas de diálogo e como elas difundem ideias racistas, nos ajuda a aproximar a Análise Crítica do Discurso deste pressuposto da proteção social básica. Contribui para questionar se a Assistência Social promove por meio do fortalecimento de vínculos os diálogos necessários para o combate ao racismo. O que nos indica a pergunta: quais reproduções ideológicas estão presentes nos discursos dos participantes deste estudo, considerados como

atores sociais na implementação dessa política pública a respeito das questões raciais brasileiras?

Uma das categorias da Análise Crítica do Discurso é a ideologia como componente da prática social. Desvelar, ou tornar conscientes, as operações ideológicas podem contribuir para compreender o discurso e os elementos que sustentam a produção/reprodução das desigualdades. Ramalho e Resende (2011) revelam que a ideologia é um conceito sempre negativo, em função das disputas de poder que estão envolvidas na imposição, ou ainda, na construção de um determinado modo de produzir informação, conhecimento ou imagem que defenda ou represente certo ponto de vista.

As reflexões construídas neste trabalho perpassam o olhar do pesquisador sob as lentes e conceitos das teorias sobre o discurso, ideologia e raça que apresentamos ao longo do trabalho. Assim, não representam um julgamento pessoal ou de personalidade do sujeito participante da pesquisa; não se trata de uma avaliação de personalidade. Por exemplo, ao evocar o conceito de Dissimulação, não se refere à ideia de que a pessoa é “mentirosa”, mas sim, a um conceito analítico.

Vale destacar, como disse Almeida (2018) que o racismo não é uma patologia individual e que, portanto, não deveria ser tratada como uma doença do sujeito, mas que os sujeitos são reprodutores e/ou autores de manifestações racistas. De tal forma, as análises possuem o caráter de desvelar as posições ideológicas que compõem o discurso e com isso provocar percepções e reflexões sobre sua prática e como elas interferem na construção da realidade. Além do mais, faz-se necessário, não uma incorporação de vítimas de uma análise reflexiva, mas sim de se tornarem corresponsáveis pela mudança social que o discurso possui o poder de realizar (FAIRCLOUD, 2008; VAN DIJK, 2018).

Ramalho e Resende (2011) sistematizaram, a partir do pensamento de Thompson (2002), cinco modos gerais de operação da ideologia e formataram um quadro didático para visualização e compreensão destes conceitos: Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação e Reificação.

Vale ressaltar que em todo discurso é possível encontrar e construir interpretações que perpassam todos, ou quase todos, os modos de operação da ideologia. E de acordo com Fairclough (2008), Ramalho e Resende (2011), Van Dijk

(2018), o elenco de categorias a ser analisado vem do texto, deve emergir do próprio discurso analisado em consonância com os objetivos da pesquisa.

A questão racial é um tema transversal na sociedade e parte das relações de poder, dominação e hegemonia propostas na discussão de ideologia. O discurso sobre raça irá despertar todos os modos de operação da ideologia, embora seja a análise do texto que nos conduzirá por quais destas categorias iremos costurar os discursos das participantes deste estudo.

A legitimação é o primeiro modo operacional da ideologia. Traduz as formas de representação das relações de poder que se utilizam de processos de dominação dando a entender que são legítimos, justos e ainda merecem apoio. As falas aparecem como reprodutoras de discursos dominantes e buscam justificativas para se afirmarem. Para proporcionar subsídios a este modo ideológico Thompson (2002) menciona três estratégias de elaboração do discurso: Racionalização, Universalização e Narrativização (RAMALHO e RESENDE, 2011).

A estratégia de racionalização consiste em utilizar fundamentos racionais, apelos à legalidade, a bases jurídicas para legitimar relações assimétricas de poder. A universalização, por sua vez, diz respeito à estratégia de difundir, disseminar representações particulares como se fossem de interesse geral, universal. A narrativização, por fim, consiste na estratégia de reproduzir histórias, no curso de nossas vidas cotidianas, que legitimam relações de dominação com base em tradições, costumes, dotes carismáticos, prestígio de pessoas particulares (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 28, 29).

A dissimulação, segunda categoria, vem de encontro à ideia de negação, ocultação ou de obscurecer as relações de poder e dominação. Faço uma leitura que também se aproxima à ideia de diluição, para subsidiar a negação, ou seja, quando se assume a existência das situações de dominação, porém amenizando ou atenuando as relações que estão em jogo e, desta maneira, possibilitando o negar sem desmentir o outro.

Thompson (2002a) aponta três estratégias típicas de construção simbólica, ligadas a esse modo geral: o deslocamento, a eufemização e o tropo. Pelo deslocamento, termos geralmente ligados a um campo particular são usados com referência a outro, de forma que o segundo agrega as conotações positivas ou negativas do primeiro. Pela estratégia da eufemização, ações, instituições ou relações sociais são representadas positivamente, obscurecendo

aspectos problemáticos. O tropo refere-se ao uso figurado da linguagem voltado a ocultar, negar, obscurecer relações assimétricas de poder (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 29).

A unificação é o terceiro modo de operação proposto por Thompson (2002) e sistematizado por Ramalho e Resende (2011). Representa o processo simbólico de unir os sujeitos por processos identitários, buscando igualá-los, embora sem considerar suas diferenças e divisões, que proporcionariam formas distintas de tratamento ou abordagem. “Duas estratégias principais são relacionadas a esse modo: a padronização, baseada num referencial padrão partilhado, e a simbolização, construção de símbolos de identificação coletiva.” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 29).

A quarta categoria da ideologia, faz a operação inversa que é a Fragmentação. Se em um momento a unificação é uma estratégia importante anulando reivindicações que possuem origens, identidades e se vinculam a grupos diferentes, a fragmentação procura enfraquecer um grupo ou indivíduo que ganha força para desafiar o poder hegemônico.

Thompson (2002a) destaca duas possíveis estratégias de fragmentação: a diferenciação, em que se enfatizam características que desunem grupos coesos, ou impedem sua constituição; e o expurgo do outro, em que indivíduos ou grupos que possam constituir obstáculo ao poder hegemônico são representados como inimigos que devem ser combatidos (Ramalho, 2005; Resende, 2009b) (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 29, 30).

Por fim, a última categoria elencada por Thompson (2002) segundo Ramalho e Resende (2011), é a Reificação. Essa categoria trata acontecimentos sociais, históricos, conjunturas culturais que deveriam ou poderiam ser transitórios como situações naturais, perenes e que são transversais ao tempo, dando a conotação de que são imutáveis.

São quatro as estratégias ligadas a esse modo: a naturalização, pela qual criações sociais e históricas são representadas como acontecimentos do mundo natural; a eternalização, estratégia pela qual fenômenos sócio-históricos são representados como permanentes; a nominalização e a passivação, em que eventos e processos sociais são destituídos de ação humana, pelo apagamento de atores e ações (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 29, 30).

Além dessas categorias de análise dos modos de operação da ideologia, iremos dialogar com os estudos de Van Dijk (2018) sobre Discurso e Poder, em que faz um profundo recorte sobre discurso e racismo.

Ao realizar a análise crítica do discurso racista, Van Dijk elenca, como principal elemento, a polarização de um grupo em relação ao outro, enfatizando as qualidades do Nós e os defeitos Deles, e/ou atenuando as imperfeições do Nós e as virtudes Deles. Nesta perspectiva o autor apresenta a análise estrutural que lista uma série de elementos que podem se articular de diversas formas, de acordo com o que será destacado e manifesto no discurso para desvelar a questão racial intrínseca. Tais elementos estruturais dialogam com os modos de operação da ideologia de Thompson (2009, in: RAMALHO E RESENDE, 2011). Para tal, lançaremos mão da categoria de:

Dispositivos retóricos: metáfora, metonímia, hipérbole, eufemismo, ironia etc. – mais uma vez, para centralizar a atenção na informação positiva/negativa sobre Nós/Eles; [e]
Atos de fala: por exemplo, acusações para depreciar os Outros ou defesas para legitimar Nossa discriminação. (Van Dijk, 2018, p. 137). (grifos do autor).

O autor nos apresenta diversos pontos de análise do discurso racista relacionado com múltiplos contextos e gêneros discursivos. Não é possível compreender como o racismo se estrutura na sociedade sem analisar sua relação e correlação de forças e as demais estruturas de poder, desde a conversação cotidiana, passando pela produção midiática e da imprensa, livros didáticos e até o discurso parlamentar e político. Para o recorte desta análise, aproximamos da ideia de conversação, pois o produto das entrevistas e principalmente o grupo focal, traz elementos da vida social e cotidiana dos participantes da pesquisa (VAN DIJK, 2018).

E, como enfatizado sobre a ACD, o texto, o olhar do pesquisador e o objetivo da pesquisa é que irão demarcar quais os elementos de análise serão utilizados para costurar e desvelar as práticas discursivas de dominação e opressão. Sendo assim, do que tange a contribuição de Van Dijk (2018) emergem do texto as nuances sutis da negação e da mitigação do racismo que dialogam, principalmente, com os modos de operação de Dissimulação e Eufemização. “Uma das

características centrais do racismo contemporâneo é a sua negação, ilustrada de modo típico nas conhecidas ressalvas do tipo “não tenho nada contra negro, mas...” (VAN DIJK, 2018, p. 155).

A descoberta do autor acerca do discurso racista apresentado como negação e mitigação, nos conduziu a compreender que nesta política pública as manifestações discursivas não seriam explicitadas, muito em função dos limites legais e morais que circundam esse contexto.

De modo interessante, descobrimos que exatamente o discurso mais racista tende a incluir ressalvas e outras formas de negação. Isso sugere que os usuários da língua que proferem coisas negativas sobre as minorias estão bem conscientes do fato de que podem ser interpretados como infratores da norma social de tolerância e aceitação (VAN DIJK, 2018, p. 158).

Outra categoria de análise destacada neste estudo é a de Identificação Relacional. Essa categoria faz necessária sua análise, primeiro porque não se fala em raça, ou identificação racial sem considerar que se trata de relações raciais. As racialização do ser humano se dá através de processos de estabelecimento de relações de poder e subjugações de uma raça sobre a outra.

A ideia de negritude não surgiu da população de pele escura. A classificação do negro vem da identificação da branquitude e sua necessidade de se classificar como tal. (MOORE, 2007; ALMEIDA, 2018; OSÓRIO, 2013). Assim, analisar os modos de identificação relacionais implica em avaliar como os discursos posicionam essa identificação nas relações dos sujeitos que participam do CRAS. No que tange a ideia de racismo o processo relacional está posto em todas as suas expressões e modos de operacionalizar sua estrutura de discriminação.

A construção de identidades e de identificações relaciona-se ao significado identificacional, mas também está ligada aos processos de classificação, de elaboração de semelhanças e diferenças (significado representacional), e aos processos de construção, manutenção e subversão de papéis sociais e relações sociais (significado acional/relacional). (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 131).

Elegemos dois eixos de análise em que foram divididas as falas, sendo o primeiro *Raça, Cor e Racismo* e o segundo *Ações Desenvolvidas no CRAS*:

Racismo velado ou eventos de promoção da igualdade racial? Estes dois eixos foram subdivididos em 2 (dois) subeixos cada. O eixo 1 foi dividido nos seguintes subeixos:

O primeiro subeixo *A) Raça e cor* analisa falas que denotam a percepção dos participantes para a compreensão de Raça, que se mistura ao entendimento de cor de pele. E, no segundo subeixo *B) Pergunta Raça/cor, autodeclaração e identidade racial*, estão apresentados os resultados identificados sobre a reação dos usuários com a pergunta autodeclaratória de raça/cor presente e obrigatória no cadastro do CRAS e, ainda, a discussão sobre a autoidentificação inscrita nestes discursos, assim como os embaraços e “novas” percepções sobre este quesito.

O eixo 2 apresenta o racismo que transparece no discurso acerca das percepções dos participantes em relação à desigualdade racial. Para tanto, são discutidas as atividades desenvolvidas pelo CRAS para a promoção da igualdade racial. Este eixo foi dividido nos seguintes subeixos: *C) As nuances discursivas do racismo e o atendimento da população negra no CRAS* que procurou evidenciar o discurso de negação dos participantes acerca da questão racial e da desigualdade no atendimento ao usuário e a percepção do racismo vivenciado pela população negra nos atendimentos individualizados aos usuários. O segundo subeixo *D) Ações transversais ou pontuais?* destacou as falas que descrevem quais ações são desenvolvidas no equipamento que buscaram tratar da temática racial. Este recorte levou em conta as manifestações dos participantes, tanto em relatar a intenção de abordar o tema de forma periódica ao longo do ano, quanto as intervenções pontuais que ocorrem no CRAS, além das ausências que aparecem como demanda.

4. RESULTADOS

As transcrições das entrevistas foram realizadas integralmente pelo pesquisador, ouvindo e transcrevendo diretamente, gerando um volume de 103 páginas de texto em Word, em formato padrão A4, fonte Arial 12, espaço 1,5. Todo o material foi lido uma segunda vez, simultaneamente a escuta dos áudios para garantir uma revisão fidedigna das falas dos participantes da pesquisa. Durante a transcrição foram consideradas as sobreposições de fala, ruídos externos que interviram nas falas ou na captação do áudio, pausas, silêncios, ênfase, entonação, interrupções, trechos incompreensíveis e também a presença de outras pessoas que não fizeram parte do estudo, por exemplo crianças filhas das usuárias que estavam presentes no grupo focal.

Para análise das transcrições, foram adotados convenções e códigos para identificar as interjeições das falas no texto. Estes se basearam em quadro elaborado por Andrade (2017), que adotou padrão sugerido por Kock (1997), conforme apresento abaixo no quadro 02.

Quadro 02 - Codificação adotada para transcrição das entrevistas

	Sinais	Descrição do uso	Exemplos
1)	(+) ou (2,5)	Para pausas pequenas um sinal + para cada 0.5 segundo. Pausas longas em mais de 1.5 segundo cronometradas, indica-se o tempo	T7: porque eu atendo também todo dia pessoas brancas pobres (2,5), tendeu? (++) eu atendo todos os dias (+)
2)	()	Indica dúvida sobre o áudio	sim (5,5). O CRAS defende, né (inaudível), defende as pessoas que são vítimas de qualquer preconceito
3)	/	Truncamentos bruscos ou interrupções por outro falante	U15G1: eu sou desbotada, que eu era bem moreninha, mas bem morena mesmo,/ U10G1: isso pra mim é parda
4)	MAIÚSCULA	Primeira Letra, sílaba ou palavras pronunciadas com ênfase.	Eu não acho que a gente precisa ter um olhar mais diferenciado Prá' desigualdade racial, a gente precisa ter um olhar diferenciado, Prá Todas as desigualdades
5)	:::	Alongamento de vogal, usa-se para demonstrar a repetição da última vogal	é::: a q, e a questão de raça ela não é (+) um, um aspecto que:::, que: salta (+++) é::: pelo menos::: nos atendimentos que::: eu fiz (+++)
6)	(())	Comentário do pesquisador	ela passou pelo negócio ((inaudível)), o próprio pai dela tirava
7)	“ ou ‘	Entonação. Aspas duplas para subida rápida. Aspas simples para subida leve (algo como uma vírgula ou ponto e vírgula).	Não existe branco no Brasil, (+) branco puro' – 'Não, eu sou branca!'
8)	um um um	Repetição da própria letra ou sílaba	quando na verdade ela era negra". Então percebo, às vezes, um um (2,5) / uma promoção assim de da raça branca
9)	–	Indica que narrativa de um diálogo ou fala de terceiro	Ela mesma falou – 'oh T6, me senti total:me:nte: (+) invisível
10)	[...]	Quando houve recorte da produção na apresentação da transcrição	Não tem diferença nenhuma pra mim [...] acho que cor não manda em nada

Fonte: (Kock, 1997 apud. Andrade 2016) adaptado pelo autor (2020).

A identificação dos falantes na transcrição foi realizada utilizando códigos conforme descrito no quadro 03.

Quadro 03 – Códigos de identificação das falantes

Código de identificação da falante	Descrição	Exemplo
U + número	Se refere ao Usuário e o número sequencial de acordo com sua primeira manifestação no grupo.	Ex. U5 – Quinta Usuária a falar pela primeira vez.
G + número	Se refere ao Grupo focal que foi identificado com 1 ou 2. E foi integrada na identificação da usuária, para na apresentação da análise facilitar o entendimento que se tratam de usuários de grupos e CRAS diferentes.	Ex. U5G2 – Quinto Usuário a falar pela primeira vez no Grupo focal 2.
U + *	Se refere a Usuária que não foi possível identificar se era a primeira vez que manifestava ou não. Esse caso aconteceu no particularmente no Grupo focal 2, porque o tom de voz das usuárias era muito semelhante. Para marcar a mudança de fala de um usuário para outro foi utilizado **.	Ex. U*G2 ou U**G2 – Usuária não identificada a ordem de sua primeira manifestação no Grupo focal 2.
T + número	Se refere a Trabalhadora e o número sequencial a qual foi entrevistada.	Ex. T3 – Terceira Trabalhadora entrevistada na pesquisa
C + número	Se refere a Coordenadora e o número sequencial a qual foi entrevistada.	Ex. C2 – Segunda Coordenadora entrevistada na pesquisa.

Fonte: Pesquisa - Quadro elaborado pelo autor

4.1. Raça, Cor e Racismo

U4G1: a minha família toda é negra. Lá em casa tem uns misturados, assim, mais clarinho, mas é tudo negro. Lá em casa não tem branco não. Não tem ninguém que veio da Europa, nem ninguém que veio da França, nem ninguém que veio de outro lugar que seja. É tudo daqui! (USUÁRIA DO CRAS).

A grande discussão sobre pertencimento racial no Brasil remete, não apenas às origens escravocratas e do tráfico negreiro da população, mas possui profundo relacionamento de como os mecanismos de poder e controle disseminaram intencionalmente o projeto de branqueamento da população.

Este contexto da história brasileira contribui significativamente para embaraços e dificuldades aos indivíduos para se identificarem enquanto origem, raça e pertencimento racial, apesar de, nesta pesquisa termos encontrado pessoas,

que, em função de uma trajetória de autoafirmação, apresentaram discursos raciais de empoderamento e afirmativos.

A fala que destaco, para abrir as análises deste eixo, apresenta elementos importantes da capacidade de transformação social que o discurso possui. Esta fala de uma usuária do CRAS ressalta que não há dúvidas sobre seu pertencimento racial e em relação à própria família: “*é tudo negro*”. Inclusive ela transmite a impressão de que se há dúvidas por parte dos “mais clarinhos”, mas a família vai mostrar que não: “*é tudo negro (...) é tudo daqui*”. A estratégia ideológica utilizada neste discurso coloca em prática a desconstrução da ideologia de ver para fazer desaparecer (FRANCISCO, 2000). Demonstra a construção de afirmação da própria identidade, usando da unificação (“é tudo”) como modo de consolidação da identidade familiar e coletiva acerca da negritude. A U4G1, destaca no seu discurso uma elaboração de autoafirmação de sua identidade negra e também de sua família. Mas outras usuárias apresentaram discursos opostos, em que a identidade racial é atravessada pela ideologia de branqueamento. A autoimagem racial é rechaçada colocada como menos valia. O sujeito tem dificuldade de se afirmar e se posicionar racialmente, permitindo ou relegando ao outro a responsabilidade de denominar sua raça/cor. Este ponto pode estar relacionado aos marcadores ideológicos que descaracterizam a identidade negra como positiva e relaciona o tom de pele mais clara a um ideal branco.

U15G1: eu tenho uma creche ((se refere aos seus filhos)) e eu tive dois, ali no Sofia, eu falei que eu era morena (++), em todos os meus (+) papel de entrada, tá: branca, eu falei, gente eu não sou branca, sou morena. Eles colocaram a cor que eu sou branca, não sei porque assim, não entendi.

[...]

U15G1: aí fiquei assim, sem cor, não sei o que aconteceu. Aí eu falei, morena, porque eu não podia colocar negra, porque eu não sô negra', mas eu sô bem morena, não falo que sô branca ((fala rápido)). E colocaram lá que eu sou branca, e pra explicar isso, eu também não soube explicar, eu não soube dizer que cor eu sô, aí isso aí já não entendo não (USUÁRIA DO CRAS)

A fala de U4G1 apresenta uma simbolização da unidade como estratégia discursiva em que é utilizada na contribuição para que outros membros da família se identifiquem nesta coletividade negra, favorecendo uma identidade positiva sobre a própria raça. De outro lado, a usuária U15G1 manifesta a dificuldade de encontrar

na coletividade ideais de identificação. Importante destacar como a pergunta raça/cor ganha valor nesse processo de construção da identidade racial. O relato da usuária inclusive exemplifica que a ausência de preparação dos trabalhadores de políticas públicas em conduzir esse questionário, também compõe os atravessamentos da ideologia de branqueamento, e produzem efeitos na constituição do pertencimento racial do sujeito.

A usuária U4G1 apresenta, em outra fala, como a falta desse discurso de pertencimento, de unificação e simbolização positiva afeta outras pessoas negativamente.

U4G1: eu tenho amigas lindas maravilhosas, negras, do cabelo crespo, que não aceitam ser negras. Ai cê fala assim: 'mas seu cabelo é crespo, sua pele não é clara, você não é branca. Não existe branco no Brasil, (+) branco puro'... 'Não, eu sou branca!' Não aceita de forma alguma. Linda maravilhosa, (++) mas tem gente que não se aceita. Tem gente que, meu pai é branco, minha mãe é negra, mas eu nasci clara. Então eu sou branca. (USUÁRIA DO CRAS).

Ao relatar a miscigenação, a usuária destaca, no discurso, uma simbolização da branquitude na qual a pessoa que possui traços e fenótipos negroides busca o campo da identificação branca em função de uma descendência (no trecho relatado, a figura do pai branco) para justificar e legitimar essa branquitude.

U4G1: a::í são mai::s claros, não que sejam brancos, não que eu considere branco, a ((coordenadora)), ela é:: cabelo Black, ela se entende como negra, mas ela tem a pele mais clara, mas a maioria das outras meninas são bem mais claras, é: conforme vai subindo a hierarquia vai clareando as cores (USUÁRIA DO CRAS).

Bento (2003) mostra como o projeto de branquitude afeta a autoimagem e dificulta os processos de identificação e simbolização da negritude no Brasil. A pessoa se submete à ideologia dominante branca e nega o valor que a negritude possui. Neste estágio Ferreira considera que:

É importante avaliar os efeitos psicológicos incidentes sobre as pessoas deste estágio. Evidências empíricas, como demonstra o estudo de Parham e Helms (1985), sugerem que as pessoas deste estágio tendem a apresentar autoconceito pobre, baixa autoestima, autorrealização pobre, alta ansiedade e depressão. Tais sentimentos vêm acompanhados, no indivíduo, da sensação de não se "encaixar"

realmente em nenhum grupo, demonstrando alienação (FERREIRA, 2000, p. 75).

A busca pelo ideal da branquitude que historicamente é vinculado ao que é belo e perfeito produz a “desvalorização étnico-cultural e racial do negro afro-brasileiro” (FRANCISCO, p. 128, 2000), além da vinculação negativa a tudo o que se refere à imagem do que é negro. Com isso, engendram no sujeito sentimento de rejeição à sua identidade e à própria cor.

U1G1: nós amamos todos, mas tá, o papai Noel é branquinho, papai Noel nem”, papai Noel nem existe ((repete falando bem baixo por causa das crianças presentes na sala)). Ai papai Noel branquinho, é:: Jesus (+) é (+) branco, vocês já viram (+)? Todas as fotos que eles fazem (+) todas (+) ele é branco (+), qual que é o problema? (++) Tendeu (+)? Tudo é assim, tudo é todo mundo é branco.

P: você vê algum problema nisso?

U1G1: vejo

U4G1: racismo né

U4G1: ai a pessoa, cê procura lá na internet (++) , cabelo bonito (+) vai aparecer só cabelo louro (++) , cabelo feio (+), só vai aparecer gente negra (+), boneca bonita (+), só vai aparecer boneca (+) loira (+) de olho azul (+), boneca feia (+), só vai aparecer boneca de vudu (+), bonequinha preta. Tudo que for associado a branco é bom (+), aí cê vai querer falar que cê é negro? Não. Na hora que te pergunta (+), porque que a pessoa não consegue falar – eu sou negra, eu sou preta (+), porque tudo que é associado a preto (++) é ruim. Então eu vou falar que eu sou preta? Não eu vou falar que eu sô branca, vou falar que sou morena, vou falar que sou parda, pra dar uma despistada (USUÁRIAS DO CRAS).

Os diálogos com as usuárias no grupo focal expõem a percepção dos impactos negativos e negacionistas que o racismo imprime nas identidades de cada um. E demonstraram, também, que o público da assistência não está alheio ao debate da questão racial que permeia suas relações sociais e culturais. Este contexto revela a significativa necessidade desse debate dentro da política pública.

As usuárias apontam signos representativos da sociedade que trazem imagens que não incluem a negritude positivamente e em algumas situações como inexistente. Não obstante, evidenciam em seu discurso a contradição discursiva que o racismo impõe sobre as identidades negras. As representações imagéticas que símbolos da sociedade como papai Noel e Jesus Cristo, não possuem uma imagem

representativa negra. A usuária questiona, “*papai Noel nem existe*”, ou seja, sua imagem poderia ter sua representação negra. Assim como Jesus, que tem sua origem apagada para se aproximar do ideal de brancura eurocêntrico.

A internet, tida como lugar de todas as respostas, também é evidenciada como reprodutora do racismo. Os exemplos apontados remetem a instituições discursivas do cotidiano social, a religião, a cultura do natal e a internet como fonte de pesquisa para as mais diversas finalidades, todas associadas às configurações onde o racismo se estrutura e atua sistematicamente. O discurso de denúncia produzido pelas usuárias transparece nos diálogos do grupo focal, mas não irá ressoar da mesma forma como ação manifesta do CRAS.

4.1.1. Raça e Cor

O conceito de raça é aqui compreendido como social e não biológico, é relacional e possui vínculo histórico-cultural. Em função da construção social e racialização de diferenças fenotípicas, diversos discursos empenharam-se em justificar e naturalizar a discriminação em função da cor da pele. Tais constructos influenciam e definem escolhas, formas e visões de mundo, de modo que os sujeitos incorporam sua dimensão arbitrária. Tal discriminação é permanente nos discursos.

U6G1: a minha mãe tem dificuldade porque, veio (++) de (+) da casa dela (+) desde criança gente... ela passou pelo negócio ((inaudível)), o próprio pai dela tirava ela de dentro da sala de aula (++) batia, levava pra casa apanhando na frente da turma toda (+) de verdade aconteceu isso... não é só história (++) e ia falando que ela era negra, e que ela, que, negra não, falava que era preta mesmo. Ai ele falava: ‘cê é preta, cê não tem futuro, futuro é trabalhá’ (+) E a minha tia que é branca (+), são duas, são duas irmãs, (++) ela ficava lá na escola, e minha mãe não podia (...) (USUÁRIA DO CRAS).

Neste excerto a realidade de duas filhas é distorcida pela criação cultural que lhes foi proporcionada desde o seio familiar e nas demais instituições sociais pelas quais estiveram. A filha branca pode estudar, enquanto que a filha negra deve trabalhar, por não ter “*futuro*”.

O discurso ideológico legitimador das relações de dominação representa a ação do pai como legítima diante da naturalização dada à situação da população negra escravizada no país que teve os estudos e outros direitos negados. A usuária

ressalta com a expressão “*não é só história*” seguida de uma pausa o perturbador discurso de seu avô que traz para o presente a condição histórica vivenciada pelos escravos racializados das Américas. Não é uma fabula, não é um conto literário, são fatos que fazem parte da sua história e também da história da sociedade. A fala remete a fenômenos sócio-históricos da escravidão que permanecem sendo representados como eternos na sociedade através da influência perene que transcende gerações.

Os discursos representam as disfunções que o racismo estrutural tenta invisibilizar, tanto na negritude, quando nas manifestações de racismo.

T6: Olha, pra te ser bem sincera, a gente: em um atendimento só que foi possível perceber uma dificuldade (+) é:: aí, no caso de uma família até com a nossa coordenadora é assim porque (+) ela se considera negra e a gente foi fazer uma visita juntas e no dia da visita ela se sentiu discriminada, assim, no momento da visita. A usuária que a gente tava tentando fazer uma intervenção, praticamente que ignorou ela, assim durante a visita domiciliar. Ela mesma falou – ‘oh T6, me senti total:me:nte: (+) invisível ali durante a visita porque eu percebo que essa pessoa, essa usuária tem essa discriminação relacionada a cor e com isso, ela durante a visita domiciliar totalmente me ignorou’. Foi a única situação, assim, que eu vivenciei muito de perto, né, e que segundo ela, né, minha coordenadora ela se sentiu assim. Mas eu nunca tive um relato específico dessa né, dessa pessoa, dessa família se de fato é uma questão mesmo: né, racista. E num, num tive esse relato não. Mas foi uma situação assim que, que eu lembre, que foi já única que eu vivenciei assim (TRABALHADORA DO CRAS).

Neste relato, a trabalhadora não assume para si a constatação de que a coordenadora é negra, ao afirmar “ela se considera negra”. A princípio pode ser possível atribuir uma conotação de respeito baseada na autodeclaração, em que a própria pessoa é quem deve afirmar sua identidade racial. Porém, como o texto apresenta outros indícios de dúvida em relação à existência da discriminação, o que acaba por transparecer é a elaboração discursiva em que o racismo passa a ser uma percepção individual. Apenas aquele que “se considera negro” é quem “sentiu”, ou seja, aparentemente foi o sujeito que se percebe como negro que entendeu como discriminação. O racismo, então, é colocado como “*única situação que eu vivenciei*”, e ainda cabem dúvidas “*se, de fato,*” aconteceu, “minha coordenadora ela se sentiu assim, *mas eu nunca tive um relato específico* dessa né, dessa pessoa, dessa família *se de fato* é uma questão mesmo: né, racista”. Aquilo que poderia ser um

acontecimento isolado de discriminação, ainda é posto em dúvida ao utilizar a conjunção coordenada adversativa, “mas”, trazendo a ideia de oposição e adversidade. A expressão “de fato” indica constatação de algo real, verdadeiro que aconteceu, um fato ou evento concreto. No entanto, o uso do “se” reforça e enaltece a dúvida da existência desse evento real, verdadeiro, que aconteceu na sua presença, mas que foi invisibilizado pelo próprio modo de operação do racismo.

Diversos autores e pesquisadores (BENTO, 2003; ALMEIDA, 2018; FERREIRA, 2009; FRANCISCO, 2000; MUNANGA, 1988; SOUZA, 1983; VAN DIJK, 2018) apontam para dificuldade de identificar atos racistas como tal. As estratégias de invisibilização desses atos ocorrem na construção e elaboração do discurso do relato da história.

No discurso analisado, a dissimulação, como modo de operação da ideologia, coloca a discriminação em dúvida, como uma forma de ocultação ou diluição da ideologia racista. Neste caso, o discurso aparentemente concorda com a afirmativa de que houve uma discriminação racial, porém, a dúvida e a repetição da conjunção adversativa “mas” traz nova oposição das orações, finalizando com o oposto do que foi dito antes. Ao final, identifica-se um discurso sobre a discriminação que afirma como um fato isolado e esvaziado de sentido da própria existência do fato.

O racismo, portanto, aparece no discurso e é reconhecido como parte das relações sociais, porém diluído, enfraquecido, esvaziado, atenuado, ou ainda, duvidoso. Neste caso, a estratégia de eufemização pode ser compreendida como a suavização do discurso, trazendo aspecto, se não positivo, não-negativo, da discriminação vivenciada, uma vez que não pode ser confirmada.

A Eufemização como modo de operação ideológica que conduz a estrutura do discurso racista, se expressa no diálogo do grupo focal dos usuários, transcrito abaixo:

P: é::: a equipe técnica como que vocês identificam a raça cor da equipe, dos trabalhadores do CRAS? (PESQUISADOR).
(3,5)
U*G2: todos eles são tudo bem educados (USUÁRIA DO CRAS)
U5G2: mais inteligentes possível, (+++) não tem nada a queixar não (USUÁRIO DO CRAS).

A resposta à pergunta demonstra como a associação às pessoas brancas ocorre sobre a sua característica ou qualidade e não à sua cor. A discriminação sutil

acontece, então, por enaltecer aspectos positivos de pessoas brancas, inclusive sem necessitar associar essa qualidade à sua cor. Essa associação surge como espontânea e natural. “A cor da pele estaria de alguma maneira associada seja aos valores progressistas do primeiro mundo (caso da cor branca), seja aos valores tradicionais e menos avançados do terceiro mundo (caso da cor negra)” (CAMINO, 2001, p. 23).

Vale lembrar que o CRAS é um equipamento para atendimento da população empobrecida, periférica, que vivencia diversas dimensões de vulnerabilidades. Neste espaço a população negra é maioria. Por sua vez, os trabalhadores, técnicos de ensino superior, idealmente advêm de outro grupo social e que são associados a uma população branca.

No Brasil, vigora o medo ou o preconceito de ter preconceito, como menciona Florestan Fernandes (1965). Para o autor, esse processo repercute nas dificuldades de o sujeito se enxergar dentro de processos elaborados de reprodução e produção da discriminação racial, observados desde as expressões muito utilizadas na divulgação de vagas de emprego nas décadas de 1980 e 90, em que se buscavam pessoas “de boa aparência” (REIS FILHO, 2000). O racismo da boa aparência, é lugar de “gente bonita”, um grupo buscando se qualificar positivamente, aparentemente sem desmerecer o outro. Nesse sentido, a coordenadora do CRAS relata uma situação:

C2: Às vezes eu vejo quando a pessoa vai se referir a uma pessoa negra – ah é uma pessoa morena que passou. Mas a pessoa é negra, então eu – Ah aquela Negra (Coordenadora do CRAS).

A coordenadora, insiste em seu discurso, na identificação e desvelamento de termos e usos comuns nas relações raciais mediadas pela discriminação em que se procura invisibilizar o negro e sua identidade.

Se reproduzimos acriticamente um aspecto problemático do senso comum, a ideologia segue contribuindo para sustentar desigualdades. Se, ao contrário, desvelamos, desnaturalizamos o senso comum, de maneira consciente, existe a possibilidade de coirmos, anularmos seu funcionamento ideológico (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 25, 26).

A constituição cultural do nosso país miscigenado aparentemente iguala todas as raças e, neste contexto, portanto, não cabe distinção racial. Produziu-se o avesso de suas “idealizações”. A “mitologia” da democracia racial escondeu e escamoteou suas diferenças e desigualdades ao tentar efetivar seu desejo de aproximação da Europa branca. Antes das cotas raciais, o branco ou ainda este que se diz pardo de pele clara, não havia dificuldade de autodeclarar-se branco e se identificar com uma cultura branca e hegemônica no país (OSÓRIO, 2013).

A falta de engajamento político aponta o distanciamento que a política pública assumiu frente às questões raciais e transparece nas falas de seus interlocutores, sejam usuárias ou trabalhadoras.

U1G1: eu não acho que existe diferença na cor, sabe. Porque caráter é uma coisa, cor é outra. Não tem diferença nenhuma pra mim [...] acho que cor não manda em nada, acho que não tem diferença nenhuma. Ah eu sou branca, preto, amarelo ou laranja o que for é tudo a mesma coisa (Usuária do CRAS).

U9G1: acho que todos somos iguais, né. branco, preto, bege ou marrom. Todos são filhos de Deus, né? Todo mundo é igual. Deus não quer que o filho se envolva em coisa errada (Usuária do CRAS).

T4: essa abordagem sim, com relação à raça, etnia e discriminação assim, por causa de cor de pele, isso não aparece aqui no cotidiano do atendimento (TRABALHADORA DO CRAS).

O discurso das usuárias remete ao modo de operação da ideologia da unificação, posto que ao negar que existem diferenças busca, na estratégia de padronização (“*acho que cor não manda em nada*” e “*o que for é tudo a mesma coisa*”), a organização das pessoas como unidade, aproximando da expressão popular “tudo farinha do mesmo saco”.

No segundo trecho do discurso, a simbolização é enaltecida como construção de símbolos em torno da religião (“*todos são filhos de Deus né. Todo mundo é igual*”). A simbologia empregada neste discurso busca igualar os sujeitos diante da religião, e acaba por negar a existência de diferenças e das tratativas sociais de desigualdade. Vale destacar que a unificação em torno do projeto religioso dogmático, nega também a diversidade religiosa, qual seja, o “*filhos de Deus, (...) todos iguais*”, mas que serão diferentes se filhos de orixás. A unificação identitária,

através da negação da existência de diferenças, constrói dificuldades de aceitação da diversidade das crenças religiosas.

Nos excertos destacados, a unificação ideológica se revela, ainda, quando se apontam classificações notórias que não existem sobre o quesito raça/cor, “*laranja*” e “*bege ou marrom*”. O uso desta designação remete a cores no sentido objetual e não do ponto de vista racial e relacional. O uso dessas expressões nos conecta pela oposição do absurdo. Por exemplo, somos todos seres terrestres, porque (não) existem os extraterrestres, os alienígenas. Se existe ou não existe vida fora da terra, o que me resta é me igualar a todos os que existem na terra. No caso, não existe a cor laranja e bege no que se trata da raça/cor. Sendo assim, o que resta é sermos todos iguais, já que cor e raça/cor não existem, são todas denominações equivocadas. O discurso une pela simbolização de uma unidade identitária, porém de maneira dissimulada fazendo uso de categorias inexistentes.

Por sua vez, o discurso da trabalhadora nega que a questão racial permeie o cotidiano de atendimento no equipamento e também dialoga com o discurso das usuárias: se o usuário não se identifica em um contexto de desigualdade racial, qual será o elemento que irá apresentar no atendimento do CRAS? Fica-nos uma questão para problematizar: como revelar a desigualdade e a discriminação racial existentes, histórica e permanente, embora naturalizada, invisibilizada e eufemizada, no cotidiano de negros e não-negros?

4.1.2. *Pergunta sobre Raça/cor, autodeclaração e identidade racial.*

T6: não, eu acho inclusive que é uma questão que a gente, tem que sempre tá buscando, né? Conhecimento, capacitação, porque pra gente também é complicado. Eu falo que até na hora, nessa hora mesmo do preenchimento do cadastro, pra gente trabalhar isso com o usuário. Até porque eu te falei parda, mas às vezes eu mesmo fico – que raça que eu sou? ((risos)) (TRABALHADORA DO CRAS).

A autoidentificação e afirmação identitária, do ponto de vista racial, no Brasil e no mundo possuem relações diretas com o racismo e a discriminação. A “dificuldade” ou embaraço na autodeclaração da identidade racial possui raízes muito profundas na história da escravização negra que (des)construíram marcas culturais, emocionais e psíquicas significativas (REIS FILHO, 2005, GOMES, 2019, MOORE 2007, FERREIRA 2009, BENTO 2003).

Literalmente, não é à toa que as pessoas fazem afirmações como a dessa trabalhadora. O discurso reproduz o modo operante da estrutura do racismo com efeitos de apagar, para fazer silenciar, a marca identitária daqueles que foram e continuam sendo oprimidos.

Ao planejar a pesquisa e o roteiro das entrevistas semiestruturadas e do grupo focal, a questão sobre o quesito Raça/cor foi listado como tema necessário de ser abordado, uma vez que a pergunta é parte obrigatória do cadastro do usuário no CRAS e havia a hipótese de que a questão era pouco ou nada explorada na rotina de atendimento técnico. Além disso, havia a intenção de saber como os usuários reagiam à questão e qual a sua percepção sobre o tema. Um grande volume de falas e discursos foi produzido acerca da pergunta raça/cor, demandando do pesquisador buscar novas referências para compreender os problemas observados. Para tal, o primeiro passo foi buscar a referência institucional que respalda os órgãos públicos sobre o quesito raça/ cor:

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. (disponível em <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>, acessado em 28/10/20).

No Brasil, o IBGE adota, em suas pesquisas, sendo a referência do Censo, a pergunta sobre a Raça/cor do entrevistado. Atualmente é dirigida ao interlocutor da seguinte forma: “A SUA COR OU RAÇA É:” e segue com as alternativas elencadas nesta sequência: “BRANCA, PRETA, AMARELA, PARDA e INDÍGENA” (disponível no site do censo 2020/IBGE, <https://censo2020.ibge.gov.br/sobre/questionarios.html>).

Em 2008, o Instituto desenvolveu pela primeira vez a Pesquisa das Características Étnico-raciais da População (PCERP) que buscou atender às demandas do debate que vinha ganhando destaque na sociedade brasileira, assim como, para atender aos acordos e compromissos firmados pelo Brasil na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. Naquela ocasião foi adotada a “Declaração e o Programa de Ação de Durban”, que tratava de produzir e desconstruir dados, pesquisas e estudos sobre a temática. (QUINTSLR,

2013). A pesquisa suscitou outros estudos produzidos pelo IBGE, de reflexão e análise acerca da classificação racial brasileira e entre os quais destaco a análise de Rafael Guerreiro Osório (2018) que trata da classificação de cor ou raça a partir dos dados da PCERP.

O SUAS usa a classificação do IBGE em seus cadastros, porém não está evidenciado se utilizam das mesmas orientações sobre o formato da pergunta e como conduzi-la, a partir de dúvidas e questões do entrevistado, como as que o Instituto elenca no Censo e em outras pesquisas. De modo similar, não fica claro se fomentam atualizações do debate para acompanhar as discussões promovidas pelo IBGE.

Nas entrevistas realizadas com as trabalhadoras e coordenadoras, elas utilizam, intertextualmente, das referências de orientação para a condução da pergunta, citando o IBGE. Porém fazem menção à ausência de capacitação e compreensão sobre a questão do ponto de vista racial, tanto na orientação da pergunta, quanto em uma visão mais ampla da discussão.

T3: e como é auto declarado (+), como que eu vou perguntar (+) pra:: pessoa que vem? Por exemplo, pra mulher é:::: como que o:::: cônjuge dela se declara? Eu pergunto na verdade (++) – ah cê sabe disso e tal. Mas aí ela fala assim – ah (+) sei não (+) ele é branquinho, meio escurinho (+). Ai, nisso, quando tem uma informação imprecisa eu deixo sem informação, tem essa opção lá. (++) Mas é uma coisa que eu sempre pergunto. Quando vem a mãe e eu pergunto dos filhos dela, quando os filhos são menores (2,5), mas::: quando é, quando são outros adultos em casa, e eles não estão presentes, geralme:::nte::: é algo que fica sem informação (TRABALHADORA DO CRAS).

Osório (2013) apresenta e esclarece que o próprio IBGE utiliza de dois métodos de identificação da Raça/Cor da população: método de autoatribuição em que o entrevistado é quem aponta o grupo classificatório ao qual se identifica e o método de heteroatribuição em que outra pessoa irá indicar o grupo racial do sujeito. Este segundo método é utilizado quando o terceiro não está no domicílio no momento da entrevista, ou quando é incapaz de responder, no caso de crianças. O autor ressalta que a heteroatribuição é realizada por pessoa próxima aos demais residentes do domicílio e que não vê razões para que a classificação seja muito diferente da que o próprio sujeito morador iria responder (OSÓRIO, 2013).

O que foi possível perceber é que a indicação do IBGE como norteador da pergunta nos questionários do CRAS, é mais uma estratégia individual do técnico para tratar a questão junto ao usuário, do que uma orientação que passa por uma capacitação e treinamento para tal.

T8: é, normalmente, eu sempre digo que isso é autodeclarado. (digo que) é o próprio IBGE que tá perguntando, e que isso é autodeclarado. Se a pessoa se considera de uma cor, eu não questiono. Independente de lá, ela dizer que é amarela, independente de que, né, que é (tosse) mais voltado para pessoas orientais e tudo o mais, eu não questiono. É autodeclarado e:: pronto (TRABALHADORA DO CRAS).

Podemos elencar como hipótese de que este dado seja subnotificado, como ressaltado pela trabalhadora T3, ou mal interpretado como apontado pela T8 em função da falta de definições sobre como conduzir a pergunta no questionário.

Vale ressaltar que o silêncio produz a invisibilização da temática, inclusive na produção de dados e reverbera um modo de operação discursiva da ideologia associada à unificação. Ora, se o dado é invisibilizado e a questão racial é silenciada, estatisticamente, dentro de uma política pública, faltam informações para produzir ações sobre a diversidade étnico-racial da população atendida. Com isso, há efeitos na unificação simbólica destes usuários da Assistência Social sem considerar sua identidade racial.

A simbolização proposta por Thompson e sistematizada por Ramalho e Resende (2011) nos possibilita a interpretação de uma construção simbólica em que a classificação de cor, dentro desta política pública produz menos possibilidades de identificação deste grupo e do fenômeno a ser compreendido acerca da população atendida.

Ainda que a orientação sobre a auto declaração seja de “acatar” a afirmativa do usuário, o técnico está de frente a um fenômeno social, cultural e histórico que, ao optar por ignorá-lo, utiliza-se da reificação como estratégia de passivação que “concentra atenção em certos temas em prejuízos de outros, com apagamento de atores e ações” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 28).

Com isso não pretendemos inferir que o entrevistador deva interferir na autodeclaração do entrevistado, porém o trabalho de uma política pública está para além da captação dos dados. É necessário construir intervenções aos problemas

identificados. Todavia a construção do discurso de dominação ideológica impede que haja uma ação prática de transformação, uma vez que a racionalização como modo operante busca legitimar essa decisão. Tal constructo discursivo se desenvolve buscando inverter o fenômeno racial que está manifesto na rotina do trabalho e racionaliza simbolicamente o discurso deslocando o contexto racial para o contexto econômico.

T7: porque eu atendo também todo dia pessoas brancas pobres (2,5), tendeu? (++) eu atendo todos os dias (+). Em menor proporção? É. Só que eu atendo pessoas brancas pobres, moradores da periferia. (++) E a gente, às vezes, faz um discurso só pelas pessoas negras e pobres e a gente esquece que tem uma parcela que é branca e pobre. (++) Então a gente precisa ter esse olhar, (++) que a pobreza ela é (++) ela é diversa também. (TRABALHADORA DO CRAS).

O reconhecimento da desigualdade e da raça como fator de vulnerabilidade não é tratado como um fenômeno que deve receber atenção. Ao contrário, essa constatação justifica a importância de se compreender a existência da população branca vulnerável. Essa estratégia de passivação se articula com a naturalização da desigualdade e a persistente ação de invisibilização do negro. O discurso ressalta um incômodo sobre a população negra, reconhecidamente maioria no seu atendimento, mas que não deva ter um olhar específico, para que os brancos não sejam *esquecidos*, para não infringir a diversidade do público.

Uma estratégia de tal discurso dominante é definir de forma persuasiva o *status quo* étnico como “natural”, “desejável”, “inevitável”, ou até mesmo “democrático”, por exemplo, através da negação da discriminação ou racismo, ou através da desracialização (“*de-racialising*”) da desigualdade através de redefinições em termos de classe [e] diferença cultural (...) (VAN DIJK, 2018, 96).

Os dados retirados do cadastro único do Governo Federal relativo às pessoas cadastradas e atualizadas em Belo Horizonte até fevereiro/2020, segundo planilha fornecida pela Subsecretaria de Assistência Social (SUASS), indica que entre as pessoas com baixa renda 75% se autodeclararam como pretas e pardas. O olhar para este dado demanda uma transformação discursiva a respeito da racialização do debate.

Os dados mostram que 35% das pessoas cadastradas se encontram abaixo da linha da pobreza extrema e vivem com uma renda per capita de até R\$89,00 (oitenta e nove reais) por mês. Destas pessoas na extrema pobreza 78,6% se declararam como pretas ou pardas. Este dado acompanha os resultados da PNAD 2019 publicados pelo IBGE (2020), que indica que 76,7% da população que vive abaixo da linha da extrema pobreza são pretos ou pardos.

Tabela 01 Renda per capita por raça/cor – CADÚNICO em Belo Horizonte

Renda Per capita por raça/cor das pessoas cadastradas no CADÚNICO Belo Horizonte					
RAÇA / COR	RENDA				TOTAL
	Até R\$89,00	Entre R\$89,01 até R\$178,00	Entre R\$178,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	
PRETA	22340	7613	18316	11900	14%
PARDA	95658	37246	79780	46030	61%
BRANCA	31116	13015	33211	26661	24%
AMARELA	901	349	789	441	1%
INDIGENA	142	49	129	90	0%
NÃO INF.	40	11	57	80	0%
TOTAL	35%	14%	31%	20%	-

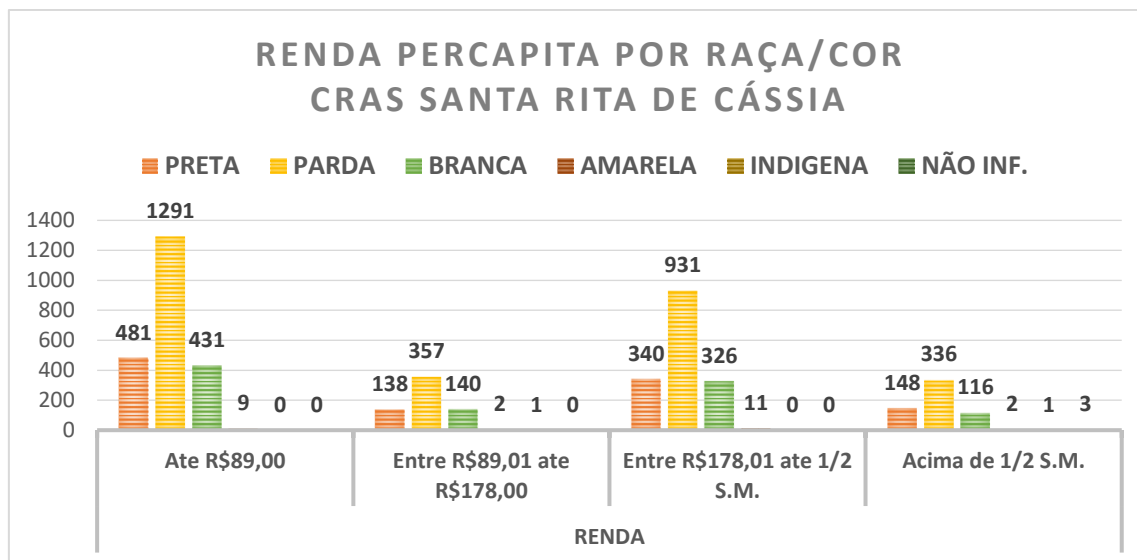
Fonte: Governo Federal – MC / Cadastro Único. Belo Horizonte, fevereiro, 2020. CECAD - MC. Belo Horizonte, fevereiro 2020. Elaborado pelo pesquisador a partir de planilha fornecida pela GVISO/DGAS/SUASS/SMASAC/PBH.

O fator econômico está intrinsecamente relacionado ao perfil racial da população de baixa renda no Brasil e também na capital mineira. Os negros (pretos e pardos) representam a maioria em todas as faixas de renda da população mais pobre. Nas áreas dos territórios delimitados para atuação dos Centros de Referência de Assistência Social pesquisados neste trabalho a situação se repete conforme apresentado nos gráficos abaixo.

Esses dados representam as pessoas registradas no CADÚNICO. Vale elucidar que existem famílias que possuem cadastro, mas não estão vinculadas ao CRAS e ainda não fazem parte do trabalho e das ações do equipamento, assim como existem famílias que estão cadastradas no CRAS, mas que ainda não fizeram ou não atualizaram o cadastro único. Isto acontece porque o CADÚNICO deve ser

atualizado a cada dois anos, e é comum que algumas famílias por inúmeros motivos não o atualizem dentro do prazo.

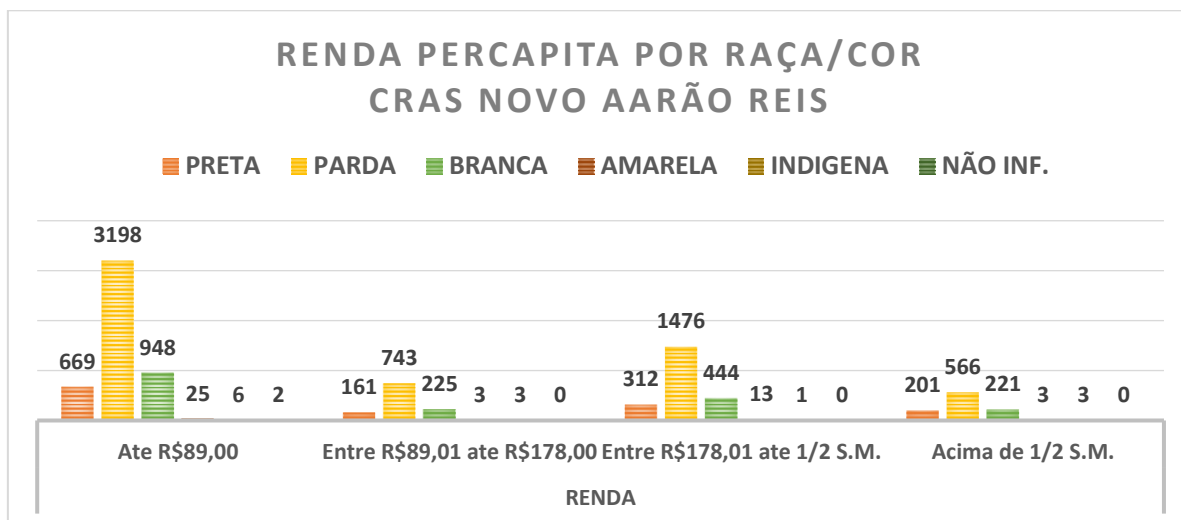
Gráfico 07 - Renda per capita das Pessoas território do CRAS Santa Rita de Cássia / Base CADÚNICO – por raça/cor



Fonte: Governo Federal – MC / Cadastro Único. Belo Horizonte, fevereiro, 2020. CECAD - MC. Belo Horizonte, fevereiro 2020. Elaborado pelo pesquisador a partir de planilha fornecida pela GVISO/DGAS/SUASS/SMASAC/PBH.

Nos territórios do CRAS Santa Rita de Cássia e Novo Aarão Reis o desempenho do gráfico é bastante semelhante, concentrando a maioria da população negra entre aqueles que recebem até R\$89,00, tendo sua representação menor na faixa entre R\$89,01 e R\$178,00 e na faixa acima de ½ salário mínimo.

Gráfico 08 - Renda per capita das Pessoas território do CRAS Novo Aarão Reis / Base CADÚNICO – por raça/cor

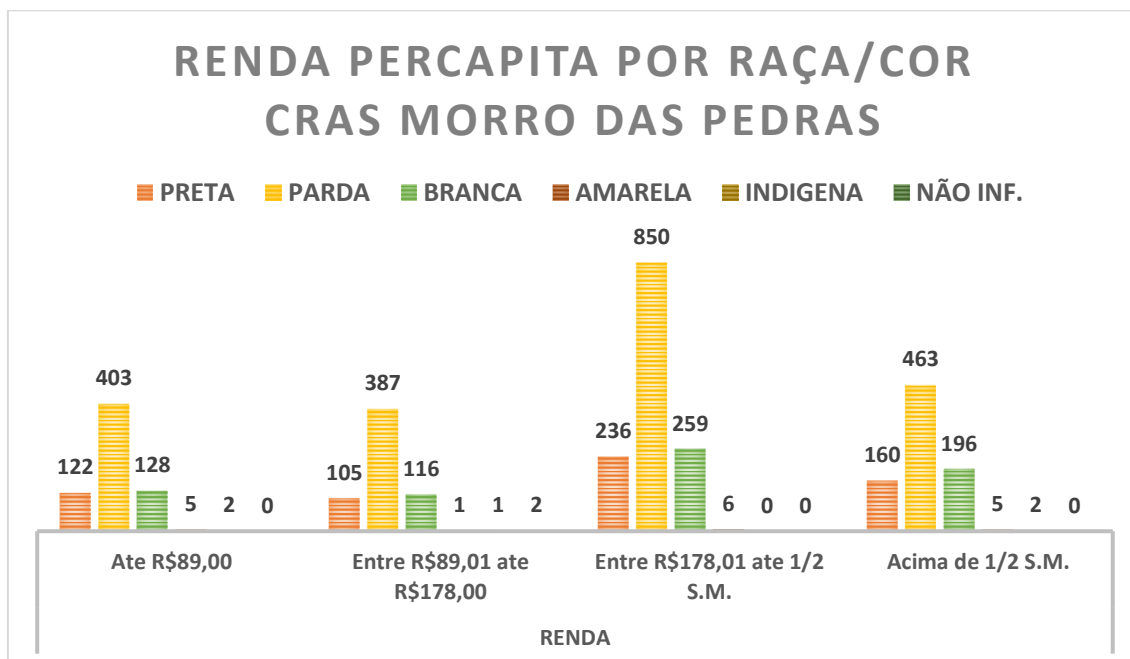


Fonte: Governo Federal – MC / Cadastro Único. Belo Horizonte, fevereiro, 2020. CECAD - MC. Belo Horizonte, fevereiro 2020. Elaborado pelo pesquisador a partir de planilha fornecida pela GVISO/DGAS/SUASS/SMASAC/PBH.

No que tange os dados dos Centros de Referência, apenas o CRAS Morro das pedras tem uma distribuição diferente. A maioria dos que se declararam pretos ou pardos possuem renda entre R\$178,01 e ½ salário mínimo, indicando um número menor de negros na extrema pobreza. Contudo, os negros ainda são maioria em todas as faixas de baixa renda como em todos os territórios de CRAS.

Outro dado em destaque nos gráficos é que a maioria da população de baixa renda está concentrada abaixo de ½ salário mínimo per capita, reafirmando que o público da Assistência Social se configura como de maior vulnerabilidade econômica e que a maioria destes são negros (pardos e brancos).

Gráfico 09 - Renda per capita das Pessoas território do CRAS Morro das Pedras / Base CADÚNICO – por raça/cor



Fonte: Governo Federal – MC / Cadastro Único. Belo Horizonte, fevereiro, 2020. CECAD - MC. Belo Horizonte, fevereiro 2020. Elaborado pelo pesquisador a partir de planilha fornecida pela GVIS/DGAS/SUASS/SMASAC/PBH.

Autodeclaração e critérios para autodefinição de raça e cor no Brasil desde a criação das leis das cotas raciais têm sido um assunto bastante debatido e discutido, enaltecendo polêmicas sobre a identificação racial no país (OSÓRIO, 2018). Vale ressaltar que ao brasileiro negro sempre foi dificultada a autodeclaração. Os diversos processos de discriminação racial, de subjugação da cor da pele produziram múltiplas distorções de autoimagem e imagem corporal.

U*G2: fazer a pergunta ((a entrevistadora)) fez, mas eu não me lembro o que eu respondi. (USUÁRIA DO CRAS).

Este excerto representa, de forma interessante, diversas falas de usuárias sobre sua percepção e retrata essas distorções de auto imagem sobre a raça/cor. A usuária tem em sua memória a pergunta feita pela técnica que a atendeu, porém ela não se lembra da resposta, como se não tivesse certeza de sua identidade racial. Nem no momento da discussão no grupo focal ela manifestou sua identidade racial.

O pertencimento racial perpassa por um processo de construção identitária em que o sujeito busca sua percepção nos traços físicos mas, principalmente, no

processo relacional e histórico que constrói com a coletividade. A construção da identidade negra é atravessada pelo racismo brasileiro que atua na desconfiguração da autoimagem através da submissão das identidades negras. A subversão desse processo se dá pela auto afirmação e reconhecimento de sua negritude (LOUREIRO 2004; FERREIRA, 2000; SOUZA, 1983; FRANCISCO, 2000).

Essa análise também se aplica ao excerto que abre a discussão deste subeixo na qual a trabalhadora revela a dúvida sobre sua cor: “T6 (...)até porque eu te falei parda, mas as vezes eu mesmo fico – que raça que eu sô? ((risos))” (TRABALHADORA DO CRAS). A dúvida acerca de sua cor de pele se relaciona com o modo de operação da ideologia de reificação que trata com naturalização o fato de a usuária não se lembrar da resposta, e da incerteza sobre sua cor, levantada pela trabalhadora.

A existência do conflito racial que atua na autoimagem do sujeito e na própria percepção de sua identidade racial é apaziguado e silenciado. Na pesquisa esse fenômeno, apresentado por usuárias e trabalhadoras, de confusão ou não apropriação da sua identidade racial é percebido e exposto como um processo permanente, imutável e/ou natural. As falas a seguir representam esse discurso de reificação das classificações raciais que interferem na autoafirmação identitária, seja na heteroatribuição ou autodeclaração.

U4G1: mas a gente, às vezes, realmente não se aceita

U1G1: a sociedade coloca isso na gente

U**G2: eu falo chocolate porque eu não gosto muito de (++), acho que é chocolate, não sei se me expressei correto, mas acredito que ela é moreninha, né?

U5G2: eles tiram o preto da lista (++). Pardo ou Branco ou Amarelo (+++). Não se fala preto mais não.

U10G1: não existe amarelo mais, gente.

U15G1: num existe nem indígena

As relações de dominação atravessam os discursos, de modo a ocultar dos próprios sujeitos as opressões vivenciadas, que produzem confusão na autodeclaração racial. A dissimulação do discurso reverbera um processo ideológico que opera na negação de sua própria identidade, assim como no completo apagamento das classificações raciais, na tentativa de negar o racismo presente e que discrimina as pessoas por uma classificação racial. Os usuários quando

apontam que não existe mais preto, indígena ou amarelo, buscam um argumento sobre essas classificações como se elas fossem ofensivas.

U5G2: eu falo é, na, no, nu, na, no, no novo código civil (++), não consta a palavra preto lá mais, não. Tô é certo ou tô errado?

Existe aí o deslocamento contextual dos termos, de uma percepção em que classifica a identidade racial da população, para outro contexto que é o da nomeação pejorativa dos termos dessas categorias.

U4G1: é (++), porque eu vejo que, é:: é muito difícil até a gente conseguir se aceitar, é muito difícil uma pessoa conseguir falar assim, com toda luta (+) com toda dificuldade que é ser negro no país que a gente vive... É muito difícil... E:: eu vejo que muita gente não consegue ser, (+) mesmo sendo (++), não consegue ser o que é.

T7: mas é:: uma questão assim, (++) impressionante, as pessoas não se reconhecem, né (+), conforme a cor (+) ou quando se reconhece dão alguma justificativa é:: pra::: dizer assim – “não eu preciso ser honesto né, (++) sou negro mesmo, né.” (+) Mas ai tem essas que são (++) muito empoderadas, e aí você vê que na verdade vem reproduzir um discurso muitas vezes, é trabalhado por um terceiro, (++) mas que também que não transmite uma certa naturalidade (+++), que não é ruim. Não tô dizendo que isso é ruim, mas que precisou passar por um processo, né, externo (+) pra debater a questão (++) da raça,

A fala da trabalhadora (T7) demonstra a sua expectativa de que o discurso da pessoa preta/negra tivesse uma naturalidade em sua autodeclaração. A comparação com a naturalidade com que pessoas não-negras respondem denota a dualidade do discurso sobre o outro, que o racismo busca naturalizar e que de um lado reconhece a dificuldade dos negros em se assumirem. Por outro lado, no discurso da usuária (que é negra) existe uma empatia sobre quem sofre o racismo. Em contrapartida esse discurso da trabalhadora remete a um processo externo que leva ao empoderamento, contraditoriamente desvaloriza essa construção identitária em detrimento de não ser uma identificação natural. A dualidade entre os discursos traça uma linha tênue no julgamento do sujeito, em que ele deveria ser mais natural, pois se identificar deveria ser um processo interno e não externo, com intervenções de um terceiro. Contraditoriamente, não se identifica e não se reconhece o racismo como causa e produtora dessa “desnaturalização” da auto identificação no processo

de autodeclaração. Vale ressaltar ainda que o processo de construção identitária sempre irá perpassar por um terceiro, pelo social. A naturalização que se espera do sujeito não existe.

O sentimento de se ter uma identidade pessoal está vinculado a duas constatações simultâneas: a percepção de que sua existência continua a se desenvolver no tempo e no espaço, de forma contínua e uniforme, e a percepção de que essa continuidade e uniformidade singular do indivíduo é reconhecida pelas outras pessoas (LOUREIRO, 2004, p. 53).

Assim, a identidade aparece como um processo de interação constante entre o sujeito e a sociedade na qual ele convive e possui laços comunicacionais e afetivos. Isto significa que nossa identidade está intimamente relacionada com o vínculo que possuímos com aqueles que nos cercam, com a cultura e todos os demais meios de comunicação disponíveis naquele momento. Loureiro (2003, p. 53) acrescenta que: “Assim, sendo, a identidade de uma pessoa ou grupo é relativa à de outras pessoas ou grupos, tendo, portanto, uma significação étnica”.

Dessa forma, a autodeclaração não deve fazer parte da ideia de naturalização, mas sim de um processo dinâmico, relacional e histórico-cultural. Entretanto, considerando a influência negativa do racismo, teremos situações em que esta autoafirmação se apresenta de forma dolorosa e constrangedora.

U6G1: (...) de falar sobre a cor dela, eu já vi que ela fica constrangida, porque ela já passou por isso. Quando tem que ir em outros lugares e tem questionário, ela já passou por isso. (USUÁRIA DO CRAS).

A identidade do sujeito se apresenta de modo relacional e que se organiza histórica e culturalmente a partir do olhar do racismo. As práticas sociais passam a ser definidas a partir do nível de constrangimento e como as vivências de discriminação marcam a história e a concepção de si mesma. Quando a usuária relata: “*ela já passou por isso*”, retrata bem como esse modo relacional afeta a autoimagem.

Do mesmo modo, o excerto que se segue reforça a prática social da discriminação racial no Brasil.

U4G1: pra mim é:: a questão do impacto (+) do preconceito do outro. Cê falar que cê é negro, cê sabe que vai ser discriminado, cê sabe que a maioria é:: que fala – ah eu não tenho preconceito, tem, todo mundo tem um preconceito de alguma coisa e muita gente tem preconceito por causa da cor. Então muita gente não fala – ah, eu sou negra por causa do medo do preconceito. Por isso que muita gente – ah, eu sou pardo, ah eu sou moreno, ah eu sou amarelo, não, enquanto você ficar com medo do preconceito do outro, você nunca vai se assumir o que você é. Eu acho que a maioria das pessoas não, não responde é negro, pardo, que seja, por causa do preconceito.

Para o Movimento Negro aqueles que se autodeclararam pardos e pretos irão constituir a população negra. Ainda que essa interpretação esteja difundida na sociedade e nos meios de comunicação, o IBGE não assume essa definição, mas também não rejeita, apenas explicita que é uma reivindicação do Movimento Negro (OSÓRIO, 2013; PIZA, 1999). Esse critério contribui nessa distinção.

Por vezes as pessoas ficam embaraçadas sobre sua autodeclaração de pardos, pretos ou brancos, dado o processo histórico e cultural de opressão e negação da liberdade que o racismo impõe. Essa dificuldade foi evidenciada nas falas de todas as trabalhadoras e usuárias.

T4: Então é isso, uns ficam olhando pra cor da pe::le, e:: de fato, as vezes, nem são negros, mas são (+) é essa cor (++) que tá entre o branco e o ne::gro, tem o *more::no*, que é o *mestiço* (TRABALHADORA DO CRAS).

U15G1: eu sou desbotada, que eu era bem *moreninha*, mas *bem morena mesmo*,

U10G1: isso pra mim é *parda*

U15G1: aí fiquei assim, sem cor, não sei o que aconteceu. Aí eu falei, *morena*, porque eu não podia colocar negra, porque eu não sô negra', mas eu sô bem *morena*, não falo que sô branca ((fala rápido)). E colocaram lá que eu sou branca, e pra explicar isso, eu também não soube explicar, eu não soube dizer que cor eu sô, aí isso aí já não entendo não

U4G1: porque quando você vai preencher existe, *Negro, Pardo e Branco* (USUÁRIOS DO CRAS).

Abaixo apresento um diálogo entre os usuários no momento inicial do grupo focal em que se apresentam se identificando por raça/cor:

U4G2: Gorete⁶ ((inaudível))

U5G2: qual sua cor?

⁶ Nome fictício para preservar a conduta ética da pesquisa, mantive esse excerto iniciando o recorte a partir do nome dito pela usuária intencionalmente para evidenciar a intervenção das outras usuárias.

P: comé que você se, se auto declara sua raça/cor?
(2,5)
U3G2: a senhora é morena
U4G2: Morena escura ((tom de voz bem baixo e rápido))
P: há?
U4G2: Morena (++) escura ((tom de voz baixo))
P: Morena?
U4G2: escura ((tom de voz baixo))
P: tá, (+) Morena Escura?
U4G2: isso ((tom de voz bem baixo))

O destaque para esse excerto está no tom de voz baixo ou muito baixo e rápido no momento de se referir a sua cor, além das inferências de outras usuárias nesta definição. O excerto retrata o desconforto da usuária ao dizer da sua cor escura, e a inferência do termo morena adquirindo um sentido de tentativa de amenizar a cor da pele.

Os termos Morena e Negra tiveram um resultado expressivo na Pesquisa das Características Étnico-raciais da População (PCERP) do IBGE demonstrando que a população se identifica espontaneamente com estes termos para uma classificação racial no Brasil. No entanto, vale salientar que o termo morena possui correlações negativas em relação à identificação racial, o que sugere certa confusão sobre a autoidentificação, pois como sugere Osório (2013), tanto serve para o branco bronzeado, como para o não-branco que rejeita a classificação de preto ou pardo. Já a designação negra, estaria mais atrelada a um referencial positivo afirmativo ou para substituir o termo preto.

Ou seja, em países de população miscigenada, o quesito cor pode resultar em respostas que refletem apenas os significados sociais que a cor apresenta nessa população; seja para os aplicadores do quesito, seja para os respondentes do censo. Corre-se o risco, ainda, segundo a ONU, de os respondentes falsearem a cor, afiliando-se ao grupo que tenha mais prestígio social, ou de o coletor do censo identificar grupos em ascensão ou em descenso a partir de uma “cor social” (PIZA, 1999, p. 127).

A herança histórica de colonização no Brasil traz marcas complexas na construção identitárias da população perpassando por estereótipos das origens e da participação do negro, do branco, do pardo e do indígena. O branco aparece como colonizador, dono das terras e senhor dos escravos, ocupando lugar de dominação.

O negro como africano retirado bruscamente de suas terras, sendo escravizado, inferiorizado e trazido para ser domesticado e fazer trabalhos braçais. O indígena foi tido como aquele não serve para o trabalho forçado. O pardo, como filho bastardo do senhor branco com a mulher negra, esta vítima de constantes estupros, ao longo da história aparecerá como o ideal de aperfeiçoamento da raça, por ser mestiço, através do ideal de branqueamento e da democracia racial.

[...] tangida pela *harmonia das raças*: o Brasil estaria constituindo um único e unitário povo, fruto de sucessivos caldeamentos raciais entre o branco europeu, o negro africano e o ameríndio. Como se pode desde já perceber, eis o *modo de ver* que objetiva *fazer desaparecer* o outro, o negro ou ameríndio, mestiço, não branco, indesejável que deverá diluir-se (*misturar, desfazer-se/di(s)luere, lavare/lavar*), ou desaparecer numa metarraça (FRANCISCO, p. 126, 2000) (grifos do autor).

A instituição de uma “cor social” no Brasil em princípio, é uma tentativa de que essa população pudesse ser melhor aceita, que pudesse ser assimilada pelos padrões de branqueamento da sociedade. A miscigenação encontra no projeto político e científico do Brasil pós-abolição uma alternativa para que o país se aproximasse do ideal de brancura europeu.

O branqueamento, todavia, não poderia deixar de ser entendido também, como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se ‘integrar’ (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social (CARONE, 2003, p.14).

Compreender o contexto histórico, cultural e social ao qual a questão racial se enlaça com as percepções dos usuários da política pública torna-se uma função essencial no trabalho que enfoque o combate ao racismo. Elaborar na prática do trabalho e do atendimento da assistência social uma questão que possa evidenciar esse fenômeno relacionado a identidade racial implica em um engajamento social de desnaturalização das marcas estruturais do racismo.

A transformação social que perpassa a análise crítica do discurso implica o sujeito ser interpelado pelo próprio discurso. Representa a compreensão de que as práticas sociais nas quais está inserido e pelas quais se constitui como sujeito estão integradas na sociedade. O discurso imperativo que alimenta a confusão social, que

gira em torno tanto do conceito de raça, quanto o de “quem é negro no Brasil?” visa a manter mascarada a discriminação racial e reproduz a estrutura do racismo tal qual ele se organiza.

Resgato os conceitos acerca do racismo que Silvio Almeida (2018) descreve para compreender como esses modos operacionais do discurso remetem às três dimensões que estruturam o racismo no Brasil.

A concepção individualista é aquela que atravessa as ações pessoais e individuais, muitas vezes reconhecidas como preconceito e discriminação. Neste âmbito, o sujeito atua e manifesta seu racismo seja individualmente ou em coletivos. Comumente estas ações discriminatórias são aquelas que a sociedade se “solidariza e repudia” como atos de pessoas doentes, irracionais ou imorais, e que se estabelece que a forma de combate e eliminação do racismo está em reprimir e punir estes atos. Sendo assim, não estaríamos diante de um país racista e sim de pessoas e grupos isolados que ainda hoje “em pleno sec. XXI”, tem esses pensamentos retrógados (Almeida 2018).

A concepção individualista engendra processos psicológicos de negação do racismo e de repressão individual de pensamentos ou ações discriminatórias, que inclusive são cabíveis de punição legal. Mas se por um lado as pessoas individualmente tentam reprimir seu preconceito, esta ação não impede a reprodução do racismo e se revela através da negação do racismo, seja negar o seu próprio racismo, seja de negar que as atitudes ou ainda o silenciamento diante da realidade racial nacional fazem parte de uma estrutura racista.

No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos meramente comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem” (ALMEIDA, 2018, p. 28).

A segunda concepção está em torno das instituições e do estado, ao qual a política de Assistência social faz parte. Reconhecer a institucionalidade do racismo é um avanço significativo do debate para sair da ideia meramente individual ou particular para o entendimento da existência de práticas organizacionais que atuam na segregação e dominação de um grupo sobre outro. Van Dijk (2018), apresenta essa discussão institucional a partir da análise de contexto para compreender o

lugar dos discursos racistas nas instituições. O autor destaca a questão do acesso como importante debate na disputa de poder e elenca cinco instancias institucionais discursivas em que minorias étnicas possuem “pouco ou nenhum acesso”:

1. Discursos governamentais e legislativos de tomada de decisão, informações, persuasão e legitimação, especialmente os de nível nacional;
2. Discursos burocráticos de construção e implementação de políticas de mais alto nível;
3. Discurso da mídia de massa dos maiores veículos da mídia jornalística;
4. Discurso acadêmico ou científico;
5. Discurso das empresas (VAN DIJK, 2018, p.97).

Desta forma, as instituições atuam “no sentido de estabelecer normas e padrões que orientarão a ação dos indivíduos” (ALMEIDA, 2018. P. 29-30), para lograr na manutenção das desigualdades e dos conflitos raciais presentes na sociedade. Almeida (2018) e Van Dijk (2018) destacam que o racismo institucional é fundamental para a manutenção da hegemonia branca, por dominar os meios de acesso aos níveis hierárquicos mais altos dentro das instituições, uma vez que, são estes cargos, departamentos, setores que detém o poder de decisão sobre os padrões a serem seguidos pela instituição. E conseqüentemente são padrões que irão influenciar a sociedade, assim com os padrões raciais da sociedade influenciam as decisões institucionais.

A política de assistência social pertence a este locus institucional e opera neste mesmo sentido. Ainda que em suas normativas tenham estabelecido alguns princípios éticos de não discriminação, institucionalmente, dentro do equipamento estatal, a reprodução das práticas sociais racistas são assimiladas e introjetadas, desde a negação do racismo até a naturalização da questão. Isto acontece quando a negritude da pele dos usuários da política de assistência passa a fazer parte da paisagem e do imaginário social que se tem sobre essa política pública. O autor faz perguntas que exemplificam bem esse modo de naturalização:

O que nos leva (...) a “normalizar” que pessoas negras sejam a grande maioria em trabalhos precários e insalubres, presídios e morando sob marquises e em calçadas? Por que nos causa a impressão de que as coisas estão “fora do lugar” ou “invertidas” quando avistamos um morador de rua branco, loiro e de olhos azuis e um médico negro? (ALMEIDA, 2018, 49).

A resposta à essas perguntas nos conduzem para a terceira concepção que é o racismo estrutural e nos ajuda a compreender esse processo de construção de que faz parte da estrutura social do país. O autor revela que as instituições só podem atuar de modo racistas quando reproduzem os conflitos existentes na sociedade onde aquela instituição se constituiu. A estrutura social do racismo perpassa por uma organização econômica, judicial, cultural e política que visam a manutenção do poder e dominação. Esta organização social é legitimada na própria sociedade.

Todas essas concepções atravessam as subjetividades de cada cidadão, inclusive no momento em que institui que negros tem um papel social determinado e brancos também. Isso explica porque usuários negros tem dificuldade de lidar e assumir a sua identidade racial, este lugar de conflito e constrangimento é um lugar de destinação racial, o lugar de invisibilidade e assimilação da cultura dominante.

O curso dessa história se faz exatamente naturalização deste status quo social que reproduz o racismo em todas as esferas da sociedade, sendo esta constituída por esse modelo racista, e ao mesmo tempo, a sociedade segue reproduzindo a estrutura racista pois esta mantém seus lugares hegemônicos e de dominação.

4.2. Eixo 02: Ações Desenvolvidas no CRAS: da pontualidade à transversalidade

P: Vocês tiveram, ou em algum momento viram oportunidade de conversar sobre essa questão da cor (+) no atendimento?

(++)

U12G1: ah eu nunca conversei sobre a minha cor não

P: nunca conversou sobre a sua cor?

U12G1: não

U2G1: quando vocês estão com as meninas conversando, nunca conversaram, não te perguntaram? nada? ((fala baixo diminuindo o tom)) ((direciona a pergunta para U19 e para o grupo))

U12G1: da minha cor, não (++) nada ((fala bem baixo))

((burburinho incompreensível, duas usuárias falam em tom bem baixo parecendo concordarem que não tem essa conversa 7,5))

(DIALOGO DO PESQUISADOR COM GRUPO FOCAL).

Nesse eixo analisamos as ações do CRAS para a promoção da igualdade racial. Os discursos nesta categoria são construídos num modo gramatical que

indica o que deveria ser, no que está por vir, na latência e potência subutilizada, que o equipamento de Assistência social possui na projeção de ações voltadas para o debate da promoção da igualdade racial.

Os excertos destacados representam a percepção das ações concretas que acontecem no CRAS, sobre o que deveria ou poderia acontecer. Essa é a dimensão do “devir”, do que está no horizonte para ser trabalhado, mas não se materializa no fazer cotidiano do presente.

O discurso a seguir é representativo daquilo que outros participantes elencaram sobre o trabalho do CRAS. Porém o que se acentua é que, tanto no campo conceitual, normativo, quanto no campo prático e discursivo sobre o CRAS, o tema raça e discriminação surgem diluídos ou apenas citados, diante dos demais desafios sociais enfrentados pela política pública.

U10G1: sim (5,5). O CRAS defende, né ((inaudível)), defende as pessoas que são vítimas de qualquer preconceito que têm qualquer preconceito não só racial, né, mas contra LGBT, e até mesmo as pessoas que sofrem violência dentro de casa, né que sofre ameaça, agressões. O CRAS defende, (++) por isso chama (+) assistência social, porque defende os problemas sociais. (USUÁRIA DO CRAS).

As usuárias, de modo geral, concordam e reconhecem a ideia de que o equipamento da proteção social básica da assistência social seja espaço de defesa de direitos, e sendo assim, a defesa da igualdade racial também está representada. No entanto, o preconceito racial aparece no discurso de modo diluído, atenuado diante dos demais “problemas sociais”.

Percebe-se novamente a eufemização como estratégia de discurso, presente neste excerto na defesa do CRAS, daquilo que representa a sua atuação frente ao racismo, de “*qualquer preconceito não só racial, né?*”. O uso do “né” é utilizado para confirmar e assegurar a existência de outras defesas. O discurso, portanto, dilui o foco da defesa da questão racial no bojo de todo e de “*qualquer*” preconceito. A dissimulação oculta no discurso se manifesta por meio da estratégia de deslocamento em que retira da sentença o foco da discussão sobre raça e desloca o diálogo para outros tipos de enfrentamento e defesas sociais.

Não tenhamos dúvidas de que tais abordagens são necessárias ao equipamento, como explicita a usuária sobre “*as pessoas que sofrem violência*”

dentro de casa, né, que sofrem ameaça, agressões". Tal narrativa chama mais atenção para os demais pontos de defesa social, e retira do ponto central da conversa, a temática racial. É compreensível e necessário que o equipamento de proteção social abranja diversas lutas de garantia de direitos de toda e qualquer minoria. Contudo, Djamila Ribeiro (2017) elucida que "ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões(...)" (RIBEIRO, 2017, p. 13). Para tal, faz-se necessário oportunizar às temáticas espaços legítimos de fala e construção de uma tratativa do debate, como aparece também no discurso de outra usuária:

U4G1: (...) Quando isso é colocado numa roda de conversa, outra pessoa fala o que sente, outra pessoa fala o que entende, que ai cê vai entendendo mais sobre aquele assunto; eu pelo menos penso assim. (++) Eu acho que quanto mais discutido (+) é (+) menos o racismo acontece, mais as pessoas se aceitam, mais é: você consegue falar daquilo que::, sem te machucar, porque o racismo doí. (USUÁRIA DO CRAS).

No excerto de U4G1 percebe-se outra conotação das nomeações, já que estas acabam por incorporar o tema da raça em todos os problemas sociais. Ribeiro (2017) destaca a importância de nomear cada uma das opressões vivenciadas em suas distintas modalidades. Ainda que elas sejam transversais, torna-se necessária a compreensão dos fenômenos opressivos e suas especificidades. A usuária U4G1 traz em seu discurso a marca da mudança social proposta por Fairclough (2008) em que a prática discursiva produz transformações na prática social e no contexto em que o sujeito se encontra. As ações do CRAS, portanto, variam nestes discursos, entre a dissimulação das relações de dominação que negam ou invisibilizam a questão em um processo de diluição da potência do fenômeno racial, e de discursos que apontam para as demandas e possibilidades de ações que abram espaço para emergência deste tema latente.

Nos subeixos a seguir apresentamos como essa relação dialética entre o fenômeno do racismo e sua latente demanda pode ser abordada no CRAS. Ao que parece, os atores sociais envolvidos nesta pesquisa manifestam, em seus discursos, que estão enxergando o iceberg da questão racial, porém demonstram ver apenas a ponta acima da superfície.

4.2.1. *As nuances discursivas do racismo e o atendimento da população negra no CRAS*

T5: eu identifico que a maioria que são atendidos são negros e pardos (+) população branca tem pouco acesso, às vezes nem conhece. (+++) (TRABALHADORA DO CRAS).

A identificação do público atendido e a compreensão da dimensão histórica para elaborar propostas de ação parecem ser uma importante ferramenta para o trabalho de políticas públicas. No entanto a sistematização de dados e o recorte de análise nem sempre irão produzir uma reflexão acerca da questão racial, especificamente. Ainda assim, quem está na ponta do trabalho, que são usuários e trabalhadores, acabam lidando com suas próprias percepções que são atravessadas pelo contexto racial que a política apresenta, mas que em grande medida acaba por escamotear, mesmo que tenham conhecimento ou uma noção de dados estatísticos e/ou históricos a respeito. O discurso reproduz mecanismos que estão mais profundos, para além da ponta do iceberg.

Neste contexto, associando à fala de T5, os usuários em sua maioria são os negros e o branco surge como o diferente que não “acessa” o equipamento por “falta de conhecimento”. A narrativa parece indicar que faltam ações para promover o “acesso” da população branca ao equipamento da Assistência Social.

A análise do excerto demonstra que, implicitamente, temos três modos de operação ideológica agindo concomitantemente: a naturalização, articulada com a dissimulação que por sua vez está atrelada à legitimação em que buscam inverter prioridades e entendimentos acerca do público atendido, e qual atenção deve ser focalizada. A afirmativa direta indica quem é a maioria do público, em contraposição à falta de acesso e desconhecimento da população branca. A naturalização, neste caso, revela uma banalização dos motivos pelos quais a maioria dos negros acessa a política de assistência; que no contraditório é porque conhecem o acesso ao CRAS. A dissimulação neste excerto surge na negação dos motivos históricos, para legitimar esse indício de que falta população branca no atendimento da assistência social.

T8: aqui no CRAS? (+++) Eu acho que eu percebo um pouco essa desigualdade racial na fala de alguns usuários, é:: as vezes alguns comentários (2,5), do tipo: – ah então eu já me dei bem na minha

vida, porque/ eu já escutei isso né?, porque casei com cara Branco, quando na verdade ela era negra. Então percebo, às vezes, um um (2,5) / uma promoção assim de da raça branca, alguma coisa desse tipo. É::: prioritariamente nosso público aqui é negro (++) então, eu percebo, às vezes, poucas atividades aqui do CRAS voltadas para essa questão da igualdade racial também (++) (TRABALHADORA DO CRAS).

Este excerto nos apresenta diversos pontos de análise conjuntural do discurso acerca da percepção do racismo e a relação com o público atendido no equipamento. No discurso, ao situar o locus da percepção acerca da desigualdade racial, “*aqui no CRAS?*”; e “*na fala de alguns usuários*”, a trabalhadora inicialmente se coloca como observadora e ouvinte do racismo, e reconhece *no outro* o conflito racial colocado. Mesmo assumindo a percepção da existência do preconceito racial, este é *na fala do outro*. Também, a narrativização do evento preconceituoso responsabiliza o conflito na mulher que “*na verdade*” é negra, ao fazer a escolha de “se dar bem na vida” ao se relacionar com o branco.

A Narrativização expressa um modo de individualização do racismo. E toda essa constatação aparece entre as bordas discursivas da dúvida e da incerteza. O uso de expressões e pronomes indefinidos como “às vezes”; “alguns” e “alguma coisa desse tipo”, revela negações sutis do contexto racial e racista que emergem nos atendimentos: “*Então percebo, às vezes, um um (2,5) / uma promoção assim de da raça branca, alguma coisa desse tipo*”.

As negações nem sempre são explícitas. Há muitas maneiras de se expressar dúvida, distância ou não aceitação de afirmações ou acusações. (...) Outros recursos discursivos, como aspas ou palavras do tipo “dizem” ou “alegam”, pressupondo a dúvida por parte do escritor, podem ser empregados ao relatar os fatos (...). Por tanto as negações podem ser sutilmente manifestas expressando-se dúvida ou distanciamento (VAN DIJK, 2018, p. 181-182).

No mesmo excerto de T8, a trabalhadora reconhece: “*nosso público aqui é negro*”. Contraditoriamente, no que tange às ações que tratam dessa negritude a atitude é expressa pela locução adverbial “às vezes” e pelo pronome indefinido “poucas”. Dessa forma, podemos inferir que raramente acontecem atividades, nas quais essa trabalhadora não se inclui como proponente, participante ou responsável. Numa perspectiva da gramática funcional, o modo discursivo indefinido ou a

exclusão e ausência do sujeito na oração retira do autor da fala o lugar de proponente, ou partícipe da ação.

Pode-se, portanto, analisar o distanciamento dos trabalhadores e a negação do racismo, como latentes. Essas formas de expressão discursiva despotencializam a transformação ideológica da prática social por meio do discurso, ao excluir a construção participante de ações de enfrentamento e promoção da igualdade racial.

Outra fala que representa essa análise da negação do racismo é expressa pela racionalização e pela cadeia de argumentos que buscam se justificar utilizando pontos de comparação com outros meios de opressão e discriminação presentes no contexto do público assistido. Como já mencionado por Ribeiro (2017), a negação do racismo e da desigualdade racial surge na tentativa de hierarquizar as demais formas de dominação.

T3: é:::, bom (4,5), eu, eu tenho pouco tempo de SUAS (2,5) é::::
nosso território aqui é a vulnerabilidade social, principalmente (++) na
questão econômica (+), ela é muito forte, ela é muito marcante (++)
é::: a q, e a questão de raça ela não é (+) um, um aspecto que::, que:
salta (+++) é::::: pelo menos::: nos atendimentos que:::: eu fiz (+++)
é::: os usuários (+) muito raramente trazem alguma (++) questão
relativa a raça (++) , até porque eu acredito que::, que a maioria
seja::: negra ou parda aqui no::: nosso território (+); eu acredito, não,
eu afirmo isso, seguramente, sabe? É::: (++) Então as questões
que eles trazem mais são muito mais relativas à questão
socioeconômica mesmo (TRABALHADORA DO CRAS).

T7: Ela encontra com a desigualdade de renda, ela encontra com a
desigualdade de moradia, (+) ela encontra com diversas outras
desigualdades, né? (+) Eu não acho que a gente precisa ter um olhar
mais diferenciado. Prá' desigualdade racial, a gente precisa ter um
olhar diferenciado, Prá Todas as desigualdades (+), embora eu tenha
consciência que historicamente a gente tem (+) uma desiguald, com
a questão com a desigualdade racial, quanto da escravidão né, é:
(++) (TRABALHADORA DO CRAS).

No excerto acima, descreve-se a percepção da desigualdade racial do público atendido no equipamento e no território com uma lógica hierarquizante na qual a raça perde importância para o contexto econômico da pobreza. Nesta análise é fundamental considerar que o racismo é produto e produtor de relações econômicas de opressão, desvalorização e omissão.

(...) ao se hierarquizarem as diferenças, confundindo-as com desigualdades, opera-se a perversa lógica de que para ser encarado como “igual” é necessário anular os elementos que geram não a desigualdade, mas a diferença. Neste esquema hierarquizante, os diferentes são vistos como inferiores, sendo necessário comungarem dos princípios civilizatórios do Estado para atingirem “patamares superiores de desenvolvimento”. Assim, acabar com a desigualdade e gerar desenvolvimento social significariam, neste sentido, *devorar e/ou vomitar* os outros (Bauman, 2003), vistos como *estranhos*, transformando-os num indistinguível “nós” (SILVA, 2014, p. 106).

Numa perspectiva transformadora da ordem social, esperar-se-ia uma análise da correlação entre o fato de o público ser, em sua maioria, negra e ter como principal questão a vulnerabilidade financeira numa lógica que associa a questão racial à desigualdade econômica. Nesta direção, é impossível tratar a pobreza, a desigualdade de renda e de moradia, sem eliminar as barreiras raciais que impedem os negros de alcançar trabalho, renda e moradias dignas.

Com isso, o discurso revela a naturalização do racismo e a negação da sua constituição sócio-histórica, cultural e econômica. Como afirma Almeida (2018) é preciso, além das medidas que coíbam o racismo individual e institucional, profundas mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas operando como imperativo para superar o racismo estrutural.

Os achados do estudo permitem entender que as pessoas negras na política de assistência social se tornam parte da paisagem discursiva. Ou seja, não faz diferença. Assim, o tratamento é igual, não há diferença.

De fato, para uma política que se propõe a atender todas as pessoas que dela necessitem, devem estar incluídas todas as pessoas discriminadas, todas as minorias que têm seus direitos violados ou fragilizados, todos aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. Como eleger ou elencar algum lugar de ênfase para uma vertente dessas desigualdades?

Apesar do reconhecimento das interfaces, sobreposições e interseccionalidades entre as vulnerabilidades, a pobreza parece ter sido eleita como o foco das ações da política de assistência social. No entanto, a discriminação e os diversos processos arbitrários que ela impõe, afetam nossos meios sociais, inclusive o campo institucional. Impõe-se, porque ao estarmos em uma sociedade racista, machista, misógina, nossos discursos e práticas cotidianas são moldados e naturalizados pela discriminação. Este parece ser o ponto cego da política pública

de assistência social. Ponto este enaltecido no discurso da trabalhadora quando ela destaca que todas as desigualdades devem ser tratadas de igual forma. Todavia, esse processo representa a negação do racismo em detrimento de outras mazelas. Não se podem hierarquizar as formas de opressão que constituem as expressões do sujeito, evidentemente, como preconizam as normativas da política. Todas devem ser combatidas, mas precisam encontrar formas equitativas de tratamento.

Os discursos parecem engendrar uma espécie de bolha como se o racismo no CRAS não existisse ou não fosse perceptível a ponto de justificar um atendimento ou abordagem diferente, que promova equidade. Existe um reconhecimento de que no CRAS todos são tratados iguais.

U*G2: tenho nada pra falar não. Que aqui é bem tratado, todo mundo, sempre. Do mesmo jeito que um é tratado, o outro também é. Então não há o que falar do CRAS não, aqui todos somos iguais (USUÁRIA DO CRAS).

O discurso de igualdade de tratamento no atendimento tenta dar uma unidade simbólica para esta identidade coletiva de usuários do CRAS. “*Todos*” recebem o mesmo tratamento por serem “*iguais*”. No entanto, não abrange ou não alcança o discurso da equidade que pretende perceber as diferenças dentro desta unidade identitária.

A conclusão da usuária vem em defesa do equipamento “*então não há o que falar do CRAS*”, barrando qualquer insinuação ou acusação ao CRAS sobre discriminação e desigualdade racial. O contraponto dessa afirmativa revela a negação do racismo e também da defesa de que há muito pouco que se falar sobre raça e diferenças no equipamento. O assunto tende a se esvaziar no discurso da igualdade e é preciso compreender que, em se tratando da estrutura racista brasileira, o discurso de igualdade se traduz como a negação do racismo e da diversidade.

Desde a abolição da escravatura existe todo um esforço para apaziguar o discurso da desigualdade racial, utilizando-se a negação das diferenças para afirmar uma suposta igualdade, através do mito da democracia racial (REIS FILHO, 2000; FRANCISCO, 2000). Desta forma, a estratégia discursiva da unificação possui fortes ligações ideológicas de eufemização do equipamento por uma busca de preservar este ambiente positivo do contexto da discriminação racial e do racismo estrutural

como oposição negativa. Neste caso, o modo de operação ideológica procura expurgar a discriminação da instituição que me acolhe. A negação ideológica do racismo é uma negação da dialética e afirmação da visão de mundo binária dividida entre o bem e o mal.

A presença e o atendimento da população negra no CRAS encontram o esvaziamento dos sentidos raciais que compõem as relações de opressão que levaram o público negro a ser maioria nessa política pública. O racismo e a desigualdade racial do país encontram, no equipamento, diversos recursos discursivos de negação e atenuação da sua existência.

U4G1: eu creio que somos todos iguais em direitos e deveres, mas somos diferentes em cor de pele, tipo de cabelo, tamanho, gostos. É, direitos e deveres é pra todo mundo. Isso tem que ser igual. Ma::s a gente tem que se aceitar que eu sou diferente dela, que eu sou diferente dela, ((vai apontando como se quisesse exemplificar o que estava dizendo)) que eu sou diferente de todo mundo, (+) cada um tem uma cor' (Usuária do CRAS).

O despertar e empoderamento emancipatório são processuais. No que tange ao racismo, a todo o momento uma circunstância é percebida como parte desse projeto de hegemonia ideológica. Ainda assim, a usuária contrapõe o discurso das colegas e revela a existência da lógica dialética entre a igualdade e a diferença. No que tange à igualdade, direitos e deveres, ela enaltece as diferenças que remetem a questões culturais e raciais.

O discurso da desigualdade, pobreza e carente pode desprover ideologicamente os usuários de autonomia da sua própria criatividade para refazer e se organizar perante as situações adversas que as pessoas estão vivenciando. Para tanto, a política de assistência social precisa compreender os discursos de seus usuários para que não continue reproduzindo formas de dominação e enquadramento dessas famílias em torno de ideais de respostas e formas de estar no mundo.

No que concerne à Política de Assistência Social (PNAS, 2004), embora exista expressamente em seu texto normativo a intenção de “incluir os invisíveis”, “as diferenças e os diferentes”, observei que esta, em vários momentos, compreende essas *diferenças* socioterritoriais como *desigualdades*. Nesse entender, é estabelecida uma hierarquização dos distintos modos de vida que

conformam a diversidade cultural do país, utilizando fundamentalmente critérios econômicos (expressos na chamada *linha da pobreza*) para a caracterização do que é entendido pela PNAS como *diferenças* (SILVA, 2014, p. 214).

Reconhecer e identificar a existência de desigualdades, raciais, de gênero, classe, territórios é uma premissa do trabalho desenvolvido pela assistência social, no entanto, perceber que existe o diferente, o diverso, a cultura e modo de estar no mundo alcança outra dimensão importante da dialética entre, igualdade, desigualdade, diferenças e diversidade.

A dimensão de equidade, portanto, busca valorizar a diferença como fator preponderante e que, sendo ela fonte de desigualdade, o trato e as perspectivas devem assumir uma posição de discriminação positiva a fim de empoderar e fortalecer a função protetiva da assistência social para com o público negro. Isto implica dedicar ações que vislumbrem corrigir as distorções raciais de desigualdade social que foram construídas historicamente e que possuem cunho opressivo estrutural de manutenção do status de vulnerabilidade da população negra. E desta forma reconhecer que o racismo atua sistematicamente neste público.

4.2.2. *Ações transversais ou pontuais?*

C1: Assim, quais atividades que nós vamos promover que vão proporcionar a promoção da igualdade racial? Então assim, muitas vezes, isso fica muito colocado (++) quando? (++) no vinte de novembro (COORDENADORA DO CRAS).

O discurso sobre as ações e atividades se destacam por três descrições de como as intervenções sobre a questão racial ocorrem e a partir de qual perspectiva discursiva elas se desenvolvem.

A estratégia pontual é a que mais ganha destaque na falas, sendo a constatação mais repetida. Percebe-se que o CRAS possui um calendário de eventos, e as ações ou intervenções, no que tange à questão racial é tratada no mês de novembro em que é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra. A data marca a morte de Zumbi dos Palmares, personalidade negra que representa a luta e a resistência do povo contra a escravidão e os sistemas que oprimiram a população negra no Brasil.

O discurso da coordenadora distoa e ao mesmo tempo se completa com os discursos do subeixo anterior. Ao constatarem as situações de discriminação racial, utilizavam as expressões do tipo “às vezes”; “poucas” e etc. Neste eixo que aborda ações de combate e/ou promoção da igualdade racial, a expressão destaque é “muitas vezes”. Segue sendo uma expressão indefinida que, apesar de expressar o oposto de “poucas vezes”, no discurso foi utilizada para dizer exatamente a mesma proporção, que seja uma única vez.

T4: Olha é::::, a gente só tem uma ação que é em novembro. (+++)

T4: Que acontece, e aí tem alguma palestra, ou vídeo comentado, que vem uma pessoa, e faz uma conversa com esses usuários, sobre a temática (+), mas pelo que eu me lembro, é só isso que aconteceu aqui.

P: humhum

T4: Porque aí, no mês de novembro, né, é comemorado o dia (+) da consciência negra né, então essa data faz parte do calendário (+), fora isso, não (TRABALHADORA DO CRAS).

A fala da trabalhadora volta a enfatizar a ação como pontual e única, para seguir o calendário de eventos. O uso constante de pronomes indefinidos e expressões que não envolvem o autor do texto na ação possibilita a inferência de que esse trabalhador não se envolve com a elaboração do evento: “aí tem *alguma* palestra; vem *uma* pessoa; faz *uma* conversa com esses usuários”. Não há uma nomeação da atividade em si, e tampouco de quem são esses usuários, se negros ou não. Mas se atendimento é igual para todos, o evento não deveria ser para esses usuários, e sim para todos. A mitigação, neste caso, é do esvaziamento do sentido do evento, da importância do tema e dos usuários que participam. O discurso neste eixo se mostra coerente entre os dois subeixos, já que existe a negação do racismo e da desigualdade racial, a elaboração de uma ação ou evento também aparece esvaziada de sentido, mitigada e negado o seu valor.

U6G1: talvez, talvez até fala. Mas até hoje eu não ouvi falar ainda de palestras que pode tá falando, (+) aqui (+) no CRAS ainda não tem, porque se tivesse eu com certeza estaria aqui; gente eu preciso muito de ajuda porque minha filha tem 6 anos de idade, se ela tá passando por isso agora, imagina futuramente? (+) Se tivesse alguma coisa aqui no CRAS falando sobre esse tipo de coisa, com certeza eu estaria aqui, (+) mas eu não vejo nada disso aqui (USUÁRIA DO CRAS).

A percepção da usuária vai ao encontro do que está sendo apontado sobre as intervenções. “*talvez até fala, mas (...)*”. Neste excerto essa usuária representa a fala de outros participantes que, por terem alguma vivência percebida e assimilada de discriminação próxima, demanda por ações que tratem da temática racial. Enfatizo que a demanda é por “*alguma coisa*”, ou seja, que qualquer tipo de ação é válida para que ela pudesse participar.

A narrativa seguinte, de C2, descreve de forma mais valorativa um projeto que buscou construir um processo transversal, tanto no tema, na abordagem, quanto no tempo. O excerto selecionado é o mais extenso, porém se justifica, para demonstrar o processo da elaboração da intervenção:

C2: No ano passado a gente tinha uma proposta de fazer um trabalho com grupo de jovens e adultos né, e a gente queria pegar a questão de gênero, até que foi um, um, uma linha que a secretaria colocou, mas a gente pegou mais na questão mesmo, (+) era questão de: (+) gênero, raça e: (++) e ficou mais na questão raça. Então é aí que a gente fez a proposta de unir os jovens e o tema seria esse, mas não seria apenas um encontro por causa do mês de de (+) novembro. A intenção é que fossem acontecendo e terminados até o dia da igualdade racial, só que aí, acaba que por questão de agenda (++) a menina que acompanha o PROJOVEM adoeceu, foi fazer uma cirurgia, aí eu consegui fazer o planejamento. Então assim, foram, foram nove oficinas, né? Assim, cada um, pensando na construção daquela árvore (+) né, do baobá (+) que é um árvore de resistência (+) negra e, explicando um pouquinho disso (+), então a gente fez uma visita no MUQUIFU (+), é: veio uma outra educadora que tratou da questão, uma pouco da história (+) né (+) assim (+), da escravidão (+) tentou trabalhar com eles. Então assim, essas oficinas veio, assim como a intenção de fazer um encontro intergeracional, mas que tratasse de uma questão da igualdade racial pra além do dia da consciência negra, pra além de um calendário a ser cumprido, até mesmo pra ser provocativo, sabe assim, (+) pra: (++) para o grupo né, assim, e até mesmo pras nossas ações (COORDENADORA DO CRAS).

Num processo de transformação discursiva com efeitos nas práticas sociais, o que se busca é enaltecer estruturas da própria comunidade, envolver públicos intergeracionais, planejar ações ao longo do ano e não apenas na data festiva do calendário. O discurso apresenta a tentativa de construir novos modelos de ação e intervenção, de modo transversal. Vale ressaltar que o discurso aponta que a organização do evento ocorreu em formato experimental e também inaugural.

Aponta a iniciativa inversão dos valores e do que o discurso de igualdade indicaria. Esse formato longitudinal, que constrói diversas ações, deixa marcas diferentes inclusive nos outros discursos.

T6: ah sim, (+) é eu percebo que há sim hoje uma preocupação em trabalhar muito, né, com o público que a gente atende, (+) é inclusive todo ano é:: a gente tenta fazer um trabalho voltado até com os serviços mesmo que a gente já tem, né, no CRAS né?.

O vinte de novembro não se apagará em função do desenvolvimento de outras atividades ao longo do ano. A expectativa é que ele seja um evento ainda mais significativo e maior.

Existe o reconhecimento no discurso de usuários e trabalhadores, assim como nas diretrizes da política, de que ações não discriminatórias são necessárias e devem existir. Não obstante, a produção e elaboração de ações práticas de visibilidade, que envolvam, de forma consciente, seus agentes, trabalhadores e usuários é, da mesma forma, reconhecer que estas não acontecem, com exceção dos eventos já programados para o vinte de novembro.

P: Como que cês acham que o CRAS poderia ajudar mais, então, (+) nessas, nessas conversas (+) e:: ajudar a:: combater essas discriminações?

(2,5)

U4G1: Eu acho que discutindo mais, conversando mais. Quando a gente é:: - a não, não vou conversar sobre isso não. Então a gente fica com aquela ideia que a gente tem. Quando isso é colocado numa roda de conversa, outra pessoa fala o que sente, outra pessoa fala o que entente, que ai cê vai entendendo mais sobre aquele assunto; eu pelo menos penso assim. (++) Eu acho que quanto mais discutido (+) é (+) menos o racismo acontece, mais as pessoas se aceitam, mais é: você consegue falar daquilo que::, sem te machucar, porque o racismo dói. Pra quem sente na pele todos os dias (+) dói.

Apresento aqui um outro destaque flutuante nos estudos e percepções que surgem a partir das falas e de novas leituras. Soares (2017), ao conduzir sua pesquisa de mestrado ela se depara com a necessidade de ter que mudar o campo de trabalho e escolher um CRAS da capital Porto Alegre. Dentre diversas diferenças e semelhanças com os equipamentos de CRAS de Belo Horizonte, uma me chama atenção por dialogar com um dado da minha pesquisa sobre o Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A autora relata que em função da grande demanda de atendimentos em Porto Alegre os serviços foram terceirizados e executados por entidade conveniada à prefeitura.

a necessidade de terceirizar o trabalho tanto do PAIF (por meio de SAF's) quanto do SCFV, [faz] com que a população acabe por ser atendida muito mais pela iniciativa privada do que, de fato, pelo poder público (SOARES, 2017, p. 79).

Também em Belo Horizonte essa terceirização, ou parcerização, acontece com todos os SCFV. O que chama a atenção é que os relatos das trabalhadoras sobre atividades e ações desenvolvidas que abarcaram ou tocaram no tema da questão racial, foram justamente estes serviços parcerizados. Vale levantar uma questão, se o que favoreceu essas ações foram o fato de que os SCFV são atividades coletivas ou esse é um viés indicado pelas entidades para o trabalho? Não é possível por esta pesquisa responder a essas perguntas, no entanto é possível associar a análise de Soares (2017) ao fato de que os usuários que são atendidos pelo SCFV executado pela iniciativa privada tem tido mais contato (ainda que pequeno) com o debate da questão racial, do que pelo atendimento do poder público de execução direta, realizado pela equipe técnica do CRAS (Assistentes Sociais e Psicólogos). Esse dado alimenta a reflexão da falta de atenção que o poder público tem dado a essa temática.

Apesar de ter na raiz da grande maioria de seu público a história de escravização e discriminação racial, a assistência social parece negar a existência das questões raciais no interior de sua oferta pública. Essa negação aparece inclusive entre os usuários. Exaltando um perverso e importante processo de naturalização do racismo e das desigualdades raciais.

A Norma Operacional Básica do SUAS (2012) destaca em dois artigos certa transversalidade no tratamento da diversidade como um dos objetivos do SUAS, o Art. 2º, inciso V diz que é preciso “respeitar as diversidades culturais, étnicas, religiosas, socioeconômicas, políticas e territoriais” (NOB-SUAS, 2012, p. 16). Também define em como princípio ético da proteção social básica no Art. 6º, inciso VI o “combate às discriminações etárias, étnicas, de classe social, de gênero, por orientação sexual ou por deficiência, dentre outras” (NOB-SUAS, 2012, p. 17).

O que se destaca a respeito do trato da questão racial são expressões tímidas das normativas de transversalidade e atuação de combate às diversas formas de discriminação que acabam por produzir ações pontuais como campanhas de conscientização contra a discriminação, palestras, cartazes que cumprem um calendário específico de eventos anuais que lembram das questões emblemáticas das desigualdades sociais, dentre elas a racial. A eventualidade das ações transmite mensagens do acontecimento como temporário e passageiro. O evento possui por objetivo uma temporalidade para acontecer. Ainda que se espere um desdobramento no sentido de afetar aos participantes do evento, se não for construído propostas de continuidade, essas ações ficam fadadas à falta de aprofundamento e sem perspectivas transversalizar as ações cotidianas do trabalho com os usuários. Enquanto isso, o racismo se mantém estruturado e atuando constantemente nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais e moldando os modos operante de negação e perpetuação de processos segregacionistas e discriminatórios.

Desta forma a política de assistência social, se realmente, se propõe a assumir uma postura de combate, precisa atuar no campo das ações que desenvolvam atitudes e intervenções antirracistas dentro da perspectiva da promoção da equidade racial. Para tal é necessário a elaboração de políticas afirmativas e de reparação.

As normativas precisam avançar e um Plano Nacional de atenção à população negra é necessário na Assistência Social, de forma a ser capaz de reconhecer no seu público a perpetuação do sistema escravocrata e do racismo estrutural que o mantém subjogado. Nesta perspectiva o município de Belo Horizonte pode produzir um ensaio do que seria esse plano e lançar essa proposta como projeto necessário para essa política pública. Este plano incentivaria o trabalho cotidiano nas oficinas dos SCFV e nos atendimentos particularizados, enfocando a temática racial através do resgate histórico e cultural da população negra no país.

Promover o mapeamento dos grupos e instituições negras, de religiosidade de matriz africana nos territórios de atuação da proteção social básica, no intuito de articular ações da assistência social, tanto no que tange à garantia de acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios, quanto no incentivo à participação no

controle social, através dos conselhos de Assistência e elaboração dos planos de ação da política.

Portanto, consideramos necessária a implantação de um núcleo de estudos das relações étnico-raciais e de gênero que fomente a produção de estudos e pesquisas contribuindo na construção de ações antirracistas dentro da política de assistência social, de modo a contribuir para a superação do racismo na sociedade.

Consideramos, ainda importante a elaboração de campanhas permanentes de reflexão e debate sobre as identidades raciais e autodeclaração, que sejam atreladas à capacitação dos trabalhadores e educadores para além de uma simples coleta de dados. A produção de informação qualificada promove intervenções mais efetivas e, além disso, contribui na elaboração de intervenções que promovam o sujeito a uma autopercepção positiva de sua identidade racial.

E por fim que seja incluído, em todas as capacitações, qualificações e formações no âmbito da educação permanente do SUAS, a temática racial, de modo que os agentes formadores (Universidades, Institutos de educação e etc.) promovam na estrutura curricular módulos transversais de abordagem das relações raciais. Assim como das questões de gênero e classe que tem sido amplamente debatida na sociedade atual, mas que não foram foco neste trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trilhar os caminhos iniciados nesta pesquisa possibilitou, através dos objetivos de resgate histórico de marcos da escravidão e pós-abolição, das primeiras iniciativas de assistência social, analisar suas contribuições na estruturação do racismo no país e na política de assistência social. Utilizando-me da Análise Crítica do Discurso como ferramenta metodológica foi possível desvelar, nos discursos dos operadores da política (usuários, trabalhadores e gestão), constructos discursivos que estão na base do racismo estrutural, que perpassam principalmente a negação e dissimulação das ideias de discriminação racial.

Desta maneira, a pesquisa contribuiu para dimensionar qual é a atuação da política de assistência social para a promoção da igualdade racial. O que se apurou foi que existem iniciativas de processos reflexivos e de oficinas que se propõe a discutir a questão racial na sociedade, porém a percepção da maioria dos entrevistados é que se restringem a ações pontuais no mês de novembro, quando se comemora o dia da consciência negra. A pesquisa também demonstrou que o discurso racista é manifesto na política de assistência social e ainda que a questão racial se apresenta como demanda, reprimida e latente em seus usuários. Processos esses frutos das marcas históricas e estruturais construídas pelo racismo brasileiro, mas que a assistência social ainda não se posicionou explicitamente com proposições que busquem tratar e/ou reparar o racismo presentes em suas raízes.

A superação do racismo não se dará por meio de decreto. Não se descobriu, apenas através de atos normativos, um projeto político, econômico e ideológico que perdura através de séculos de organização. Também não se combate a discriminação com ações pontuais e eventuais. É preciso estruturar um novo projeto de nação que, de forma processual, estabeleça novos marcos afirmativos de promoção e reparação em prol da igualdade racial.

A árvore genealógica da Política de Assistência Social no Brasil possui em seus primórdios, os antepassados da população negra deste país. Portanto, ela nasce, cresce e chega em sua fase adulta, como uma política pública enegrecida pelas gerações de usuários que permanecem na condição de quem necessita de assistência social.

Tendo a negritude em sua base, essa política pública poderia ter-se tornado a referência dentre as políticas sociais de conhecimento e desvelamento dos processos reprodutores do racismo no país. No entanto, foi assimilada pelos mesmos processos que a aprisionam na estrutura racial brasileira.

Uma imagem que repercute e que certamente deve fazer parte do imaginário de muitas pessoas é o retrato da ação da assistência social como assistencialismo cristão, e que ainda possui seus resquícios na atuação da política de assistência por meio dos convênios público-privado. Esse imaginário é ainda retratado nas campanhas da fraternidade da missão católica. Este ano de 2020, a imagem se repete e nos propõe a reflexão de quem são os personagens e atores sociais envolvidos nas atuações de assistência? Qual é a reprodução e a intencionalidade desta retratação?

A Análise Crítica do Discurso se desenvolve como importante ferramenta de pesquisa e estudos para realçar e desvelar as ideologias que perpassam o discurso, inclusive, o discurso imagético. Este, por vezes, diz mais do que toda uma dissertação. Identificar elementos que possam contribuir para desvelar modos de operação ideológicos da opressão tornam-se instrumentos potentes de transformação social, como preconiza Fairclough (2008).

Então sigamos para um último exercício acerca desta imagem tão representativa dos meios de reprodução ideológicos.

Imagem 05 – Campanha da Fraternidade 2020



Fonte: imagem retirada da internet disponível em <https://www.ofatomaringa.com.br/blog/ler?link=%E2%80%9Cfraternidade-e-vida-dom-e->

[compromisso-campanha-da-fraternidade-2020-sera-lancada-na-quarta-feira-26-em-iguatemi](#): acessado em 23/11/2020.

O discurso da imagem é repleto de significantes raciais e que retratam a lógica da benevolência e assistencialismo (em processo de superação pelos novos objetivos trilhados desde a LOAS de 1993 até a PNAS de 2004, além das centenas de notas técnicas, portarias, publicações, fluxos e normativas desenvolvidas neste sentido).

No que tange aos significantes raciais, você tem a população negra, empobrecida, com todas as gerações vulneráveis presentes: criança, adolescente, deficiente e o idoso. As crianças negras não possuem calçados, suas roupas estão rasgadas e todas em torno dos adultos brancos, afirmando a sua necessidade e clamando por ajuda. A freira branca ocupa o centro da imagem a quem todos direcionam o olhar e esperam a oferta. Inclusive o cachorro que tem cor que remete ao tom de pele dos personagens negros da cena, ele compõe a imagem daqueles que olham para a freira aguardando sua vez. A cena se passa no meio urbano, e o encontro, da Freira branca com os negros necessitados e vulneráveis, acontece na rua, trazendo mais um símbolo que é marca da vulnerabilidade, e que cerca o público da assistência social, assim como o destino de muitos negros após a abolição da escravatura. A rua neste caso se reafirma como símbolo do locus dos desassistidos.

O texto da campanha, chama os fiéis da igreja católica, por ser uma publicidade que tem o público religioso como alvo, mas não apenas, já que a religião católica possui lastro em toda sociedade brasileira, estando presente inclusive como já falamos em ações das políticas públicas. Desta forma, o cartaz convoca a quem tiver acesso a ele, para o sentimento da compaixão e do cuidado com o próximo. E a imagem relaciona que este próximo que necessita da compaixão, é o sujeito negro.

É certo que a política pública de assistência social, nesta última década, vem buscando se afirmar como política de direitos e não como benevolência ou compaixão, e tem alcançado importantes conquistas. Neste sentido, inclui a constituição do sistema de controle social através dos conselhos municipais, estaduais e nacional de assistência social, garantindo recursos e transferências através dos Fundos municipais, estaduais e federal de assistência social, buscando promover maior transparência nos seus gastos. Por outro lado, ainda há um

percurso a ser trilhado no que diz respeito ao rompimento com ideias assistencialistas, e muito se têm para elaborar sobre o racismo que perpassa suas ações.

Souza (1983) desvela o doloroso processo emocional que o negro passa para se tornar negro neste país, para superar os processos de opressão do racismo e se reconhecer, assumindo sua identidade e subjetividade negra.

A assistência social não é um ser, ou uma personalidade. Trata-se de uma entidade, instituição construída historicamente e por várias mãos. Mas, metaforicamente, ela precisa se descobrir negra. Uma política pública que precisa encontrar sua negritude, para encontrar seus caminhos de superação. Souza (1983) afirma que:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p. 17-18).

Isto me parece um resgate e reconhecimento muito semelhante do percurso que essa política pública tem feito no sentido de se resgatar enquanto uma política de garantia de direitos para cidadãos, e não de ser vista, como na campanha da fraternidade, assistencialista, benevolente e que lida com pobres.

A pesquisa permitiu revelar um feixe de luz sobre a diversidade em seu potencial e que existem múltiplos caminhos a serem estudados e aprofundados.

No decorrer da escrita algumas novas ideias foram surgindo como a relação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e a questão racial, debate que necessita compreender a necropolítica instaurada para assassinar os jovens negros marginalizados. Outro tema que parece latente para o desenvolvimento de estudos são os estigmas de que a população em situação de rua sofre bem como as contribuições que são produzidas pelas casas de acolhimento da proteção social, de alta complexidade, para a construção da identidade racial de crianças e adolescentes.

A pesquisa também revelou lacunas que servem como provocação para a continuidade e aprofundamento dos estudos sobre a temática racial na política de assistência social. Dentre várias lacunas, resgato algumas que perpassaram como

possibilidade de abordagem durante a pesquisa como a atuação da política de assistência junto aos quilombos urbanos (tema já apontado na qualificação do projeto, mas que não foi possível abordar neste momento). Outro estudo importante está no levantamento de deliberações das conferências de assistência social (seja em âmbito municipal, estadual e/ou nacional) que já tenham apontado demandas acerca da questão racial na política. Em 2017, por exemplo a 12ª Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, realizou, pela primeira vez, pré-conferências temáticas em que se contemplou o tema da adolescência e juventude, população de rua e da igualdade racial. Na ocasião foram aprovadas recomendações ao município para ações estratégicas no âmbito da igualdade racial na assistência. E quais foram os desdobramentos?

Outra possibilidade é explorar conteúdos necessários sobre a questão racial para a capacitação dos trabalhadores. Em parte, os resultados dessa Dissertação apontam para essa necessidade: preparar a equipe para abordar de forma sensível e crítica o tema Raça com os usuários. Também, a questão de gênero e Classe, entrelaçadas com a questão racial, carece de mais embasamento e debates. Além disso, o extenso material transcrito e demais categorias de análise do discurso que não foram abordadas neste trabalho, como a intertextualidade e interdiscursividade presentes nas falas, são outro campo a ser explorado.

O leque de possibilidades se abriu a cada passo dado no desenvolvimento da pesquisa, e deixo como registro para novos caminhos e continuidades.

Por outro lado, a pesquisa produziu importante reflexão sobre o racismo na política de assistência, ao desvelar a negação e dissimulação como principais modos de operação discursiva nas falas dos que atuam na ponta da cadeia de atendimentos da assistência. Desvelar esses modos de operação da ideologia racista nos favorece a identificar o foco de atuação junto a trabalhadores, usuários e gestão para construir ações que desenvolvam um modo de operação ideológico transformador e que provoque mudanças nas práticas sociais da política pública de assistência social. Neste sentido, nos colocamos de forma propositiva sugerindo caminhos e processos institucionais, que precisam ser construídos, para contribuir nesta desconstrução do discurso de negação do racismo.

Para este pesquisador todo resgate do passado, ainda que tenha sido um recorte das histórias que se entrecruzam, nos faz despertar para o trabalho a ser

feito e que demanda atenção. Ser um homem negro que escolheu estar e participar como operador da política de assistência social na condição de trabalhador é um privilégio, já que os principais operadores da política não tiveram essa possibilidade e seu acesso veio por intermédio de suas necessidades e vulnerabilidades às quais foi submetido. Contudo, utilizo-me deste lugar para provocar estranhamentos sobre os lugares que ocupamos e as identidades que construímos. Me permito subverter o quesito raça/cor e questionar os usuários que se apresentam “confusos” ou “constrangidos” em sua percepção de autoimagem. Há trabalho a ser feito e minha negritude não me permite ignorar a dúvida, a resposta distorcida, e o racismo que pesa sobre os nossos ombros e impacta nossas percepções de mundo.

Por fim, para marcar essa etapa deixo a reflexão do símbolo africano Sankofa (Imagem 06) que marca a importância da pesquisa, pois revela a sabedoria em se buscar o passado para trilhar os caminhos do futuro.

Imagem 06 - SANKOFA



Fonte: imagem retirada da internet disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/sankofa-significado-desse-simbolo-africano/> acessado em 02/12/2020. -

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

ANDRADE, Angélica Mônica. **Aprendizagem reflexiva de enfermeiras na atenção domiciliar: caminhos para uma práxis criadora.** Tese (Doutorado). Belo Horizonte: UFMG, Escola de Enfermagem. 2017.

A ÚLTIMA ABOLIÇÃO. **Documentário.** Direção de Aline Gomes. Rio de Janeiro: Gávea Filmes. 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil.** In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Org.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. P. 25-57.

BRASIL. Decreto Lei Nº847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal (1890).** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acessado em 26/11/20.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm, acessado em 21/11/2020.

_____. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS,** Brasília, DF. 2012.

_____. Resolução Nº 109, De 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília - DF. 2009, reimpressão 2014.

CAMINO, Leôncio *et al.* **A face oculta do racismo no Brasil:** uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política.* [S.l.], ano 1, v. 1, p. 13-36, jan/jun, 2001.

CARONE, Iray. **Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira.** In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Org.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 13-24.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Belo Horizonte). Diário Oficial do Município. Resolução 21/2018, de 24 de agosto de 2018. **Publica o Plano Municipal de Assistência Social quadriênio 2018-2021.** Acessado em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1199293>

CRUZ, Lilian Rodrigues de; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **A constituição da Assistência Social como política pública: interrogações à psicologia.** In: CRUZ, Lilian Rodrigues de; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Políticas Públicas e Assistência Social: diálogos com as práticas psicológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 13-40.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Coordenadora da Tradução, revisão técnica e prefácio: Izabel Magalhães. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001, 2008(reimpressão)

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3. ed., São Paulo: Ática, 1978, v. 1

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2016.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção.** Educ; Rio de Janeiro: Palhas, 2000.

FRANCISCO, Dalmir. **Comunicação, identidade cultural e racismo.** In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 117-151.

FREITAS, Cristiane Redin; GUARESCHI, Pedrinho A. **Assistência Social no Brasil e os Usuários: possibilidades e contradições.** DIÁLOGO, Canoas, n. 25, p. 145-160, abr. 2014.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. **A Política de Assistência Social no Brasil: O foco na família e a questão dos mínimos sociais.** Sociedade em Debate, Pelotas, 13(2): 153-173, jul.-dez./2007.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural.** Tradução Raquel Souza Lobo Guzzo; revisão técnica do autor. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 148 p.: il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 43)

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Identidade étnica em reconstrução: a resignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmica de grupo, na perspectiva existencial humanista.** Belo Horizonte: O Lutador, 2004.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo, SP: Contexto, 2007.

MAZZA, Verônica de Azevedo; MELO, Norma Suely Falcão de Oliveira; CHIESA, Anna Maria. **O Grupo Focal como técnica de coleta de dados na pesquisa qualitativa**: relato de experiência. Revista Cogitare Enfermagem, Jan/Mar; 14(1):183-8. UFPR, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/14486/9729>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, SP: Hucitec, 12ª edição, 2010.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte, MG: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada**. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia, (Org.) Características Étnico-raciais da População: Classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (Estudos e Análises: Informação Demográfica e Socioeconômica, número 2).

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia, Org. **Características Étnico-raciais da População**: Classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (Estudos e Análises: Informação Demográfica e Socioeconômica, número 2).

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. **Cor nos Censos Brasileiros**. REVISTA USP, São Paulo, n.40, p. 122-137, dezembro/fevereiro 1998-99.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas**: Implicações Teórico- Metodológicas. Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a crítica)**: O texto como material de pesquisa. Coleção: Linguagem e Sociedade Vol. 1, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

REIS FILHO, José Tiago. **Ninguém atravessa o arco-íris**: um estudo sobre negros. São Paulo: Annablume, 2000.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: Lugar de Fala?**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.

ROCHA, Simone. **A educação como projeto de melhoramento racial**: uma análise do art. 138 da constituição de 1934. Revista Eletrônica de Educação, v. 12, n. 1, p. 61-73, jan./abr. 2018

SOARES, Lissandra Vieira. **Escrevivências sobre mulheres negras acompanhadas pela proteção social básica – uma perspectiva interseccional**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, 2017.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SILVA, Josiane Cristina Cardoso da. **COMUNIDADES QUILOMBOLAS, ETNOPOBREZA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**: ressignificações do “ser pobre” em Aripipá – MA. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão. São Luis, MA, 2014.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**; Judith Hoffnagel, Karina Falcone, organização. 2ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional**: uma abordagem conceitual. São Paulo: Geledés, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE 01 – PERGUNTAS NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS E GRUPO FOCAL

Perguntas Norteadoras – Entrevista com Trabalhadores

1. Como você pensa a respeito da existência do racismo no Brasil?
2. Como a desigualdade por raça/cor se apresenta no público de usuários da Assistência Social?
3. Ao questionar o usuário no atendimento particularizado ou em grupo sobre sua raça/cor (pergunta obrigatória no cadastro do CRAS), quais são as suas reações e dos usuários em relação a essa questão?
4. Qual o grau de responsabilidade que você acredita que a Política de Assistência Social deve possuir sobre a promoção da igualdade racial? Responda em uma escala de 1 a 5 sendo 1 muito pouca responsabilidade e 5 muita responsabilidade. Tente explicar porque da sua resposta

Pergunta disparadora da discussão no Grupo Focal com usuários

1. Como que vocês percebem a abordagem dos aspectos de raça e cor no atendimento aqui no CRAS?

APÊNDICE 02 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – USUÁRIOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (vetor 3 – usuários e famílias)

TÍTULO DA PESQUISA: Política de Assistência Social: desafios e possibilidades para a promoção da Igualdade Racial.

CAAE:

Prezado(a) Sr.(a) _____.

Por meio deste instrumento, venho torná-lo(a) ciente da pesquisa cujo título está referido acima, e convidá-lo(a) a participar voluntariamente da mesma. Objetiva-se neste estudo analisar a abordagem das relações raciais no atendimento aos usuários da Assistência Social. A pesquisa é coordenada em âmbito municipal pela Professora Doutora Kênia Lara Silva.

Você está sendo convidado para participar por ser USUÁRIO da Política de Assistência Social de Belo Horizonte. A sua participação consiste em responder a algumas perguntas que serão discutidas em uma reunião de grupo, chamada Grupo Focal. Nesta reunião, terão outros USUÁRIOS. Essa reunião terá duração média de uma hora e será realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do seu território, em dia e local a ser definido. Durante a reunião, gravarei a discussão como forma de garantir o registro fiel das informações. As gravações estarão seguras e serão inutilizadas após a pesquisa.

Caso aceite participar, preciso esclarecê-lo que:

- Será garantido o anonimato aos participantes no momento em que os resultados serão divulgados, ou seja, seu nome não será divulgado.
- Serão garantidos, também privacidade e sigilo em relação às informações e declarações prestadas verbalmente e/ou por escrito antes, durante e depois da realização do grupo, de modo que as informações ficarão sob a guarda do pesquisador que cuidará para que nenhuma outra pessoa tenha acesso a elas.
- As informações obtidas não serão utilizadas em prejuízo das pessoas, inclusive em termo de auto-estima, prestígio e/ou econômico-financeiros.
- Caso você se sinta constrangido a responder a alguma pergunta, você tem direito de se recusar. Caso participe, em qualquer momento poderá pedir informações ou esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa, bem como sair da mesma e não permitir a utilização de seus dados, sem prejuízo algum.
- Caso alguma pergunta cause algum tipo de desconforto emocional ou psicológico, o pesquisador possui formação em psicologia para conduzir a entrevista de modo a diluir e minimizar os impactos emocionais que as perguntas possam te causar, e você poderá escolher interromper sua participação na pesquisa a qualquer tempo.

- É importante afirmar que não haverá despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não haverá compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Concluída a pesquisa, seus resultados serão divulgados em trabalho científico e você poderá ter acesso, caso queira, ao acesso, em qualquer etapa do estudo, ao responsável pela pesquisa, Vinicius Quiroga Mendoza, que pode ser encontrado no endereço Rua Alfredo Avelino Diniz, 344, Camilo Alves/Contagem. CEP: 32.017-150.

Você deve ser informado ainda que será garantido o acesso, em qualquer etapa do estudo, à coordenadora da pesquisa, Kênia Lara Silva, que pode ser encontrada no endereço: Avenida Alfredo Balena, 190, sala 508, Escola de Enfermagem da UFMG. CEP: 30130-100. Telefone: (31)3409-9181.

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Unidade Administrativa II, 2º andar. CEP: 31270-901. Tel: (0xx31) 3409-4592. Email: coep@prpq.ufmg.br, e possui autorização e anuência da Subsecretaria de Assistência Social – Av. Afonso Pena, 342, Centro, 3º andar Gerencia de Gestão do Trabalho e Educação Permanente. CEP: 30130-001. Tel: (0xx31) 3277-4853. Email: gestaodotrabalhosuas@pbh.gov.br. As cartas de aprovação no Comitê de Ética e anuência da Subsecretaria encontram-se em anexo.

Agradecendo sua colaboração, solicito a declaração de seu consentimento livre e esclarecido.

Este documento que consta de duas vias. Uma das vias ficará com você.

Atenciosamente,

Vinicius Quiroga Mendoza / Kênia Lara Silva.

Pesquisadores Responsáveis

Consentimento: Eu _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo. Ficaram claros para mim os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, o compromisso ético dos pesquisadores em garantir a confidencialidade dos dados e a fornecerem informações sobre o andamento da pesquisa, caso eu solicite. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento em participar a qualquer momento, sem prejuízo algum.

Belo Horizonte ____ de _____ de _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Contatos dos pesquisadores responsáveis:

Vinicius Quiroga Mendoza

End.: Rua Alfredo Avelino Diniz, 344. Bairro: Camilo Alves CEP: 32.017-150

Contagem/MG

Tel: (31) 98823-3506

Kênia Lara Silva

Av. Alfredo Balena, 190, Santa Efigênia

Belo Horizonte/MG – CEP: 30130-100

Tel.: (31) 3409-9181

Para esclarecimentos sobre a ética da pesquisa entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG: Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Unid. Adm. II, Belo Horizonte. Tel.: (031) 3409-4592, e-mail: coep@prpq.ufmg.br

APENDICE 03 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – TRABALHADORES

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (vetor 3 – usuários e famílias)

TÍTULO DA PESQUISA: Política de Assistência Social: desafios e possibilidades para a promoção da Igualdade Racial.

CAAE:

Prezado(a) Sr.(a) _____.

Por meio deste instrumento, venho torná-lo(a) ciente da pesquisa cujo título está referido acima, e convidá-lo(a) a participar voluntariamente da mesma. Objetiva-se neste estudo analisar a abordagem das relações raciais no atendimento aos usuários da Assistência Social. A pesquisa é coordenada em âmbito municipal pela Professora Doutora Kênia Lara Silva.

Você está sendo convidado para participar por ser TRABALHADOR da Política de Assistência Social de Belo Horizonte. A sua participação consiste em responder a algumas perguntas de uma entrevista semiestruturada. Essa entrevista terá duração média de uma hora e será realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) onde você trabalha ou em local público de sua preferência, onde se sinta mais confortável, em dia e local a ser definido. Durante a entrevista, gravarei a conversa como forma de garantir o registro fiel das informações. As gravações estarão seguras e serão inutilizadas após a pesquisa.

Caso aceite participar, preciso esclarecê-lo que:

- Será garantido o anonimato aos participantes no momento em que os resultados serão divulgados, ou seja, seu nome não será divulgado.
- Serão garantidos, também privacidade e sigilo em relação às informações e declarações prestadas verbalmente e/ou por escrito antes, durante e depois da realização do grupo, de modo que as informações ficarão sob a guarda do pesquisador que cuidará para que nenhuma outra pessoa tenha acesso a elas.
- As informações obtidas não serão utilizadas em prejuízo das pessoas, inclusive em termo de auto-estima, prestígio e/ou econômico-financeiros.
- Caso você se sinta constrangido a responder a alguma pergunta, você tem direito de se recusar. Caso participe, em qualquer momento poderá pedir informações ou esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa, bem como sair da mesma e não permitir a utilização de seus dados, sem prejuízo algum.
- É importante afirmar que não haverá despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não haverá compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Concluída a pesquisa, seus resultados serão divulgados em trabalho científico e você poderá ter acesso, caso queira, ao acesso, em qualquer etapa do estudo, ao responsável pela pesquisa,

Vinicius Quiroga Mendoza, que pode ser encontrado no endereço Rua Alfredo Avelino Diniz, 344, Camilo Alves/Contagem. CEP: 32.017-150.

Você deve ser informado ainda que será garantido o acesso, em qualquer etapa do estudo, à coordenadora da pesquisa, Kênia Lara Silva, que pode ser encontrada no endereço: Avenida Alfredo Balena, 190, sala 508, Escola de Enfermagem da UFMG. CEP: 30130-100. Telefone: (31)3409-9181.

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Unidade Administrativa II, 2º andar. CEP: 31270-901. Tel: (0xx31) 3409-4592. Email: coep@prpq.ufmg.br, e possui autorização e anuência da Subsecretaria de Assistência Social – Av. Afonso Pena, 342, Centro, 3º andar Gerencia de Gestão do Trabalho e Educação Permanente. CEP: 30130-001. Tel: (0xx31) 3277-4853. Email: gestaodotrabalhosuas@pbh.gov.br. As cartas de aprovação no Comitê de Ética e anuência da Subsecretaria encontram-se em anexo.

Agradecendo sua colaboração, solicito a declaração de seu consentimento livre e esclarecido.

Este documento que consta de duas vias. Uma das vias ficará com você.

Atenciosamente,

Vinicius Quiroga Mendoza / Kênia Lara Silva.

Pesquisadores Responsáveis

Consentimento: Eu _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo. Ficaram claros para mim os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, o compromisso ético dos pesquisadores em garantir a confidencialidade dos dados e a fornecerem informações sobre o andamento da pesquisa, caso eu solicite. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento em participar a qualquer momento, sem prejuízo algum.

Belo Horizonte ____ de ____ de _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Contatos dos pesquisadores responsáveis:

Vinicius Quiroga Mendoza

End.: Rua Alfredo Avelino Diniz, 344. Bairro: Camilo Alves CEP: 32.017-150
Contagem/MG
Tel: (31) 98823-3506

Kênia Lara Silva

Av. Alfredo Balena, 190, Santa Efigênia
Belo Horizonte/MG – CEP: 30130-100
Tel.: (31) 3409-9181

Para esclarecimentos sobre a ética da pesquisa entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG: Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Unid. Adm. II, Belo Horizonte. Tel.: (031) 3409-4592, e-mail: coep@prpq.ufmg.br

ANEXOS

ANEXO 01 – CARTA DE ANUÊNCIA SUASS/PBH



Subsecretaria de Assistência Social
Diretoria de Gestão do SUAS-DGAS
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente -GGTEP

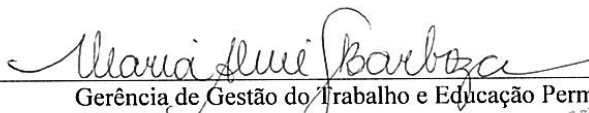
CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos, para os devidos fins, que a Subsecretaria de Assistência Social (SUASS) autoriza **Vinicius Quiroga Mendoza** a desenvolver o projeto de pesquisa “**Política de Assistência Social: desafios e possibilidades para a promoção da Igualdade Racial no Brasil**”, que está sob a coordenação e orientação da Profa. Dra. **Kênia Lara Silva**, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, da Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento, por parte do pesquisador, dos requisitos da Resolução nº 510, do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de Abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a pesquisa de campo e coleta de dados prevista no projeto de pesquisa, o pesquisador deverá apresentar à Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente da Diretoria de Gestão do SUAS o parecer consubstanciado, ou documento de natureza semelhante, devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP. A informação à SUASS quanto à aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética é de responsabilidade do pesquisador interessado.

Belo Horizonte, 05 de Setembro de 2019.


Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente
Diretoria de Gestão do SUAS

(Stamp: Belo Horizonte - Comitê de Ética em Pesquisa - Conselho Nacional de Saúde - 0143/2018)

ANEXO 02 – PARECER DE APROVAÇÃO DO COEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Política de Assistência Social: desafios e possibilidades para a promoção da Igualdade Racial

Pesquisador: Kênia Lara Silva

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 23072319.2.0000.5149

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.660.501

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa intitulado "Política de Assistência Social: desafios e possibilidades para a promoção da Igualdade Racial" é um estudo com abordagem qualitativa e pretende investigar como o racismo atravessa o atendimento da política pública de Assistência Social e a relação do trabalhador com o usuário.

Os participantes serão trabalhadores e os usuários do Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Os Centros de Referência de Assistência Social foram escolhidos porque possuem uma comunidade tradicional Quilombola em seu território, a saber o CRAS Morro das Pedras que possui dentro do território referenciado a Comunidade Quilombo dos Luízes localizado na Regional Oeste e o CRAS Novo Aarão Reis que possui a Comunidade Quilombo Mangueiras referenciado sua área de abrangência, localizado na Regional Nordeste.

O terceiro CRAS selecionado localiza-se em ponto de grande concentração de população negra segundo Mapa Racial do Brasil produzido pelo site <http://patadata.org/maparacial/>, além de estar localizado em região da cidade de Belo Horizonte em que as desigualdades sociais se encontram. Escolhemos o CRAS Santa Rita localizado na região centro sul da cidade no aglomerado do Morro do Papagaio.

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 3.660.501

O CRAS Morro das pedras possui grupo de convivência de Idosos (três grupos) e um grupo intergeracional e o Projovem que acontece através da rede parceira sendo desenvolvido fora do equipamento. Esse CRAS possui ainda 5 (cinco) técnicos de nível superior sendo 02 psicólogas e 03 assistentes sociais.

O CRAS Novo Aarão Reis possui grupo de convivência da terceira idade, tendo 4 (quatro) técnicos, sendo 01 psicóloga e 03 Assistentes Sociais.

O CRAS Santa Rita possui o Projovem e o Grupo de convivência de idosos e intergeracional, contando com 4 (quatro) técnicas, sendo 01 psicóloga e 03 Assistente Sociais.

Na pesquisa serão incluídos de um a três trabalhadores de cada CRAS, sendo pelo menos um psicólogo e um Assistente Social), quando possível e desejado pelos profissionais, haja visto que dois dos equipamentos contamos apenas com uma psicóloga, e um educador social e/ou oficineiro.

Para incluir os trabalhadores participantes, os proponentes afirmam que buscarão mesclar entrevistas com trabalhadores que se auto declarem brancos ou negros (pretos ou pardos). "Este aspecto pode contribuir para uma análise a respeito das relações raciais" (PROJETO DE PESQUISA).

Em relação aos usuários serão incluídos na pesquisa aqueles que participam de grupos que se reúnem periodicamente no equipamento a saber o PROJOVEM e/ou Grupos de Convivência da Terceira Idade ou intergeracional.

"Os instrumentos para a coleta de dados serão a entrevista e o grupo focal. Os trabalhadores serão abordados por meio de entrevista individual com roteiro semiestruturado de modo a desvelar a percepção do trabalhador acerca do contexto racial brasileiro e como essa realidade surge no cotidiano da sua atuação no atendimento ao usuário do SUAS" (PROJETO DE PESQUISA).

Além disso, os usuários serão convidados a participar de grupo focal – como técnica de coleta de dados – para debaterem e refletirem sobre a realidade racial brasileira e como ela aparece nos atendimentos do SUAS.

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Sl 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Como hipótese, os proponentes afirmam que “os trabalhadores da Política de Assistência Social não possuem conhecimentos para tratar das questões raciais que aparecem em seus atendimentos; que os usuários do SUAS/BH não sentem que demandas por equidade ou igualdade racial sejam objeto de trabalho na Política de Assistência Social” (PROJETO DE PESQUISA).

Objetivo da Pesquisa:

- Analisar a abordagem das relações raciais no atendimento aos usuários da Assistência Social.
- Identificando as concepções de racismo na perspectiva de trabalhadores e usuários do SUAS/BH.
- Propor métodos de intervenção que contribuam para elucidar o tema da raça, racismo e discriminação racial no contexto da Política de Assistência Social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Sobre os riscos os/as proponentes afirmam que: “A participação na pesquisa pode gerar desconfortos emocionais e/ou psicológicos em função do conteúdo das perguntas e do tema tratado” (PROJETO DE PESQUISA).

Sobre os benefícios os/as proponentes afirmam que: “A reflexão sobre as relações raciais podem elucidar de forma positiva ao sujeito pesquisado uma consciência de sua responsabilidade de contribuir no combate a discriminação existente no país. Assim como ajudar o sujeito a identificar em si ações de empoderamento da população negra em que ele pode se identificar ou contribuir para alcançá-la” (PROJETO DE PESQUISA).

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Sl 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 3.660.501

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante dos pontos de vista social e acadêmico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes documentos:

- Informações básicas
- Projeto
- TCLE de grupo focal
- TCLE de entrevistas
- Roteiro de perguntas para entrevistas e grupo focal
- Carta de anuência
- Parecer
- Folha de rosto

Recomendações:

Recomenda-se:

Inserir numeração correta nas páginas dos TCLEs da entrevista e do grupo focal

Inserir espaço próprio para rubricas na primeira página dos TCLEs da entrevista e do grupo focal.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Sl 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 3.660.501

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1442073.pdf	08/10/2019 10:48:55		Aceito
Outros	Carta.docx	08/10/2019 10:48:33	Kênia Lara Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Grupo_Focal_atualizado.docx	08/10/2019 08:06:17	VINICIUS QUIROGA MENDOZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_entrevistas_atualizado.docx	08/10/2019 08:05:52	VINICIUS QUIROGA MENDOZA	Aceito
Folha de Rosto	FRassinada.pdf	05/10/2019 16:35:44	Kênia Lara Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_Vinicius.docx	30/09/2019 22:19:48	VINICIUS QUIROGA MENDOZA	Aceito
Outros	Perguntas_norteadoras_Entrevista_e_Grupo_Focal.docx	30/09/2019 22:19:31	VINICIUS QUIROGA MENDOZA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_Anuencia_PBH.pdf	30/09/2019 01:07:48	VINICIUS QUIROGA MENDOZA	Aceito
Outros	Parecer.pdf	27/09/2019 18:28:14	Kênia Lara Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 24 de Outubro de 2019

Assinado por:

**Eliane Cristina de Freitas Rocha
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Sl 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br